



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Relatório de Gestão
Exercício 2008





Polícia Rodoviária Federal

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça

Tarso Fernando Herz Genro

Secretário-Executivo

Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Sylvio Rômulo Guimarães de Andrade Júnior

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Diretor Geral

Hélio Cardoso Derenne

Chefia de Gabinete

Marcelo Paiva dos Santos

Coordenação Geral de Operações

José Altair Gomes Benites

Coordenação Geral de Administração

Marcelo Aparecido Moreno

Coordenação Geral de Recursos Humanos

Sérgio Max Bastos Lins

Coordenação Geral de Planejamento e Modernização Policial Rodoviária

Ricardo Max de Oliveira Pereira

Corregedoria Geral

Lorival Carrijo da Rocha

Gerente Executivo de Programa

Ricardo Max de Oliveira Pereira

Alvarez de Souza Simões

Missão Institucional

Zelar pela Segurança Pública nas Rodovias Federais.

SUMÁRIO

1 – IDENTIFICAÇÃO.....	5
1.1. <i>Dados Identificadores da Unidade Jurisdicionada</i>	5
1.2. <i>Identificação das Unidades Descentralizadas – Unidades Gestoras</i>	6
1.3. <i>Estrutura organizacional do DPRF</i>	7
1.4. <i>Apresentação</i>	9
2 – OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS.....	10
2.1. <i>Responsabilidades institucionais – papel na execução das políticas públicas</i>	10
2.2. <i>Estratégia de atuação na execução das políticas públicas</i>	16
2.3. <i>Programas</i>	18
2.3.1. Programa 1386 – Desenvolvimento institucional da PRF:.....	18
2.3.1.1. Dados gerais do programa.....	18
2.3.1.2. Principais ações do programa.....	18
2.3.1.3. Gestão das ações.....	18
2.3.1.4. Desempenho do programa – indicadores.....	33
2.3.2. Programa 0663 – Segurança pública nas rodovias federais.....	35
2.3.2.1. Dados gerais do programa.....	35
2.3.2.2. Principais ações do programa.....	35
2.3.2.3. Gestão das ações.....	36
2.3.2.4. Desempenho do programa – indicadores.....	54
2.3.3. Programa 0750 – Apoio administrativo.....	55
2.3.3.1. Dados gerais do programa.....	55
2.3.3.2. Principais ações do programa.....	55
2.3.3.3. Gestão das ações.....	56
2.4. <i>Desempenho operacional</i>	60
2.4.1. Evolução dos gastos gerais.....	60
2.4.2. Restrições orçamentárias e elaboração da proposta.....	60
2.4.3. Execução orçamentária.....	61
2.4.3.1. Dotação inicial e créditos suplementares.....	61
2.4.3.2. Cota de limite orçamentário transferida.....	62
2.4.3.3. Crédito extraordinário.....	63
2.4.4. Execução da despesa.....	63
2.4.5. Arrecadação.....	65
2.4.5.1. Multas DPRF/MJ.....	65
2.4.5.2. Leilão.....	66
2.4.5.3. Serviços administrativos.....	66
2.4.5.4. Arrecadação total.....	66
2.4.6. Suprimento de bens.....	67
2.4.7. Acompanhamento da execução contratual.....	69
2.4.8. Desfazimento de bens – Leilão.....	70
2.4.9. Resultados das ações operacionais desenvolvidas.....	71
2.4.9.1. Prevenção de acidentes.....	72
2.4.9.2. Fiscalização.....	75
2.4.9.3. Combate ao crime.....	75
2.4.9.4. Patrulhamento ostensivo da malha rodoviária.....	76
2.4.10. Assistência à saúde, resgate e socorro nas Rodovias Federais.....	77
2.4.10.1. Assistência médica ao público interno.....	77
2.4.10.2. Atividades de saúde nas Rodovias Federais.....	77

2.4.10.3. Acompanhamento psicossocial de servidores.....	78
2.4.11. Recursos Humanos.....	79
2.4.12. Capacitação.....	82
2.4.12.1. A capacitação orientada pelo Plano Anual de Ensino.....	82
2.4.12.2. Ensino a distância.....	83
2.4.12.3. Ensino presencial.....	83
2.4.12.4. Programa de atualização do efetivo policial.....	84
2.4.12.5. Projeto “Corregedoria Participativa”.....	84
2.4.12.6. Capacitação para o Projeto UNACI.....	85
2.4.12.7. Capacitação para a atividade meio.....	85
2.4.12.8. Formação e atualização de instrutores.....	85
2.4.12.9. Capacitações para o público externo.....	85
2.4.12.10. Educação para o trânsito.....	86
2.4.12.11. Seminários de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.....	86
2.4.13. Gestão Correicional.....	87
3 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	89
4 – RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	90
5 – DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E REALIZADAS NO EXERCÍCIO.....	91
5.1. <i>Créditos Concedidos</i>	91
5.2. <i>Créditos Recebidos</i>	91
6 – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA.....	92
7 – FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....	93
8 – RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.....	94
9 – DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA.....	95
10 – OPERAÇÃO DE FUNDOS.....	96
11 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO.....	97
12 – RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	98
13 – DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....	104
14 – ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO.....	105
15 – DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO.....	106
16 – INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	107
17 – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	109
18 – CONTEÚDOS ESPECÍFICOS.....	110
CONCLUSÃO.....	111
DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL.....	113

1 - Identificação

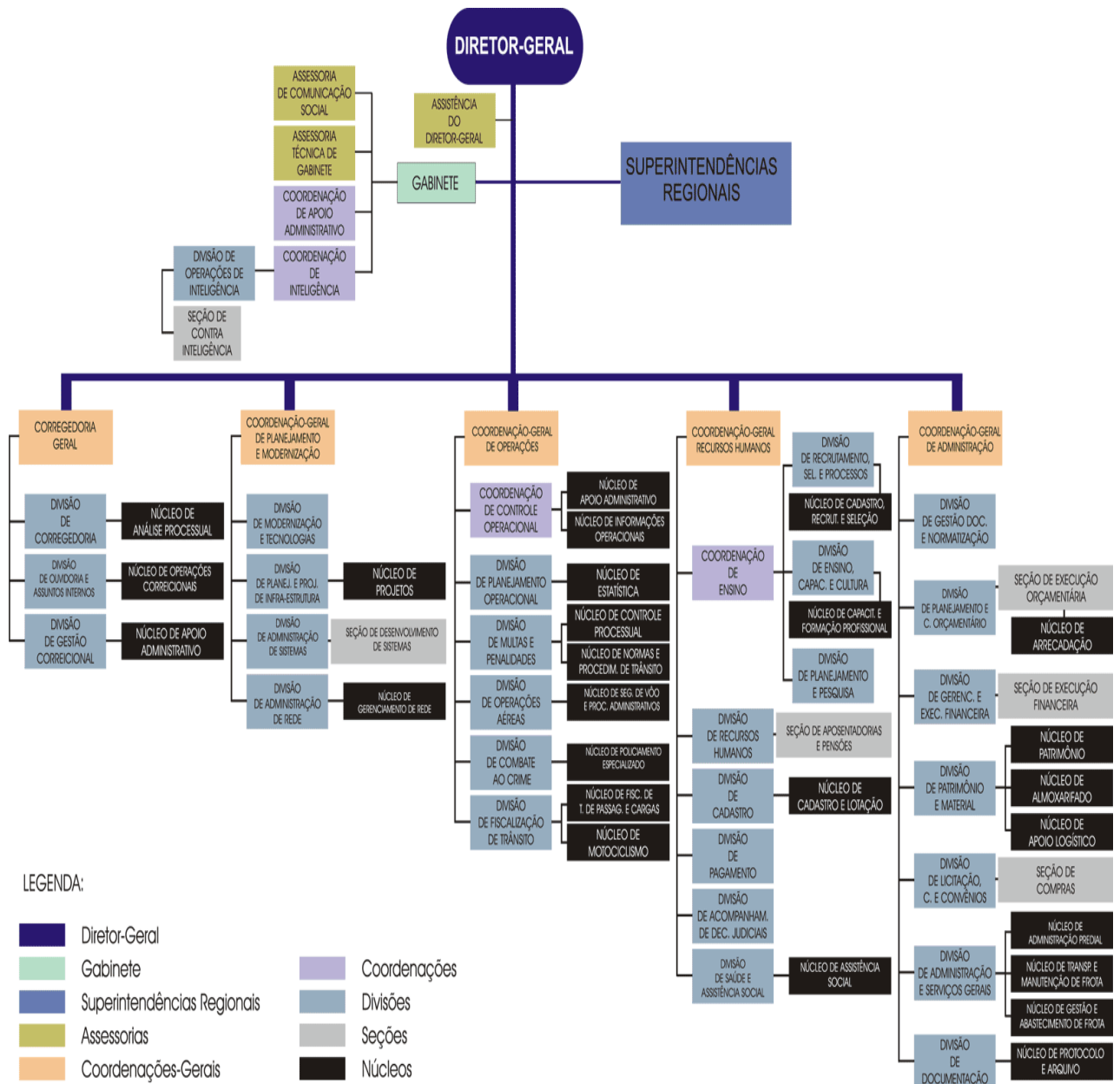
1.1. Dados Identificadores da Unidade Jurisdicionada

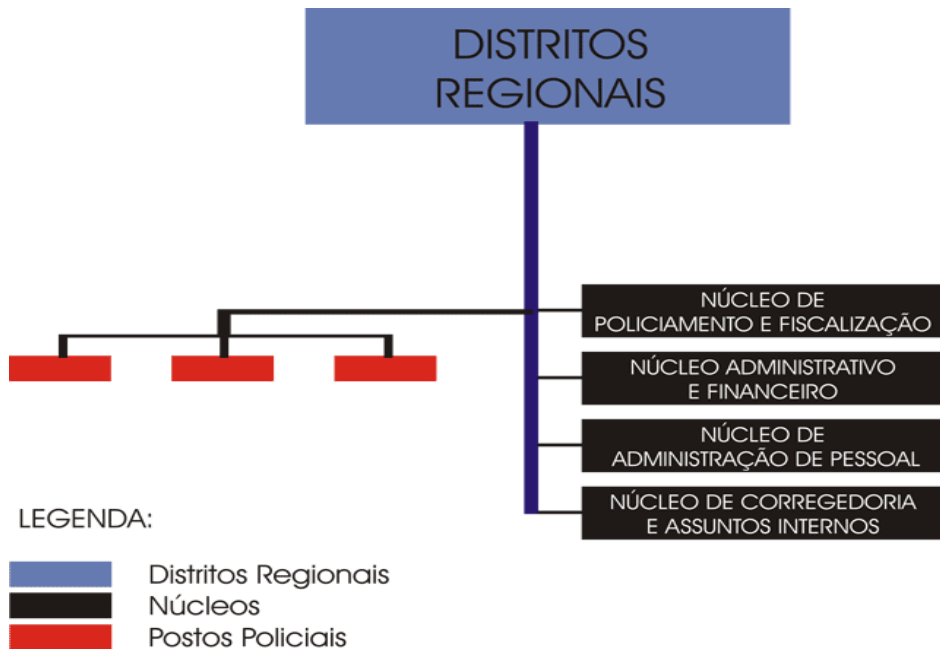
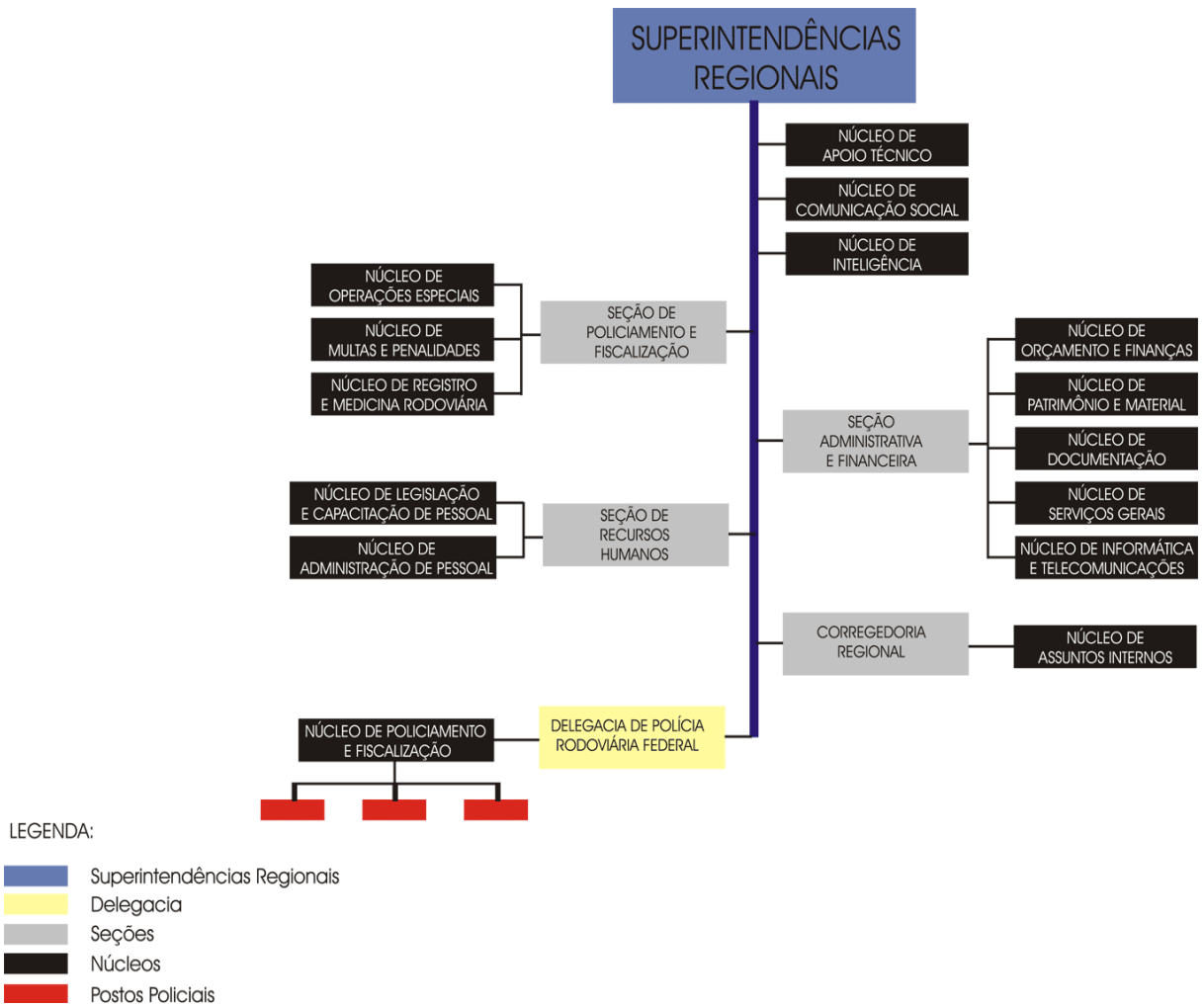
Nome completo e sigla: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DPRF
CNPJ: 00.394.494/0104-41
Natureza jurídica: Órgão da administração direta do Poder Executivo
Vinculação ministerial: Vinculado ao Ministério da Justiça
Endereço completo da sede: SEPN Qd. 506, Bloco C, Projeção 8 – Asa Norte – Brasília-DF – CEP 70.740-530
Endereço da página institucional na <i>internet</i> : www.dprf.gov.br
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional: Competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.
Código da UJ titular do relatório: 200109 – Depto. de Polícia Rodoviária Federal. 200230 – Depto. de Polícia Rodov. Federal – Dir. Geral
Códigos das UJ abrangidas: Não consolida outras unidades
Situação da unidade quanto ao funcionamento: Em pleno funcionamento
Função de governo predominante: Segurança Pública
Tipo de atividade: Segurança Pública, Policiamento e Fiscalização
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI: 200109 – Depto. de Polícia Rodoviária Federal. 200230 – Depto. de Polícia Rodov. Federal – Dir. Geral

1.2. Identificação das Unidades Descentralizadas - Unidades Gestoras

- ✓ 1ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Goiás – UG 200121;
- ✓ 2ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Mato Grosso – UG 200120;
- ✓ 3ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Mato Grosso do Sul – UG 200128;
- ✓ 4ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - Minas Gerais – UG 200115;
- ✓ 5ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Rio de Janeiro – UG 200116;
- ✓ 6ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – São Paulo – UG 200117;
- ✓ 7ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Paraná – UG 200118;
- ✓ 8ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Santa Catarina – UG 200125;
- ✓ 9ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Rio Grande do Sul – UG 200119;
- ✓ 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Bahia – UG 200114;
- ✓ 11ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Pernambuco – UG 200113;
- ✓ 12ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Espírito Santo – UG 200126;
- ✓ 13ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Alagoas – UG 200129;
- ✓ 14ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Paraíba – UG 200122;
- ✓ 15ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Rio Grande do Norte – UG 200123;
- ✓ 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Ceará – UG 200112;
- ✓ 17ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Piauí – UG 200127;
- ✓ 18ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Maranhão – UG 200124;
- ✓ 19ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Pará – UG 200111;
- ✓ 20ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Sergipe – UG 200130;
- ✓ 21ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – Rondônia e Acre – UG 200131;
- ✓ 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – Distrito Federal – UG 200141;
- ✓ 2º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – Tocantins – UG 200131;
- ✓ 3º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – Amazonas – UG 200110;
- ✓ 4º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – Amapá – UG 200233;
- ✓ 5º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal – Roraima – UG 200232.

1.3. Estrutura organizacional do DPRF





1.4. Apresentação

O Relatório de Gestão é instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, elaborado em consonância com a Norma de Execução nº 03, de 19 de dezembro de 2008, aprovada pela Portaria CGU nº 2.238/2008, com a Instrução Normativa TCU nº 57/2008 e a Decisão Normativa TCU nº 93/2008, que deverá compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2008.

Este Relatório de Gestão visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo 0663 – *Segurança Pública nas Rodovias Federais*, 1386 – *Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal* e 0750 – *Apoio Administrativo*, no exercício de 2008. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim o impacto alcançado em função das ações desempenhadas. Contempla, também, o grau de eficácia e efetividade perseguido pela Organização, considerando a sua estrutura atual e atrelados aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

A base para a elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada em 03 eixos prioritários, quais sejam: Gestão, Planejamento e Controle. O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2008 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual – PPA, o Orçamento autorizado na LOA 2008 e os relatórios de atividade das diversas áreas da Administração central, das Superintendências e dos Distritos Regionais. Essa perspectiva macro e com acompanhamento setorializado vem evoluindo gradativamente, principalmente diante da sistemática adotada SIGPLAN e os Coordenadores de Ação, de sorte que a abordagem está centralizada na Gestão de Programas e Ações.

Com o presente documento, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações sociais comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

HELIO CARDOSO DERENNE

Diretor Geral

2 - Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1. Responsabilidades institucionais - papel na execução das políticas públicas

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal tem a sua competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.

Assim, além da própria competência constitucional, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, nos termos do Decreto nº 1.655/95 e do Regimento Interno, tem as seguintes atribuições:

- ✓ realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e o de terceiros;
- ✓ exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- ✓ aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- ✓ realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- ✓ credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;
- ✓ assegurar a livre circulação nas rodovias federais podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas; executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades.

As atividades operacionais da Polícia Rodoviária Federal são difundidas em todo o território nacional, dada a sua estruturação que contempla uma unidade administrativa central, sediada em Brasília, com unidades administrativas regionais representadas por 21 Superintendências e 05 Distritos, além de 151 sub-unidades administrativas, denominadas Delegacias, e 408 postos fixos de fiscalização, totalizando, deste modo, uma estrutura com 585 pontos de atendimento em todo o território nacional.

O desenvolvimento desse conjunto de atividades consoante os seus compromissos regimentais com a segurança pública e a valorização da vida confere ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal um perfil institucional que o qualifica como o executor de múltiplas políticas de ações sociais, de variados segmentos da sociedade, decorrentes das demandas de setores da Administração Pública em diversos níveis hierárquicos, além de sua própria atribuição regimental.

Nesse diapasão é que o Departamento vem desenhando suas linhas de ação, buscando acompanhar esse processo evolutivo decorrente da diversificação das demandas sociais, dentre as quais, em grande número requerem a ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente, exigindo-se maior flexibilização e disponibilidade da Instituição Policial Rodoviária Federal.

Entretanto, para que o desempenho da Organização acompanhe esses níveis de exigência e gerados pelo aumento e diversificação da demanda, fazem-se necessárias medidas de reestruturação de quadros e ingresso de novos policiais e servidores mediante concurso público, sendo que no ano de 2007 foi autorizada a realização de processo seletivo para preenchimento de 340 vagas, as quais devem ser providas no primeiro semestre de 2009, havendo, entretanto, a necessidade de um quantitativo mais significativo de servidores, com base nos claros relativos aos cargos vagos já existentes, sem contarmos a necessidade ideal pautada em estudos técnicos que remontam a um quantitativo ainda maior de efetivo, aliado à necessidade constante de evolução da capacitação e reciclagem dos servidores em atividade, em decorrência desse plexo de atuação delineado.

Nessa esteira, o Egrégio Tribunal de Contas da União, em auditoria operacional que resultou no Acórdão nº 353/2006-Plenário, corrobora com a necessidade de aumento do quadro de pessoal deste Departamento, bem assim com a necessidade de investimentos estruturais com vistas a melhor equipar o Departamento.

Em atenção à necessidade de incremento do quadro de pessoal, foi editada a Medida Provisória nº 431, de 14 de maio de 2008, convertida na Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, a qual criou 3.000 (três mil) novos cargos de Policial Rodoviário Federal, bem como contemplou como requisito para ingresso na carreira, além dos demais requisitos estabelecidos no edital do concurso, o diploma de curso superior completo, em nível de graduação, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

É de se ressaltar que a mudança do nível de escolaridade exigido resultará em melhoria significativa da qualificação do quadro de pessoal apto para ingresso no Órgão. Não obstante, apenas a criação dos novos cargos não supre as necessidades acima relatadas, de sorte que se faz premente a autorização para a realização de concurso para o provimento dos 3898 cargos vagos, cujo pedido encontra-se em trâmite no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Ademais, torna-se necessária a adequação da estrutura organizacional existente, para atender as freqüentes mudanças na legislação, o ingresso de novas atribuições regimentais, bem como para atender a demanda crescente de atribuições decorrentes da lavratura de Convênios, Acordos de Cooperação Técnica e demais parcerias com outros Órgãos da Administração Direta e Indireta.

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional realmente consolidado pela sua capilaridade, de modo que a Polícia Rodoviária Federal, presente em todo o país, atua por vezes como única identificação do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que

compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais, além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade.

Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal.

Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural envolvendo também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte (CNT), portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal.

Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais – ela ocorre no seio de nossa sociedade.

O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a conseqüência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia.

Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que

demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de praticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificadores da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas.

Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública – é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3.500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a autosustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

Ao longo de 2008, o DPRF desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

A PRF, por meio do policiamento ostensivo de ronda nos 61.000 km de rodovias federais, desenvolveu ações de fiscalização em pontos críticos e assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito.

O Exercício de 2008, assim como o de 2007, ficará marcado com um dos anos mais violentos da última década na questão de acidentes de trânsito. A imprudência foi a principal causa dos acidentes e mortes, visto que a maioria das ocorrências aconteceram em pistas com boas condições de trafegabilidade. Cálculos baseados em estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apontam que o prejuízo com acidentes nas rodovias federais em 2008 custou ao Brasil R\$ 8.871.782.000,00.

Apesar da intensificação da fiscalização por parte da PRF, com o registro de 2.486.789 autuações contabilizadas em rodovias federais, não se conseguiu reduzir o número de acidentes em 2009, de modo que para 2009, o planejamento é intensificar mais ainda a fiscalização, focando o policiamento nos trechos de rodovias mais críticos em ocorrências de acidentes e mortes.

Entre os fatores conjunturais que contribuíram para o aumento dos acidentes de trânsito nas rodovias destacam-se: a crise aérea, que aumentou o tráfego em rodovias nos feriados prolongados, a explosão de vendas de veículos automotores, alavancada pelas baixas taxas de juros e pela dilatação dos prazos de financiamento, que resultou no record de 28,7 veículos para cada 100 habitantes, o que abarrotou as estradas federais e, por via de consequência, aumentou a probabilidade de acidentes e, por último, a melhoria das condições das rodovias, reforçando paradoxo de que quanto melhores as rodovias, elevam-se de forma exponencial os acidentes devido ao excesso de velocidade.

A Polícia Rodoviária Federal, plenamente integrada ao RENAINF em 2007 (banco de dados que integra todos os Detrans do país), pôs fim à impressão de impunidade que existia nas rodovias brasileiras. Os motoristas infratores flagrados pela PRF recebem suas multas em qualquer lugar do país. Quem não paga, não licencia o veículo. Ao todo, quase sete milhões de veículos foram fiscalizados.

Foram realizadas 199 operações especiais de combate ao crime nas rodovias federais, tendo como resultado a apreensão de 3,5 toneladas de cocaína, de 72,56 toneladas de maconha, a erradicação histórica de mais de 1,7 milhões de pés de maconha, a detenção de 1.830 pessoas por tráfico de entorpecentes e apreensão de 1.469 armas de fogo.

Como defensora do meio ambiente, a PRF também mostrou empenho em ações conjuntas com o Ibama. Quase 79 mil m³ de madeira extraída de forma irregular foram apreendidas durante o ano. Mais de 9,7 mil animais silvestres, entre aves raras e mamíferos em extinção, foram descobertos pela Polícia Rodoviária Federal em compartimentos cada vez mais criativos e cruéis. Dentro de pneus estepes, no interior da lataria dos veículos e em compartimentos sem nenhum tipo de ventilação.

Por mais um ano, a Polícia Rodoviária Federal combateu sistematicamente a exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias. O *Guia para a Localização de Pontos Vulneráveis à Exploração Infanto-Juvenil*, confeccionado anualmente pela Coordenação Geral de Operações/DPRF, também merece destaque. O trabalho de pesquisa teve a parceria da Organização Internacional do Trabalho (OIT), além do Escritório contra Drogas e Crime da ONU. Através do mapeamento de toda malha viária federal, a Polícia Rodoviária Federal pode identificar pontos críticos e combater efetivamente a exploração sexual de menores.

Trabalhadores em regime de servidão viram, mais uma vez, a Polícia Rodoviária Federal como aliada. Ações de repressão ao trabalho escravo, em apoio ao Ministério do Trabalho e

ao Ministério Público Federal, permitiram que 906 pessoas fossem libertadas de condições precárias de trabalho, semelhantes à escravidão.

Inserida no PRONASCI (Programa Nacional de Segurança com Cidadania), do Ministério da Justiça, a Polícia Rodoviária Federal apresentou uma nova proposta de fiscalização das rodovias, denominado Projeto Unidades de Auxílio ao Cidadão (UNACI), implantado desde setembro de 2008 na região metropolitana de Curitiba/PR.

Pelo novo formato, o policial rodoviário federal utilizará bases itinerantes de policiamento, distribuídas pela malha viária do Brasil. O modelo prevê ainda mais viaturas e utilização de equipamentos eletrônicos, cabendo ao tradicional posto de fiscalização apenas apoio às necessidades mais específicas de policiamento.

O exercício de 2008 também foi um ano de grandes investimentos para a PRF, no que diz respeito à modernização da infra-estrutura do Órgão, de sorte que foram adquiridos diversos veículos e equipamentos que melhorarão o desempenho dos policiais nas atividades rotineiras, possibilitando que os mesmos trabalhem motivados para o cumprimento da missão institucional da PRF.

As viaturas são o principal instrumento de trabalho do policial rodoviário federal, e devido ao grande uso, os veículos são depreciados em menos de quatro anos, sendo necessário um plano contínuo de aquisição de novas viaturas, sob pena de diminuição da capacidade operacional e aumento exponencial dos gastos com manutenção de veículos, de modo que em 2008 foram adquiridos 436 veículos operacionais.

As instalações físicas e edificações que compõem o acervo patrimonial do DPRF são originárias do extinto DNER, cujas datas de construção obedeciam a padrões arquitetônicos das décadas de 60 e 70, estando por demais ultrapassados os conceitos de ergonomia e estruturação física. Neste sentido o DPRF, através do plano de obras e reformas, tem construído, reformado e ampliado suas unidades operacionais.

A Tecnologia da Informação é primordial nas atividades rotineiras de policiamento e fiscalização, pois através do uso da rede de dados é possível identificar indivíduos com mandatos de prisão em aberto, averiguar dados de veículos suspeitos, além de cadastrar acidentes e multas em tempo real. Para realização dessas atividades, a PRF mantém uma extensa rede de dados interligando todos os postos, delegacias, superintendências e sede do Departamento.

O ano de 2008 ficará marcado pelo início da implantação do projeto Sistemas de Tecnologia Integradas, com utilização de computadores de mão (PDA's), com acesso a internet e aos bancos de dados de trânsito e segurança pública (Renainf, Infoseg), o que possibilitará ao policial consultar em campo, indivíduos e veículos, agilizando a fiscalização, bem como a realização de notificações em meio eletrônico, reduzindo a incidência de erros no preenchimento dos autos de infração.

A fim de averiguar remotamente o trânsito nas rodovias, foram implantadas câmeras de monitoramento, bem como, no intuito de otimizar o uso de viaturas, foi realizado projeto piloto de Monitoramento das Viaturas no estado do Rio de Janeiro, através do uso de rastreadores, o que possibilitou, no caso de acidentes, verificar o posicionamento de cada viatura nas rodovias do estado, acionando-se a mais próxima do local da ocorrência.

Através destas ações de modernização, a PRF pretende continuar com mais eficiência a sua missão de resguardar a segurança pública, tendo como meta reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias federais, contribuindo para o bem estar da sociedade.

2.2. Estratégia de atuação na execução das políticas públicas

Os principais objetivos definidos para 2008 foram a diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias, o reforço nas ações de combate à criminalidade e a modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

Utilizou-se para isso o expediente do cartão programa, que é um itinerário das tarefas que o policial irá realizar no decorrer do plantão. No cartão programa consta em quais trechos da rodovia a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além de trechos que deverão sofrer ronda, em horários específicos.

O planejamento do cartão programa é feito pelo chefe de delegacia que, através do banco de dados da PRF, o Datatran, verifica os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, de sorte que programa o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto no decorrer da semana.

Entretanto, as limitações de efetivo, o grande número de acidentes e mortes em áreas urbanas, bem como a falta de manutenção/aferição nos equipamentos de controle de velocidade instalado pelo DNIT, motivo pelo qual diversos deles ficaram temporariamente desativados, impactam negativamente na obtenção de melhores resultados.

De outro turno, a utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido uma solução eficaz para diminuição de infrações de trânsito em trechos críticos. Nesses trechos, existe maior propensão para o desrespeito aos limites de velocidade, tendo como consequência, acidentes como saída de pista, perda de controle do veículo e consequente colisão com automóveis em sentido contrário, principalmente em períodos chuvosos. Em 2008, houve incremento na efetiva utilização desses equipamentos.

Ademais, a utilização de contadores volumétricos de veículos visa verificar quais rodovias são mais movimentadas, bem assim em quais períodos, a fim de se planejar a melhor alocação de recursos humanos e materiais para fiscalização. Com o crédito extraordinário destinado a aquisição dos contadores volumétricos, liberado em dezembro de 2007, foram adquiridos equipamentos cuja entrega se efetivou ao longo do exercício de 2008.

No que tange às ações de combate a criminalidade, um dos fatores motivadores é a capacitação do policial, o que lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

Em 2008, foram ministrados diversos cursos de técnicas policiais de combate ao crime, com destaque para o Programa de Atualização Policial, que contemplou no exercício o Módulo I – Técnicas Policiais, Módulo II – Uso Legal e Progressivo da Força, Armamento e Tiro e Módulo III – Policiamento e Fiscalização Talão Eletrônico.

A melhoria das instalações físicas dos postos, delegacias, superintendências e sede, melhoram o clima organizacional da instituição, motivando os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho.

Entretanto a insuficiência de recursos ordinários para atender as várias necessidades de reformas e o contingenciamento das emenda parlamentares impediram maiores avanços nesse aspecto.

Na mesma linha, é sabido que as viaturas são o principal instrumento de trabalho da PRF. Devido ao intenso uso é necessária a sua substituição a cada quatro anos, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custos com manutenção, bem como de se colocar em risco a vida do policial, por problemas mecânicos durante a execução das atividades inerentes ao cumprimento da missão institucional da Instituição. Em média, existem 2.000 viaturas em funcionamento, o ideal seria a substituição de pelo menos 500 veículos por ano.

Outrossim, a melhoria dos sistemas corporativos é estratégica, uma vez que aumenta o potencial de fiscalização da Instituição, de sorte que se faz necessário maior investimento para o processamento das imagens captadas na utilização de radares fotográficos em locais críticos, bem assim para a fiscalização e autuação com computadores de mão (EDAs).

Por fim, foi efetuado reforço de efetivo nas Operações de Calendário 2008 (Carnaval, Semana Santa, Corpus Christi, Tiradentes e Dia do Trabalhador) e consolidadas as diretivas de governo no combate a embriagues ao volante.

2.3. Programas

2.3.1. Programa 1386- Desenvolvimento institucional da PRF:

2.3.1.1. Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública.
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira – CGPLAM
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas
Público alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

2.3.1.2. Principais ações do programa

- ✓ 200G Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal;
- ✓ 8623 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal;
- ✓ 1835 Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação;
- ✓ 1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- ✓ 200C Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária;

2.3.1.3. Gestões das ações

- ✓ **Ação 1D49 – Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal**

Tipo	Projeto
Finalidade	Construção de um imóvel para instalação da Sede Central do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Construção de um imóvel na cidade de Brasília-DF, com características que atendam as necessidades administrativas do DPRF, com área útil de aproximadamente 10 (dez) mil metros quadrados gerando condições de trabalho favoráveis aos recursos humanos da Unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA

Resultados

1D49 – Construção do Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal			
	Previsão Inicial	Realizado	%
Físico	65%	2,23%	3,43%
Financeiro	19.398.548	898.153	4,63%

Problemas financeiros da construtora contratada ocasionaram a rescisão contratual.

- Contrato 12/2007 – Obra da Sede (contrato rescindido).
- Contrato 23/2007 - NOVACAP (em processo de renegociação e reequilíbrio).

Os trabalhos para realização da nova licitação da obra, referente ao remanescente estão em processo de execução. O saldo ao final de 2008 não foi positivo. Os problemas contratuais que levaram a rescisão prejudicaram as expectativas para 2008.

✓ Ação8623 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	ROMMEL BRANDÃO

Resultados:

8623 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal			
	Previsto Atual	Realizado	%
Físico	133 obras	49 obras e 273 projetos	36,84
Financeiro	5.401.040	4.402.217	81,51

A diretriz do DPRF nos últimos anos tem sido priorizar investimentos na infraestrutura diretamente ligada à atividade fim, ou seja, os postos, pois é aquela que causa maior impacto na melhoria dos serviços prestados ao cidadão.

No exercício 2008 houve uma mudança de metodologia do DPRF no que diz respeito à área de infra-estrutura e a meta inicial que era de reformar 133 unidades foi revista. Os recursos em exercícios anteriores eram pulverizados em pequenas intervenções que resolviam apenas parte dos problemas e, além de não se resultar em unidades de fato adequadas, em um curto intervalo de tempo uma nova intervenção se faria necessária. Foi definido, então, que as regionais deveriam prioritariamente contratar empresas especializadas para a elaboração de projetos executivos de reforma/ampliação de todos os seus postos, de tal forma que todas as demandas existentes fossem contempladas, e ao final da obra, cada posto fique plenamente adequado às atividades nele desenvolvidas. Tais projetos garantiriam, além de informações mais precisas para o planejamento, maior qualidade no acompanhamento e execução das obras. A nova metodologia resultará em obras mais vultosas, todavia, com maior durabilidade e eficácia no atingimento da meta estabelecida que é a adequação plena de todos os postos do DPRF, enfim, em obras de fato compatíveis com a dimensão dos problemas. Assim, a previsão foi de se contratar os projetos em 2008 e executar a maior parte das obras só em 2009.

Em 2008 foi possível realizar a primeira reunião de trabalho com a presença de um representante de cada Unidade Regional, denominado Agente de Infraestrutura, e que ficaria responsável por auxiliar a Administração Central na gestão das ações em infraestrutura. Com esta medida espera-se amenizar a carência de pessoal capacitado para atuar nesta área pois, embora o DPRF tenha conseguido superar parte das dificuldades por meio do deslocamento de policiais que tenham formação na área de engenharia ou arquitetura, a reestruturação organizacional do órgão, com a inclusão de cargos específicos de engenheiros e arquitetos é imprescindível para a solução definitiva do problema.

Na Reunião de Trabalho, as Regionais foram orientadas que, além da contratação dos projetos, foco principal do planejamento 2008, seriam autorizadas em postos apenas intervenções urgentes, aquelas que não pudessem aguardar a finalização dos projetos executivos. Seguindo essa diretriz estimamos a seguinte programação para 2008:

1. Contratação de projetos executivos para reforma/ampliação e adequação de todos os 385 postos ao custo unitário médio de 3 mil reais, totalizando R\$ 1.155.000,00 (46,2% da LOA)
2. Contratação de 75 pequenas obras com valor até 20 mil reais para reparação paliativa daquelas unidades que se encontram em estado mais crítico, totalizando R\$ 1.345.000,00 (53,8% da LOA)

No decorrer do ano, à medida que os processos de contratação tiveram andamento, constatou-se, por um lado, que a estimativa de R\$ 3.000,00 como valor médio para a contratação dos projetos havia sido subestimada e que deveria ser corrigida. Por outro lado, o número de unidades que sofreriam a intervenção paliativa no valor máximo de R\$ 20.000,00 seria menor do que as 75 unidades inicialmente previstas, todavia essa redução não seria suficiente para cobrir a diferença encontrada nas cotações dos projetos, ou seja, os recursos previstos na LOA seriam insuficientes para efetivar a contratação de todos os projetos e a execução das pequenas obras.

Diante da constatação foi solicitado crédito adicional e foram reformuladas as diretrizes de execução orçamentária. Mantivemos como prioridade a contratação dos projetos por tratar-se de uma fase imprescindível ao atingimento do objetivo final que é a adequação física de todas as nossas Unidades Operacionais.

Em relação ao andamento da execução, percebemos a seguinte característica crônica: no primeiro semestre, em função dos requisitos técnicos e dos prazos envolvidos na execução de obras de infra-estrutura, e do próprio déficit de pessoal capacitado para atuar na área técnica, pouco se executa das metas previstas para o exercício. Trata-se de um período preparatório, em que a maioria da execução fica concentrada em reparos emergenciais ou em aditativas de contratos firmados no exercício anterior. A expectativa é que, com a contratação dos projetos possamos regularizar esta situação e as obras passem a ser licitadas desde o início do ano. Se para a realização dos empenhos referentes às demandas planejadas já ocorre esse lapso temporal, acumulando-se a maior parte dos empenhos no final do exercício, maior ainda é a dificuldade de execução efetiva, de finalização e

pagamento das obras no exercício corrente. Os valores constantes na tabela traduzem essa situação. Em 09 de outubro, com praticamente 100% do recurso já comprometido (27,53% empenhado nas Unidades Regionais e 72,09% pré-empenhados na Sede Central), o realizado e pago não passava de 11%. No final do exercício, apurou-se que, dos R\$ 5.401.040,00 disponibilizados, R\$ 2.992.171,92 (55%) foram empenhados no mês de dezembro e quanto aos recursos efetivamente executados e pagos o mesmo padrão se repete, dos R\$ 565.702 pagos no exercício, R\$ 296.572 (52%) foram pagos em dezembro.

O resultado mais significativo desta ação em 2008 foi a contratação dos projetos executivos para reforma e ampliação dos postos o que representa um importante passo na solução eficaz dos problemas de infra-estrutura dos imóveis do DPRF. Todavia, em função da dificuldade de algumas Regionais em conseguir realizar as licitações, aquelas que cumpriram a meta de contratação dos projetos foram autorizadas a realizar outras obras. Ao final do exercício, 19 regionais contrataram projetos em 2008, sendo contemplados 273 postos, ou seja, 67% do total existente a um custo médio de R\$ 6.000,00 cada. Os quadros abaixo trazem de maneira sintética as informações sobre a execução orçamentária em 2008:

REFORMAS DE UNIDADES DO DPRF – 2008

DEMANDAS	VALORES	PERCENTUAL SOBRE LOA + CRÉDITOS	REGIONAIS
1) Projetos de Postos (273 unidades contempladas):	RS 1.644.003,07	30,44%	DF, AM, AP, MS, MG, RJ, SP, PR, SC, BA, PE, ES, AL, CE, PI, MA, PA, RO/AC, TO
2) Reformas Pequenas de Postos (28 unidades contempladas):	RS 678.346,45	12,56%	MS ¹ , MG ¹ , SP ¹ , PR ² , SC ² , RS ² , BA ⁷ , AL ¹ , MA ⁵
3) Projetos para Sedes:	RS 195.845,60	3,63%	DPRF, SC, RO/AC
4) Reformas de Sedes:	RS 1.192.925,64	22,09%	PR, BA, ES, RN, MA, PA
6) Reformas de Delegacias (3 unidades contempladas):	RS 151.614,40	2,81%	ES ¹ , MA ²
5) Reforma de Centro de Treinamento:	RS 329.594,70	6,10%	SP
6) Emergenciais:	RS 67.009,76	1,24%	AM, MS, AL, RN ² , MA ²
7) Aditamento de Obras de 2007:	RS 203.670,11	3,77%	GO, MS ¹ , PR, PE ¹ , CE
TOTAL EMPENHADO	RS 4.463.009,73	82,63%	
TOTAL LOA+CRÉDITOS	RS 5.401.040,00	100,00%	

As obras de maior vulto contratadas em 2008 foram as seguintes:

Reforma de Delegacia	Guarapari/ES	R\$ 105.390,99
Reforma de Postos	Xanxerê/SC	R\$ 50.350,00
	Campos Novos/SC	R\$ 82.816,68
	Bom Despacho/MG	R\$ 63.772,68
	Ubatuba/SP	R\$ 95.797,69
Reforma de Centro de Treinamento	Cachoeira Paulista/SP	R\$ 329.594,70
Reforma de Sedes Regionais	10ª SRPRF – BA	R\$ 506.700,00
	12ª SRPRF – ES	R\$ 72.105,54
	15ª SRPRF – RN	R\$ 148.538,45
	18ª SRPRF – MA	R\$ 77.145,77
	19ª SRPRF – PA	R\$ 65.983,89

Para o exercício 2009 será dada seqüência à abordagem de priorização de intervenções nos postos, todavia, teremos seus respectivos projetos executivos. Para as demais edificações como sedes administrativas serão contratados projetos executivos de adequação.

✓ **Ação 200G – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal**

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	ROMMEL BRANDÃO

Resultados:

200G – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal			
	Previsto	Atual	%
Físico	60	23	38,33
Financeiro	1.750.000	1.719.311	98,25

A diretriz do DPRF nos últimos anos tem sido priorizar investimentos na infraestrutura diretamente ligada à atividade fim, aquela que causaria maior impacto na melhoria dos serviços prestados ao cidadão, ou seja, os postos.

A programação inicial de execução desta ação previa o investimento em cercamento de pátios das diversas unidades distribuídas em todo o país. Estimando-se um custo médio de R\$ 8.300,00 teríamos 60 unidades atendidas ao final do exercício.

Todavia, assim como ocorreu na ação de reforma, verificou-se que esta estratégia não seria a mais adequada tendo em vista a ineficácia das obras de pequeno porte para solução definitiva dos problemas e o fato de que seriam contratados os projetos executivos para adequação plena dos postos.

Assim, os serviços referentes à adequação da infra-estrutura dos pátios foi incluído nos projetos executivos e o crédito redirecionado para outras demandas de tal forma que somente seriam atendidas demandas urgentes ou obras de maior vulto, por isso a inversão entre o previsto e o realizado. Ao final do exercício tivemos o seguinte balanço:

CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO DPRF – 2008				
DEMANDA	VALOR	% SOBRE LOA+ CRÉDITOS	Nº DE UNIDADES	REGIONAL
SEDE AMPLIAÇÃO	R\$ 542.291,02	30,99%	3	ES, PR, AM
CANIL	R\$ 58.729,26	3,36%	1	AL
POSTO CONSTRUÇÃO	R\$ 138.548,94	7,92%	2	RN*, RR
POSTO AMPLIAÇÃO	R\$ 43.408,09	2,48%	2	CE, AL
POSTO PROJETOS	R\$ 123.518,59	7,06%		TO, PR
POSTO POÇO	R\$ 227.791,63	13,02%	9	BA*, GO*, PA, MT
DEL. AMPLIAÇÃO	R\$ 246.062,26	14,06%	1	GO
DEL. CONSTRUÇÃO	R\$ 338.960,21	19,37%	2	MS, ES
TOTAL EMPENHADO	R\$ 1.719.310,00	98,25%		
TOTAL LOA+CRÉDITOS	R\$ 1.750.000,00			

Com a mudança da estratégia inicial, que previa praticamente 100% do investimento em postos, foi possível atender a outras demandas que já tinham processos iniciados e apenas 30% do recurso utilizado destinou-se a intervenções em postos. Foram construídas novas unidades em locais estratégicos e contempladas algumas demandas críticas como a construção de postos artesanais a ampliação de sedes administrativas que se encontravam em estado precário.

As principais demandas a que foram destinados os recursos desta ação são as seguintes:

1) Construção de poços artesanais	Jaraguá, Jataí e Itumbiara/GO Mineirinho/MT Ipixuna/PA	R\$ 227.791,63
2) Ampliação dos postos	Tianguá/CE	R\$ 22.000,00
	União dos Palmares/AL	R\$ 22.000,00
3) Construção de Postos	Boa Vista/RR (iniciado em 2007)	R\$ 93.000,00 (obra remanescente)
	São José do Mipibu/RN	R\$ 46.000,00 (complemento a emenda parlamentar de R\$ 150mil)
4) Ampliação de Sedes Regionais	3º DRPRF/AM	R\$ 360.000,00
	7ª SRPRF/PR	R\$ 55.000,00
	12ª SRPRF/ES	R\$ 126.000,00
5) Construção de Canil	13ª SRPRF/AL	R\$ 58.730,00
6) Ampliação de Delegacia	Jataí/GO	R\$ 246.000,00
7) Construção de Delegacia	Paranaíba/MS	R\$ 324.000,00

Para o exercício 2009 será dada sequência à abordagem de priorização de intervenções nos postos, todavia, teremos seus respectivos projetos executivos. Para as demais edificações como sedes administrativas serão contratados projetos executivos de adequação.

✓ Ação 1835 – Implantação de Sistemas de Tecnologia da Informação

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Telemática
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleos de Telemática

Resultados:

1835 – Implantação de Sistemas de Tecnologia da Informação			
	Previsto Atual	Realizado	%
Físico	3	2,9	96,67
Financeiro	2.750.000	2.152.632	78,28

1835-0101 – Nacional (Crédito Extraordinário) - 30107 – Projeto			
	Previsto Atual	Realizado	%
Financeiro	2.992.732	2.676.834	89,44

A Tecnologia da Informação é primordial nas atividades rotineiras de policiamento e fiscalização, pois através do uso da rede de dados é possível identificar indivíduos com mandatos de prisão em aberto, averiguar dados de veículos suspeitos, além de cadastrar acidentes e multas em tempo real. Para realização dessas atividades, a PRF mantém uma extensa rede de dados interligando todos os postos, delegacias, superintendências e sede do departamento.

O ano de 2008 ficará marcado pela renovação de parte de nossos equipamentos e componentes conforme tabela abaixo:

AÇÃO	ITEM	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
1835	DISCO RÍGIDO REMOVÍVEL	6	R\$ 1.000,00	R\$ 6.000,00
1835	IMPRESSORA TERMICA	200	R\$ 2.096,10	R\$ 419.220,00
1835	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	12	R\$ 733,00	R\$ 8.796,00
1835	FONTE ALIMENTAÇÃO ININTERRUPTA	187	R\$ 205,88	R\$ 38.499,56
1835	ESTABILIZADOR TENSÃO	212	R\$ 258,49	R\$ 54.799,88
1835	FITA GRAVAÇÃO DADOS	20	R\$ 257,00	R\$ 5.140,00
1835	SERVIDOR DE REDE	4	R\$ 81.886,50	R\$ 327.546,00
1835	ESTANTE RACK	1	R\$ 16.933,35	R\$ 16.933,35
1835	DISCO RÍGIDO REMOVÍVEL	37	R\$ 2.351,35	R\$ 86.999,95
1835	COMPUTADOR-ESTAÇÃO TRABALHO	40	R\$ 2.199,90	R\$ 87.996,00
TOTAL				R\$ 1.051.930,74

Destaca-se, ainda em 2008, a aquisição de diversos equipamentos de informática, tais como, impressoras a laser, nobreak's, computadores, servidores de rede, entre outros, além de aquisição de rádios portáteis e móveis, renovando o parque computacional de todas as superintendências. Esta renovação possibilitará ao policial consultar em campo, indivíduos e veículos, agilizando a fiscalização, bem como a realização de notificações em meio eletrônico.

Através destas ações de modernização, a PRF pretende continuar com mais eficiência a sua missão de resguardar a segurança pública, tendo como meta reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias federais, contribuindo para o bem estar da sociedade.

Segue tabela com principais aquisições na área de informática e telecomunicações para 2008:

UF	UG	DITEL – AÇÃO 1835		
		INFORMÁTICA	TELEFONIA	RADIOCOM.
DPRF	200109	R\$ 1.051.930,74		
AM	200110	R\$ 11.169,90		
PA	200111	R\$ 11.791,40	R\$ 10.181,00	
CE	200112	R\$ 20.465,59	R\$ 3.797,50	
PE	200113	R\$ 39.748,90	R\$ 8.679,55	R\$ 1.365,00
BA	200114	R\$ 14.969,85		
MG	200115	R\$ 29.938,10		R\$ 420.288,00*
RJ	200116	R\$ 26.285,66	R\$ 6.514,21	
SP	200117	R\$ 43.240,67	R\$ 7.576,00	R\$ 1.280,00
PR	200118	R\$ 24.484,80	R\$ 4.665,00	
RS	200119	R\$ 53.501,69	R\$ 458,97	R\$ 62.840,00
MT	200120	R\$ 7.357,00	R\$ 8.282,78	
GO	200121	R\$ 1.849,95		
PB	200122	R\$ 16.514,87	R\$ 720,00	
RN	200123	R\$ 21.737,32		
MA	200124	R\$ 46.456,80		
SC	200125	R\$ 58.823,76	R\$ 3.545,50	
ES	200126	R\$ 38.029,00	R\$ 1.380,00	
PI	200127	R\$ 87.236,29	R\$ 2.844,00	
MS	200128	R\$ 17.899,70	R\$ 2.070,00	
AL	200129	R\$ 13.460,99	R\$ 589,00	
SE	200130	R\$ 12.195,00		
RO	200131	R\$ 35.519,83	R\$ 11.493,46	
TO	200139	R\$ 10.503,77		
DF	200141	R\$ 6.945,00		
RR	200232	R\$ 1.050,00	R\$ 1.199,85	
AP	200233	R\$ 7.229,95	R\$ 1.966,72	
TOTAL		R\$ 1.710.336,53	R\$ 75.963,54	R\$ 485.773,00

* Obs. O valor para a 4ª SRPRF/MG foi empenhado distribuídos para as regionais da seguinte forma:
 MG- 1.560,00, SC- 79.900,00, BA- 94.998,00, PA- 58.190,00, AM- 116.360,00 e RR- 69.280,00.

✓ **Ação 8698 – Manutenção e modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação**

Tipo	Projeto
Finalidade	Manter e modernizar os sistemas / equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações.
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Telecomunicações
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleos de Telemática

Resultados:

8698 - Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico	85		77,08	90,68
Financeiro	27.000.000		23.808.097	88,18

PRINCIPAIS DESPESAS DA AÇÃO 8698	
Material de Consumo	R\$ 564.887,85
Contratos da Rede de Dados do DPRF	R\$ 11.757.522,61
Despesas de Telefonia	R\$ 5.415.008,75
Contrato de desenvolvimento de Sistemas	R\$ 3.722.936,00
Contratos de Manutenção de TI	R\$ 943.642,15
Outros Serviços de TI	R\$ 1.167.599,30
Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 236.497,21

A Rede da PRF é constituída de diversos serviços relevantes para a Segurança Pública, tais como:

- ✓ INFOSEG: sistema em que disponibiliza informações de Justiça e Segurança Pública através de uma rede privativa em âmbito nacional. O sistema é uma ferramenta amplamente utilizada pelos órgãos de Segurança Pública, pois integra nacionalmente as informações de indivíduos com mandados de prisão não cumpridos, processos e inquéritos criminais, dados sobre veículos, condutores, armas registradas ou apreendidas pelas Polícias Cíveis, Federais ou pela Justiça Criminal;

- ✓ BR-Brasil: ferramenta tecnológica com a finalidade de otimizar as ações de policiamento e fiscalização, bem como consolida o banco de dados de acidentes;
- ✓ ALERTA: de auxílio no combate ao roubo/furto de veículos;
- ✓ Sistema de Multas: visando garantir a efetiva imposição da penalidade, observando os prazos e rotinas previstas em lei, dentre outros. Todos estes dados somente são integrados e compartilhados por meio da rede da PRF, já que os Estados não os compartilham entre si, razão pela qual há necessidade de sua implantação.

No ano de 2004, foi feito o contrato da rede de dados, que prevê: 02 (dois) centros, sendo um no Departamento em Brasília/DF e o outro na sede da Superintendência em Fortaleza/CE, ambos com saída de internet e entre eles com 02 (dois) links, sendo um principal e um backup, utilizando Modo de Transferência Assíncrono (ATM).

O referido contrato contempla 02 (dois) links, um principal e um backup, interligando as sedes das regionais aos centros, conforme topologia abaixo. As regionais do sul, sudeste, centro-oeste, assim como Rondônia e Acre, são interligadas ao link principal de Brasília/DF e o backup a Fortaleza/CE, bem como, as regionais do norte e nordeste são interligadas ao link principal de Fortaleza/CE e o backup a Brasília/DF, utilizando frame-relay. No contrato da rede nacional, também são atendidos 80 (oitenta) postos e delegacias, distribuídos em várias regionais.

Vale lembrar, que no ano de 2004, foram iniciados os contratos das redes regionais que tiveram continuidade em 2005, 2006, 2007 e 2008:

- ✓ Departamento (sede, hangar e garajão) – São 333 microcomputadores na sede, 08 no garajão e 53 no hangar deste Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- ✓ 1ª SPRF/GO – Possui rede em 23 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 87 microcomputadores, nos postos 29 e 15 nas Delegacias.
- ✓ 2ª SPRF/MT – Possui rede em 26 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 64 microcomputadores, nos postos 21 e 10 nas Delegacias.
- ✓ 3ª SPRF/MS – Possui rede em 29 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 105 microcomputadores e 30 nos postos e 10 nas Delegacias.
- ✓ 4ª SPRF/MG – Possui rede em 46 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 102 microcomputadores e 50 nos postos e 54 nas Delegacias.
- ✓ 5ª SPRF/RJ – Possui rede em 37 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 62 microcomputadores e 27 nos postos 21 nas Delegacias.
- ✓ 6ª SPRF/SP – Possui rede em 30 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 77 microcomputadores e 28 nos postos e 20 nas Delegacias.
- ✓ 7ª SPRF/PR – Possui rede em 20 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 101 microcomputadores e 32 nos postos e 15 nas Delegacias.
- ✓ 8ª SPRF/SC – Possui rede em 34 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 93 microcomputadores e 57 nos postos e 23 nas Delegacias.
- ✓ 9ª SPRF/RS – Possui rede em 49 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 112 microcomputadores e 70 nos postos e 39 nas Delegacias.
- ✓ 10ª SPRF/BA – Possui rede em 38 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 76 microcomputadores e 32 nos postos e 24 nas Delegacias.
- ✓ 11ª SPRF/PE – Possui rede em 29 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 85 microcomputadores e 29 nos postos e 20 nas Delegacias.
- ✓ 12ª SPRF/ES – Possui rede em 7 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 55 microcomputadores, 14 nos postos e 10 nas Delegacias.
- ✓ 13ª SPRF/AL – Possui rede em 9 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 50 microcomputadores e 14 nos postos e 9 nas Delegacias.

- ✓ 14ª SPRF/PB – Possui rede em 14 ponto de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 53 microcomputadores e 9 nos postos e 8 nas Delegacias.
- ✓ 15ª SPRF/RN – Possui rede em 10 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 64 microcomputadores e 15 nos postos.
- ✓ 16ª SPRF/CE – Possui rede em 20 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 125 microcomputadores e 21 nos postos e 12 nas Delegacias.
- ✓ 17ª SPRF/PI – Possui rede em 14 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 56 microcomputadores e 8 nos postos e 6 nas Delegacias.
- ✓ 18ª SPRF/MA – Possui rede em 25 ponto de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 82 microcomputadores e 12 nos postos e 9 nas Delegacias.
- ✓ 19ª SPRF/PA – Possui rede em 14 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 63 microcomputadores e 14 nos postos e 10 nas Delegacias.
- ✓ 20ª SPRF/SE – Possui rede em 8 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 66 microcomputadores e 8 nos postos e 4 nas Delegacias.
- ✓ 21ª SPRF/RO/AC – Possui rede em 8 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 62 microcomputadores e 6 nos postos e 8 nas Delegacias.
- ✓ 1º DPRF/DF – Possui rede em 5 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 37 microcomputadores e 6 nos postos.
- ✓ 2º DPRF/TO – Possui rede em 7 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 43 microcomputadores e 12 nos postos.
- ✓ 3º DPRF/AM – Possui rede em 5 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 40 microcomputadores e 06 nos postos.
- ✓ 4º DPRF/AP – Possui rede em 2 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 17 microcomputadores e 03 no posto.
- ✓ 5º DPRF/RR – Possui rede em 2 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 21 microcomputadores e 02 no posto.

A topologia de rede atualmente utilizada será modificada, pois já está em andamento o projeto de migração para tecnologia de rede MPLS. Com essa migração irão desaparecer os links backups e teremos a incorporação de pontos de alguns contratos Regionais. Tal solução trará aumento dos links com redução de custo, bem como permitirá uma maior integração entre as redes devido a topologia *full-mesh* que será utilizada para o VOIP (voz sobre IP) e *hub-and-spoke* para dados.

A programação do exercício de 2008, foi realizada em reunião de trabalho em 2008 entre a CGPLAM e todos os Núcleos de Telemática, onde verificaram-se todas as necessidades para dar continuidade a modernização da Polícia Rodoviária Federal. Vale lembrar que o recurso inicialmente previsto na LOA não era suficiente para atender todas as demandas. Contudo, devido a um crédito extraordinário, além da demanda do exercício de 2008, foi possível antecipar e dar continuidade a alguns projetos que estavam previstos para o exercício de 2009, tais como: sistema VOIP, licença do banco de dados, sistema de segurança da informação, dentre outros.

Na área de radiocomunicação foi efetuado um pregão do tipo registro de preço, no qual estão contemplados a manutenção de aquisição de torres de radiocomunicação. Em 2008, toda a despesa de telefonia foi executada nesta ação.

O crédito extraordinário(de custeio na ação 1835), possibilitou normalizar os contratos continuados de rede de dados de 2008, bem como aquisição de material de consumo (memórias, HD, processadores, dentre outros) e manutenções de torres, rádios e equipamentos de informática.

Para completar a solução automática de backup foram adquiridas 37 Hds de 300 Gb para a unidade STORAGE, dessa forma o DPRF possui em seu CPD uma tecnologia confiável para o armazenamento de dados, temos agora 20TB de espaço em nosso STORAGE. Tal projeto visa a

confiabilidade das informações que estão armazenadas no CPD em Brasília salvaguardando alguns milhões de reais em dados.

✓ **Ação 7061 – Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária**

Tipo	Projeto
Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Administração
Coordenador nacional da ação	HENRIQUE ARAÚJO DE LIMA

Resultados:

7061-0001 – Nacional – 30107 (veículo adquirido/unidade) – Projeto			
	Previsto Atual	Realizado	%
Físico	2.448	182	7,43%
Financeiro	24.429.328	10.873.050	44,51%

Dado à responsabilidade institucional de polícia ostensiva, a viatura é o principal instrumento de trabalho da Polícia Rodoviária Federal. O serviço de ronda, executado por meio do patrulhamento ostensivo, é decisivo na prevenção de acidentes e redução da criminalidade, exigindo dos veículos um funcionamento diuturno.

Devido a intensa utilização, estes bens apresentam um desgaste acentuado, resultando em uma vida útil aproximada de 4 anos, consideradas as condições de segurança e viabilidade econômica frente aos custos de manutenção. Neste sentido, a proposta adequada é a substituição de 25% das viaturas a cada ano, para que em 4 anos todas as viaturas estejam como prazo de vida útil respeitado.

Em 2008, foram adquiridas 182 viaturas operacionais, na ação 200C (quadro abaixo), quantidade que ao longo dos anos vem se mostrando insuficiente – aproximadamente um terço do necessário, fato que tem ocasionado um envelhecimento generalizado da frota:

Veículos Adquiridos na Ação 200C em 2008.					
UG Executora	Empenho	Restos a Pagar Não-Proc a Liquidar 2009	Quantidade	Descrição	Valor Unitário
200109 Sede / DF	200109/00001 2008NE900423	2.476.800,00	60	Veículos Pálio Fire Flex 1.4, para Corregedoria e Inteligência regional	41.280,00
	200109/00001 2008NE900448	785.000,00	5	Veículos tipo boiadeiro	157.000,00
	200109/00001 2008NE900454	1.666.000,00	7	Caminhões tipo prancha	238.000,00
	200109/00001 2008NE900455	476.000,00	2	Caminhões prancha	238.000,00
	200109/00001 2008NE900209 2008NE900210	Pago	55	Ford Focus	52.100,00
200111 / PA	200111/00001 2008NE900406	96.880,00	2	Renault Megane	48.440,00
200112 / CE	200112/00001 2008NE900410	96.880,00	2	Renault Megane	48.440,00
200114 / BA	200114/00001 2008NE901078	290.640,00	6	Renault Megane	48.440,00
200116 / RJ	200116/00001 2008NE900541	242.200,00	5	Renault Megane	48.440,00
200117 / SP	200117/00001 2008NE900673	242.200,00	5	Renault Megane	48.440,00
200119 / RS	200119/00001 2008NE901109	290.640,00	6	Renault Megane	48.440,00
200120 / MT	200120/00001 2008NE900581	193.760,00	4	Renault Megane	48.440,00
200121 / GO	200121/00001 2008NE900575	145.320,00	3	Renault Megane	48.440,00
200122 / PB	200122/00001 2008NE900362	96.880,00	2	Renault Megane	48.440,00
200123 / RN	200123/00001 2008NE900455	96.880,00	2	Renault Megane	48.440,00
200124 / MA	200124/00001 2008NE900331	73.500,00	1	GM Blaser	73.500,00
200126 / ES	200126/00001 2008NE900591	96.880,00	2	Renault Megane	48.440,00
200127 / PI	200127/00001 2008NE900467	73.500,00	1	GW Blaser	73.500,00
200128 / MS	200128/00001 2008NE900572	242.200,00	5	Renault Megane	48.440,00
200129 / AL	200129/00001 2008NE900496	96.880,00	2	Renault Megane	48.440,00
200130 / SE	200130/00001 2008NE900375	96.880,00	2	Renault Megane	48.440,00
200131 / RO	200131/00001 2008NE900545	96.880,00	2	Renault Megane	48.440,00
200141 / DF	200141/00001 2008NE900271	24.325,00	1	Moto Yamaha	34.750,00
	200141/00001 2008NE900272	10.425,00			
Total		8.007.550,00	182	***	***

Os veículos adquiridos são distribuídos com base em critérios objetivos, sem deixar, contudo, de ouvir a demanda Regional. Dentre os critérios, são considerados: a estrutura física e extensão da unidade, assim como dados operacionais acerca do número de crimes e acidentes.

Ressalta-se que a cada exercício o único impeditivo para o atingimento das metas a que se destina esta ação, tem sido a restrição orçamentária. Quanto ao exercício de 2008, apesar de terem sido alocados na Lei Orçamentária Anual mais de 24 milhões reais, houve a liberação de limite de movimentação e empenho para esta ação de menos de 11 milhões, valor totalmente empenhado, de modo que o financeiro realizado atingiu apenas 44,5% da previsão da LOA.

Observa-se ainda, que a meta física para a ação foi lançada com valor equivocado. A ação é destinada à aquisição de veículos operacionais, onde o preço médio por unidade empenhada anualmente é próximo de 65 mil reais, equivalendo a uma meta prevista para a LOA de 291 unidades e 356 unidades para a LOA mais créditos adicionais. Quanto à 2008, o valor médio dos veículos empenhados foi de R\$ 59.742,03, proporcionalmente apresentando um ganho na relação físico x financeiro.

Houve um erro no preenchimento da meta física do SIGPLAN, pois foram preenchidos 129 veículos, quando de fato, foram adquiridos 182 veículos. O problema ocorreu porque na última semana do ano, foram empenhados mais veículos, aumentando o quantitativo de 129 para 182, porém, essa última aquisição, não foi lançada no físico, resultando no valor a menor no SIGPLAN. As tentativas para correção foram infrutíferas, pois o SIGPLAN já estava fechado para alterações.

✓ **Ação 7J88 – Construção do Novo Edifício-Sede da 7ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal**

Tipo	Projeto
Finalidade	Proporcionar ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal melhores condições de infra-estrutura, visando atender melhor as demandas dentro das suas atribuições
Descrição	Construção do Edifício-Sede da Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Paraná.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	Regional do Paraná
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Gabinete do Superintendente
Coordenador nacional da ação	Carla Cristina Filus

Resultados:

7J88-0056 - No Estado do Paraná - 30107 (sede construída/% de execução física) - Projeto				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico	1		3,6	359,8
Financeiro	6.601.472		539.813	8,18

O valor total para a construção da nova sede da 7ª SPRF/PR é de R\$ 15.000.000,00, sendo que o projeto corresponde a 3,598% da obra. Em 2008, foi executado apenas o projeto executivo, em 2009 será contratada a obra propriamente dita. Essa é uma ação nova que foi criada por emenda parlamentar, a previsão inicial da emenda era de R\$ 8.251.840,00. Entendemos que

houve um erro dos parlamentares a estipularem a meta física em apenas 1%, pois, com o recurso inicial de oito milhões, uma meta física mais adequada seria de 55% da obra. De qualquer modo, devido a problemas para liberação da emenda e a morosidade para contratação dos projetos, a execução física e financeira ficou bem aquém do desejado.

✓ **Ação 11MC – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal (Emendas Parlamentares – Ação PPA anterior)**

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	ROMMEL BRANDÃO

Resultados:

11MC-0001 – EMENDAS – RN, SC (unidade construída/ ampliada /unidade) – Projeto				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico	3		1	33%
Financeiro	300.000		150.000	50%

EMENDA PARLAMENTAR INVESTIMENTO RIO GRANDE DO NORTE – R\$ 150.000,00

O recurso foi empregado, conforme definição da própria Unidade Regional, na contratação da obra do posto de São José do Mipibu no município de Natal-RN. O recurso foi complementado com mais R\$ 46.000,00 da ação 200G. Foi possível realizar apenas uma obra, e não duas, que era a meta da LOA 2008.

EMENDA PARLAMENTAR INVESTIMENTO SANTA CATARINA – R\$ 150.000,00

A regional não conseguiu terminar o processo licitatório a tempo de empenhar esse recurso. Portanto não houve execução física ou financeira dessa emenda.

✓ **Ação1821 – Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal (Ação PPA anterior)**

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	ROMMEL BRANDÃO

Resultados:

1821-0101 - Nacional (Crédito Extraordinário) - 30107 (-/-) - Projeto				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Financeiro	1.094.263		3.229	0,3

Praticamente não houve execução nesta ação devido a decisão do STF que considerou inconstitucional a medida provisória que criou este e outros créditos extraordinários para vários órgãos do governo federal.

2.3.1.4. Desempenho do programa – indicadores

Para o Programa 1386, adota-se como indicador o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas, com o qual se pretende medir percentual de unidades com estrutura física, de dados, de comunicações e de viaturas adequadas (eficácia).

Fórmula de Cálculo: $Iadq = (\text{Unid. Adequadas} / \text{Total de Unidades}) \times 100$

Responsável pelo cálculo: CGPLAM

PROGRAMA 1386	
METAS FÍSICAS DO PPA PARA 2008	56,67 % dos postos, considerados adequados
RESULTADOS ALCANÇADOS	65,27 % dos postos, considerados adequados

COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS	
% de postos adeq. Fisicamente	55,04 %
% de postos adeq. quanto à Tecnologia da Informação	67,99 %
% de postos adeq. quanto a Viaturas	72,78 %
$Icaif = (55,63\% + 70,56\% + 72,62\%) / 3 = 66,27\%$	

O indicador informa que 66,27 % dos postos da PRF estão adequados fisicamente. Houve um aumento de 11,24 % da melhoria dos postos em relação à 2007, onde o índice ficou em 59,57 %.

Comparativo 2007/2008			
Indicador	2007	2008	Comparativo
% de postos adeq. Fisicamente	44,90 %	55,04%	Melhor – 10,14%
% de postos adeq. quanto à Tec. da Inf	78,85%	67,99 %	Pior – 10,86%
% de postos adeq. quanto a Viaturas	54,96%	72,78 %	Melhor – 17,82%

Quanto aos fatores que levaram a um aumento do sub-índice % de postos adequados fisicamente, em relação à 2007, o principal motivo foi a liberação de um crédito extraordinário no final de 2007, com execução de obras em 2008. Foram empenhados quase R\$ 2.000.000,00 provenientes desse crédito, na ação de reforma de unidades. Este recurso foi utilizado na contratação de obras de manutenção predial em 65 unidades da PRF melhorando as condições físicas destes postos

Quanto aos fatores que levaram a uma diminuição do sub-índice % de postos adequados quanto à tecnologia da informação, em relação à 2007, o principal motivo deve-se a mudança na metodologia da pesquisa, pois anteriormente era questionado se todos os postos possuíam rede de dados com acesso à internet. Na pesquisa atual, além desse quesito, foi solicitado informar se a rede era rápida o suficiente para realizar as atividades cotidianas e se era estável, sem oscilações nem quedas. Esses novos parâmetros podem ter influenciado o indicador para baixo. O sistema de radiocomunicação é o item que mais recebeu avaliação negativa, porém, se trata de um sistema que para ser melhorado, necessita de vultosas somas de investimentos, estimado em mais de R\$ 6.000.000,00, porém, na LOA 2008, houve a liberação de apenas R\$ 2.000.000,00 para investimentos em toda ação 1835.

Quanto aos fatores que levaram a uma melhoria no sub-índice % de postos adequados quanto a viaturas, entendemos que a constante renovação da frota, como aquisição de 319 veículos em 2007, com a entrega efetuada em abril de 2008, tem sido a causa da elevação desse sub-índice.

2.3.2. Programa 0663- Segurança pública nas rodovias federais

2.3.2.1. Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Alvarez Simões Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais
	Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais
	Sensação de Segurança nas Rodovias Federais
Público Alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

2.3.2.2. Principais ações do programa

- ✓ 2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal
- ✓ 2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais
- ✓ 2C78 Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF
- ✓ 2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal
- ✓ 2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal
- ✓ 4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais
- ✓ 4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais
- ✓ 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
- ✓ 4641 Publicidade de Utilidade Pública
- ✓ 86A1 Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal
- ✓ 8703 Atividade Correicional
- ✓ 8692 Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais
- ✓ 2720 Ações de Caráter Sigiloso na Área da Segurança Pública

2.3.2.3. Gestão das ações

✓ Ação 2C78 – Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

TIPO	Atividade
Finalidade	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações críticas.
Descrição	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social
Coordenador nacional da ação	LEJANDRE MONTEIRO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Seções de Recursos Humanos

Resultados:

2C78 – Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico	144		1.973,00	1.370,14
Financeiro	80.000		64.884	81,11

O orçamento destinado a Ação para programas de apoio aos servidores, no ano de 2008, apesar de ter sofrido acréscimo em relação ao ano de 2007, não foi gasto na sua totalidade, porque os projetos estão muito além do orçamentário. Após uma adequação do orçamentário, os programas começaram a ser executados, com certa morosidade, mas se adequando as limitações das regionais. Por ser uma ação em desenvolvimento, ainda desperta dúvidas quanto a natureza dos gastos, sendo necessária uma adaptação em todos os níveis. Com relação aos gestores, aconteceram algumas alterações na gestão nacional e nos gestores regionais, dificultando assim a execução dos projetos.

Foram beneficiados 1973 servidores pela ação. Ressalta-se aqui que o benefício se deu por alguma atividade da qual o servidor participou em sua regional, o que não representa uma ação completa e holística do apoio psicossocial a cada servidor, uma vez que ainda não conseguimos padronizar todas as ações em todo o Brasil e pela carência financeira para tal.

Foi destinado pela LOA 2008 o valor de R\$ 80.000,00, com execução de R\$ 64.884,00, representando 81,11% de execução no ano. Vale ressaltar que ainda foi inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 6.202,00, o que representa o empenho de 88,85% dos recursos destinados a ação.

✓ **Ação 2B11 – Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal**

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativa
Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Modernização e Tecnologia
Coordenador nacional da ação	LUCIANO DA SILVA FERNANDES
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleos de Telemática

Resultados:

2B11 – Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico	1.452,00		1.451,00	99,93
Financeiro	2.695.000		1.130.357	41,94

Os recursos dessa ação foram utilizados basicamente na ampliação do sistema de monitoramento de pátios e rodovias, e na aferição e manutenção de equipamentos de fiscalização. A execução financeira foi baixa, devido a problemas na licitação de radares, o que inviabilizou o empenho dos recursos de capital desta ação.

✓ **Ação 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal**

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atividades.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino/DPRF
Coordenador nacional da ação	Ricardo de Oliveira Betat
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleos de Capacitação e Legislação de Pessoal

Resultados:

2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico	840		15.642,00	1.862,14
Financeiro	1.423.566		1.369.764	96,22

O Programa de Atualização para o Efetivo Policial do quadro do DPRF, tem como objetivo padronizar e atualizar nossos policiais com conhecimentos necessários para o desempenho de suas atividades. O Programa foi dividido em módulos de forma a poder ser realizado com pequena carga horária cada um deles e propiciar a participação de um maior número de policiais tendo em vista o nosso regime de escalas de serviço e dos módulos estarem sendo ministrados em todas as Delegacias do DPRF localizadas em 151 municípios em todos os Estados do Brasil. Nesta forma de capacitação utilizamos instrutores e multiplicadores das próprias regionais minimizando os custos de execução tendo em vista não haver necessidade de deslocamentos aéreos dentro de cada regional, tendo os recursos destinados apenas para pagamento de diárias para os instrutores. Desta forma conseguimos atingir um grande número de policiais capacitados com um custo reduzido. O Projeto Corregedoria Participativa foi outra ação de capacitação executada nos mesmos moldes do Programa de atualização policial, onde foram ministradas palestras em todas as nossas Delegacias (151) com recurso destinado ao pagamento de diárias e deslocamentos apenas das equipes de instrutores. O Projeto de capacitação para implantação do Projeto Unidades de Auxílio

ao Cidadão (UNACI) foi realizado com recursos provenientes do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI). Vale destacar que o grande número de servidores capacitados, acima da meta estipulada, se deu em virtude da execução destes dois grandes projetos citados acima, com um baixo custo de execução e um grande número de servidores atendidos, além de vários projetos de capacitação executados nas nossas regionais com instrutores locais e sem ônus para a administração.

✓ **Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas re
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	RICARDO DE OLIVEIRA BETAT
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleos de Capacitação e Legislação de Pessoal

Resultados:

4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico	565		1.886,00	333,81
Financeiro	935.000		770.998	82,46

O projeto de capacitação para implantação do Projeto Unidades de Auxílio ao Cidadão (UNACI) foi realizado com recursos provenientes do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI). Realizamos a formação e atualização de instrutores com objetivo de executarmos o Programa de Atualização para o nosso efetivo Policial, bem como um curso de atualização pedagógica para instrutores já pertencentes ao nosso quadro, visando a realização em 2009 de Curso de Formação Profissional para 340 novos policiais (Concurso em andamento).

✓ **Ação 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais**

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito... Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção...
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Operações
Coordenador nacional da ação	Coraci Ricardo Fernandes Vieira
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Seções de Policiamento e Fiscalização

Resultados:

2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais			
	Previsto	Atual	%
Físico	62.000,00	62.000,00	100
Financeiro	54.702.570	53.110.404	97,09

A ação de policiamento ostensivo foi dividida em 08 planos internos para fins de acompanhamento gerencial dos custos das despesas mais relevantes, conforme quadro abaixo:

Plano Interno	Descrição	Valor
1402UF	AQUISICAO DE UNIFORMES/FARDAMENTO	R\$ 1.471.485
1408AV	MANUTENÇÃO DE AERONAVES	R\$ 5.302.250
1408E	ABASTECIMENTO DA FROTA DO DPRF	R\$ 22.147.397
1408E1	ABASTECIMENTO DA FROTA DO DPRF - C. EXTRAORD.	R\$ 799.379,62
1408H	MANUTENCAO DA FROTA DO DPRF	R\$ 12.412.454
1408J	PAGAMENTO DE DIARIAS DE OPERACOES DA DPRF	R\$ 2.375.600
1408L	AQUISICAO DE MATERIAL E SRV.POLICIAMENTO	R\$ 8.228.052
1408VS	CONSRTO DE VIATURAS SINISTRADAS	R\$ 373.784

A maior despesa desta ação é a que trata da aquisição de combustíveis. Esta despesa é essencial para o bom funcionamento da atividade fim da polícia rodoviária federal. As despesas com manutenção de viaturas também ocupam uma posição de destaque. O DPRF tem procurado realizar um amplo programa de substituição de viaturas antieconômicas, através da compra de novas viaturas e leilões de viaturas inservíveis.

No quadro abaixo, seguem os principais equipamentos adquiridos em 2008:

ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
CONJUNTO SISTEMA ILUMINAÇÃO	29	R\$ 22.543,65	R\$ 653.765,85
LANTERNA ELÉTRICA	1956	R\$ 748,00	R\$ 1.463.088,00
ESCUDO ANTI-TUMULTO	150	R\$ 389,97	R\$ 58.495,50
CAPACETE	130	R\$ 230,00	R\$ 29.900,00

O conjunto sistema de iluminação possibilitará a realização de comandos noturnos em rodovias, em lugares que não possuem iluminação, pois trata-se de um sistema de iluminação autônomo, com isto espera-se maior efetividade nas ações de combate à criminalidade nas rodovias. A aquisição de lanternas era uma reivindicação antiga dos policiais, devido a demanda de atividades de vistorias em veículos no período noturno, além da questão da segurança do policial em operações noturnas nas rodovias. Os escudos e capacetes anti-tumultos serão distribuídos para os grupamentos anti-tumultos da PRF. Houve um crédito extraordinário de R\$ 1.500.000,00 para investimentos, porém, foi empenhado apenas R\$ 215.292,55, devido limitações orçamentárias para despesas de Capital (investimentos), no final do presente exercício, que comprometeram um maior nível de execução da ação, afetando a perspectiva de aquisição de equipamentos de segurança e sinalização destinados aos postos da PRF.

✓ Ação 2816 - Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleos de Inteligência

Resultados:

2816 - Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico	50		36	72
Financeiro	800.000		648.774	81,1

As Operações envolvem gastos com passagens aéreas e diárias para a Coordenação e os (26) vinte e seis Núcleos de Inteligências, localizados nas respectivas regionais. No final do ano de 2008, foi acrescentado um crédito adicional para o serviço de Inteligência, apesar dos esforços não foi possível a execução na sua totalidade, devido a não liberação de limite orçamentário por parte do Ministério da Justiça.

Os principais equipamentos adquiridos, como material permanente para equipar os Núcleos, Serviços e a Coordenação de Inteligência foram : Visores Noturnos, GPS, Filmadoras, Câmeras Digitais, Fragmentadoras e Binóculos.

✓ **Ação 4290 – Atividades de Saúde nas Rodovias Federais**

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros Órgãos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social
Coordenador nacional da ação	GETÚLIO CAMARA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Seções de Recursos Humanos

Resultados:

4290 – Atividades de Saúde nas Rodovias Federais				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico	9		0	0
Financeiro	450.000		403.949	89,77

Houve um erro no preenchimento do SIGPLAN, devido a este erro a coluna da meta física ficou com resultado zero.

Com o objetivo de atender as necessidades previstas pela Ação, foi planejado a aquisição de equipamentos de forma centralizada, de modo a tornar a compra mais vantajosa para administração, com posterior distribuição para as Regionais. Dentro dessa filosofia foram montados processos de aquisição para equipar as unidades, de modo a possibilitar o atendimento pré-hospitalar e resgate, bem como a realização dos Comandos de Saúde nas Rodovias e Patrulha da Saúde.

Dentre as proposições feitas, tem-se as seguintes aquisições:

- Compra de equipamentos DESENCARCERADORES para atendimento pré-hospitalar e resgate. Foram adquiridos 4 equipamentos para os seguintes estados: DF, BA, RN e SE.
- Compra de equipamentos para utilização nos Comandos de Saúde nas Rodovias (CSR), neste caso Equipamentos para Triagem em Sanidade Física em Medicina de Tráfego dos motoristas profissionais que participaram dos CSR. Foram adquiridos 12 equipamentos.
- Compra de equipamentos para utilização nos Comandos de Saúde nas Rodovias (CSR), neste caso aparelhos para a determinação de glicemia, triglicérides e colesterol. Foram adquiridos 97 aparelhos.
- Compra de manequins para treinamento e preparo das equipes de resgate. Foram adquiridas 10 Manequins, sendo 01 simulador para RCP, 6 para treinamento de RCP adulto e 3 para treinamento de RCP infantil.

O recurso previsto para investimento na LOA 2008 era de R\$300.000,00 e o montante financeiro executado em investimentos, foi de R\$ 273.160,55, o que representa 91,05% de aplicação dos recursos disponibilizados.

Dentro do planejamento para realização das atividades previstas para 2008, seguiu-se a mesma filosofia dos anos anteriores. Dadas as peculiaridades regionais, a verba destinada ao custeio das atividades, ou seja, aquisição de materiais de consumo, foi dividida por regionais segundo critérios estabelecidos pela Divisão de Saúde, de acordo com as atividades executadas em 2007.

Porém, muitas regionais não executaram os recursos destinados, por morosidade no planejamento de compras, pois grande parte do material já possuía registro de preços, o que agiliza a aquisição, pois, já havia empresa contratada para o fornecimento e apenas dependia das regionais solicitar o material pré-determinado. Foram adquiridos pelas regionais diversos Materiais de Consumo, para atender as ações desenvolvidas

Os recursos previstos na LOA 2008 para custeio dentro da ação foram de R\$150.000,00 e o montante financeiro executado, com Custeio, foi de R\$149.972,00. Isso representa uma aplicação de 99,98% do total de recursos destinados a esse fim, dentro da Ação.

No ano de 2008, os Comandos de Saúde nas Rodovias conseguiram ser realizados com maior uniformidade, com atendimento a aproximadamente 9.000 motoristas.

As principais dificuldades foram a falta de equipamentos, fato esse que impediu o preenchimento completo de todas as fichas, a padronização nos circuitos de exames, já solucionado, e o lançamento dos dados coletados, pois o sistema para tal ainda está em desenvolvimento.

A parceria com o Ministério da Saúde, por intermédio do convênio SAMU-DPRF, tem possibilitado um aumento e melhoria nas unidades de atendimento.

Para todos os Termos Aditivos, o Ministério da Saúde fez um repasse de recursos, entretanto, encontramos-nos distante da meta global do convênio, tendo como principais obstáculos:

- Insuficiente incentivo aos Gestores Locais do SUS (estaduais e municipais) aliado ao considerável desinteresse inerente aos mesmos;
- Substituição corriqueira dos Gestores Locais do SUS; burocracia institucional própria do DPRF, Ministério da Saúde e Gestores Locais do SUS por ocasião da

cooptação e trâmite dos instrumentos do convênio (planos e relatórios de atendimento e termos aditivos);

- Ausência de previsão de contrapartida financeira aos respectivos SAMUs e demais entraves administrativos, a exemplo da substituição na Coordenação-Geral de Urgência e Emergência.

✓ Ação 4526 – Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil...
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Combate ao Crime
Coordenador nacional da ação	GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleos de Operações Especiais

Resultados:

4526 – Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico	17		252	1.482,35
Financeiro	970.000		840.817	86,68

A informação da previsão inicial (17 operações) foi revista em razão da inclusão dos Núcleo de Operações Especiais no planejamento para 2008, razão pela qual alteramos a previsão no campo previsão corrigida para 240 operações.

As atividades relativas a ação, tem por natureza atividades reativas, emergenciais e de pronto emprego, podendo causar discrepâncias entre os campos previsões e realizados. Outra característica da ação é a interação operacional da PRF com outros órgãos, sendo que em determinadas ações as despesas decorrentes da participação da PRF são custeadas pelos órgãos que coordenam ou solicitam os trabalhos(ex: IBAMA, FUNAI, MTE/DRT, etc.).

Operações de destaque:

- OPERAÇÃO CARNAVAL SEGURO – estabelecida pela Divisão de Combate ao Crime (DCC) através da Ordem de Missão 001/2008/DCC/CGO, com o fito de realizar ações nas rodovias federais próximas à região do Triângulo Mineiro para combater a prática de roubos ao transporte de passageiros e cargas, combater o roubo/furto de veículos e demais delitos peculiares da região, no período de 31JAN08 a 07FEV2008, não sendo registrada nenhuma ocorrência criminosa no período;

- OPERAÇÃO ARARIBÓIA – continuidade das ações de fiscalização e repressão, entre outros, ao transporte irregular de produtos florestais nas rodovias do Estado do Maranhão próximas à Terra Indígena Araribóia, bem como apoiar as equipes de fiscalização do IBAMA e da FUNAI em incursões em locais de prática de tais ilícitos naquela região.
- OPERAÇÃO 412 – realizada pelo NOE/PB, para repressão a sequestros relâmpagos e roubos na região bancária, culminando com a prisão de 03 pessoas que realizavam assaltos nestas modalidades.
- OPERAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES – estabelecida pela 13ªSRPRF/AL em parceria com a DRT e Procuradoria Regional do Trabalho, com o objetivo de fiscalizar a condição de trabalho em 16 usinas alagoanas, culminando com a libertação de 450 trabalhadores;
- OPERAÇÃO CAPARÃO – estabelecida pela Ordem de Missão 001/2008/12ªSRPRF-ES, no período de 10 a 14MAR08, na Divisa ES x MG, culminando com a prisão de 06 pessoas, 03 Veículos Recuperados e na apreensão de 1300 DVD's;
- OPERAÇÃO ABOLIÇÃO – estabelecida pela 2ª SRPRF/MT, no período de 26 a 29ABR08, para combate à criminalidade em geral, culminando com a prisão de 4 pessoas, na apreensão de 32,8 kg de cocaína e na recuperação de 2 veículos roubados.
- OPERAÇÃO CAIAPÓS – estabelecida pela Coordenação Geral de Operações por meio da Ordem de Serviço 009/2008–CGO, com a intenção de aumentar a percepção de segurança da população do Triângulo Mineiro e dos demais usuários das rodovias federais da região, no período de 01ABR08 a 19ABR08, culminando com a prisão de 45 pessoas e na morte de um assaltante após troca de tiros com a PRF, na apreensão de 03 armas de fogo;
- OPERAÇÃO COMBATE TRABALHO ESCRAVO PEIXOTO – instituída pela Ordem de Missão 017/08 do NOE/2ªSRPRF/MT, na região de Peixoto de Azevedo, no período de 25 a 30ABR08, com o objetivo de apoiar Auditores Fiscais do Trabalho em Inspeção Fiscal, resultando na libertação de 10 trabalhadores;
- OPERAÇÃO COMBATE À CRIMINALIDADE – estabelecida pela 10ªSRPRF/BA, para combate a criminalidade em sua circunscrição, em 11ABR08, culminando com a prisão de 14 pessoas, na apreensão de 134,3 kg de maconha, 825 DVDs piratas, 07 animais e 04 veículos recuperados.
- OPERAÇÃO MADRUGADA – instituída pela Ordem de Missão 015/08 do NOE/2ªSRPRF/MT, na região de Peixoto da Baixada Cuiabana, em 10ABR08, com o objetivo de combater o narcotráfico na região de fronteira, resultando na prisão de 02 pessoas e nas apreensões de 02 veículos e 18 kg de pasta base de cocaína;
- OPERAÇÃO VÔO LIVRE – estabelecida pela Ordem de Serviço 018/08 da SPF/15ªSRPRF, no período de 05 e 06ABR08, com o objetivo de apreender aves silvestres comercializadas no bairro Alto do Xerém em Mossoró, bem como prender os infratores, culminando com a prisão de 22 pessoas e na apreensão de 204 aves diversas e 30 m³ de madeira;
- OPERAÇÃO MORFEU – estabelecida pela 10ªSRPRF/BA, para combate a criminalidade em sua circunscrição, no período de 08 a 09ABR08, culminando com a prisão de 14 pessoas, na apreensão de 300 comprimidos de anfetaminas e 1 arma, na recuperação de 2 cargas e 1 veículo furtado.
- OPERAÇÃO COLHEITA – estabelecida pelo NOE/PE para erradicação do plantio de maconha no sertão pernambucano, em apoio ao DPF, culminando com a erradicação de quase 1 milhão de pés de maconha.
- OPERAÇÃO COMBATE TRABALHO ESCRAVO VERDE LIVRE – instituída pela Ordem Missão 019/08 do NOE/2ªSRPRF/MT, na região de Campo Verde, no período de 12 e 13MAI08, com o objetivo de apoiar Auditores Fiscais do Trabalho em Inspeção Fiscal, resultando em 240 Trabalhadores alcançados, com a libertação de 209 trabalhadores;
- OPERAÇÃO ARACELI" – instituída pela Ordem de Serviço 015/2008-DCC/CGO, realizada no período de 14 a 20MAI08 nas rodovias federais no Pará, com o objetivo de realizar ações educativas e repressivas à exploração sexual de crianças e adolescentes, culminando com a prisão de 20 pessoas e no encaminhamento de 32 menores aos conselhos tutelares por estarem em situação de risco;
- OPERAÇÃO CARTA BRANCA – estabelecida através da Ordem de Serviço 019/2008–CGO, em atendimento à determinação contida no Memorando nº 1012/GM, do gabinete do Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, para atuar em conjunto com o Ministério Público do Estado de São Paulo no cumprimento de 20 mandados de prisão temporária e 25 mandados de busca e apreensão na região metropolitana de São Paulo/SP. O desdobramento da operação culminou com a identificação de mais de 15.000 CNHs emitidas de forma irregular;

- OPERAÇÃO TEMÁTICA DE COMBATE A ADULTERAÇÃO VEICULAR (OTEVEIC) – estabelecida por meio da Ordem de Serviço 020/2008-CGO, provocada pela necessidade de levar maior conhecimento técnico ao efetivo no tocante ao combate ao crime específico de adulteração veicular, realizada em duas etapas (RN e CE), culminando com a capacitação de 54 policiais, com a recuperação de 17 veículos roubados/adulterados, na prisão de 19 pessoas, na apreensão de 02 armas e 03 CRLVs, tendo encaminhado 02 menores ao conselho tutelar;
- OPERAÇÃO GUAÍRA 1ª Fase – em cumprimento à decisão de antecipação de tutela da Ação Civil Pública nº 2008.70.04.001085-PR, estabelecida pela Ordem de Missão 023/2008/DCC/CGO e Instrução de Serviço nº 026/2008-SPF-PR, no período de 27/06 a 19/07/2008, na BR 163, trecho de Marechal Cândido Rondon à Divisa com o Mato Grosso do Sul, culminando com 23 Pessoas detidas e nas apreensões de: 103,5 kg de maconha, 630 gr de cocaína, 65.500 pcts de cigarro, 30 pcts de agrotóxico e 13 veículos encaminhados para a Receita Federal;
- OPERAÇÃO COMBATE TRABALHO ESCRAVO ARAGUAIA – instituída pela Ordem de Missão 026/08–NOE/2ªSRPRF/MT, na região de São Félix do Araguaia e Riberão Cascalheira, no período de 09 a 20/06 de 2008, com o objetivo de apoiar Auditores Fiscais do Trabalho em Inspeção Fiscal, resultando em 111 Trabalhadores alcançados, com o resgate de 16 homens, 01 mulher e 01 adolescente;
- OPERAÇÃO VELOZES E FURIOSOS – instituída pela Ordem de Serviço nº 024/2008-CGO, com o fito de Cumprir 24 Mandados de Busca e Apreensão expedidos pela 3ª Vara Criminal de Campos dos Goytacazes/RJ, culminando com o cumprimento de todos os mandados, na prisão de 02 pessoas, na apreensão de 01 arma e na recuperação de carga de medicamento e respectivo caminhão;
- OPERAÇÃO TRUCK – realizada pela 12SRPRF/ES com o apoio do MPES, para desmontar quadrilha especializada em roubo de caminhões e cargas, culminando com o cumprimento de 20 mandados de prisão / busca e apreensão, com a prisão de 09 pessoas e na apreensão de 09 armas de fogo.
- OPERAÇÃO PARACELSO – estabelecida através da Ordem de Serviço 031/2008-DCC/CGO, nos dias 14 a 16JUL08, com o objetivo de atuar em conjunto com o Ministério Público do Estado de Alagoas no cumprimento de mandados de prisão temporária e de busca e apreensão, visando desbaratar esquema de adulteração de combustíveis, roubo a cargas, entre outros ilícitos, culminando com a prisão de 41 pessoas, apreensão de 16 armas de fogo, apreensão de 17 veículos, sendo 03 roubados, diversos produtos utilizados na falsificação e adulteração, 20.160 litros de combustível e 06 toneladas de cimento adulterados;
- OPERAÇÃO CAÇA-PIRATA – estabelecida pela Divisão de Combate ao Crime através da Ordem de Serviço 031/2008, em 18JUL08, com o objetivo de cumprir mandados de busca e apreensão, visando reprimir o jogo ilegal, a pirataria, entre outros ilícitos, culminando com a prisão em flagrante de 41 pessoas, a apreensão de 107 maq. Caça-níqueis, 15.162 DVD's e 01 arma de fogo;
- OPERAÇÃO SERINGUEIRA – estabelecida através da Ordem de Serviço 021/2008 –CGO, para atuar em conjunto com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Polícia Civil, PROCON e Receita Estadual no cumprimento de 32 mandados de busca e apreensão no Estado de Minas Gerais, no período de 09JUN08 a 13JUN08;
- OPERAÇÃO BACIA DO SÃO FRANCISCO – com o objetivo de Intensificar a fiscalização nas rodovias federais da região norte do Estado da Bahia por solicitação do Ministério Público Estadual, principalmente no que se refere ao comércio ilegal de madeiras e carvão vegetal para as usinas siderúrgicas do estado de Minas Gerais, culminando com a prisão de 07 pessoas e nas apreensões de 230m³ de carvão, 4.200 kg de carne clandestina, 03 animais silvestres, 1.204 kg de queijo, 05 moto-serras e no recolhimento de 296 animais;
- OPERAÇÃO FAUNA LIVRE – estabelecida pela Ordem de Serviço 019/08/SPF/10ªSRPRF, com o fito de apoiar ações de combate à crimes ambientais com a Delegacia de Proteção Ambiental de Lençóis e Núcleo de Amargosa, no período de 19 a 21JUL08, culminando com a prisão de 10 pessoas, com o encaminhamento de 02 menores e na apreensão de 178 pássaros diversos, 06 cágados e 01 mico estrela;
- OPERAÇÃO BACO – realizada em toda a circunscrição da 10ªSRPRF/BA, em 25JUL08, culminando com a prisão de 08 pessoas e nas apreensões de 741 DVDs, 02 documentos falsos, 12,6 m³ de madeira, 13 máq. Caça-níqueis e 04 CNHs;
- OPERAÇÃO SEGURANÇA GARZÓN – estabelecida através da Ordem de Missão 05/2008-DCC, visando acompanhar o juiz espanhol Baltazar Garzón realizando a segurança pessoal do magistrado durante os deslocamentos e nos locais conforme agenda, no período de 19 e 20AGO08.
- OPERAÇÃO TEMÁTICA DE ENFRENTAMENTO AO NARCOTRÁFICO (OTENARCO) - estabelecida por meio da Ordem de Serviço 035/2008-CGO, provocada pela necessidade de levar maior

- conhecimento técnico ao efetivo operacional no tocante ao combate ao crime específico de tráfico de entorpecentes, no período de 05AGO2008 a 19AGO2008, culminando com o intercâmbio e capacitação de 55 policiais, na prisão de 24 pessoas, na apreensão de 46,3 kg de cocaína, 10 kg de maconha, 02 veículos recuperados, 01 arma de fogo apreendida e 01 menor conduzido ao conselho tutelar;
- OPERAÇÃO COMPADRIO – estabelecida pela Ordem de Serviço 002/08/SPF/9ªSRPRF/RS, com o fito de apoiar MPE no cumprimento de 10 mandados de prisão e 09 de busca e apreensão, culminando com 06 prisões e na apreensão de 500 gr de cocaína, 400 gr de crack e 01 arma de fogo;
 - OPERAÇÃO IMPACTO – estabelecida pela Ordem de Serviço 040/08/SPF/6ªSRPRF, com o objetivo de melhorar a sensação de segurança nas rodovias federais na região metropolitana de São Paulo, no período de 04 a 15AGO08, culminando com a prisão de 21 pessoas, com 03 intervenções em ocorrências de roubo, 03 intervenções em crimes ambientais, na apreensão de 11,5 kg de entorpecentes e na recuperação de 05 veículos produto de roubo;
 - OPERAÇÃO PORTAL – estabelecida pela Ordem de Serviço 035/08/CGO, para realizar no período de 06 a 23AGO08, juntamente com o DPF, ações preventivas e repressivas aos crimes ambientais no município de Vilhena/RO, portal de entrada da Amazônia Ocidental.
 - OPERAÇÃO RONDON – estabelecida pela Ordem de Serviço 045/08/CGO, com o objetivo de atuar com o MTE/DRT na erradicação do trabalho escravo, na região de Marabá/PA, no período de 23SET a 03OUT08, culminando com a identificação de 100 trabalhadores irregulares e na libertação de 09 na condição análoga à escravidão.
 - OPERAÇÃO GUAÍRA – 2ª fase - em cumprimento à decisão de antecipação de tutela da Ação Civil Pública nº 2008.70.04.001085 - PR, prorrogando até 31DEZ08 as ações de combate à criminalidade na região compreendida entre Marechal Cândido Rondon à Divisa com o Mato Grosso do Sul, culminando até o momento com 8.198 Veículos Fiscalizados, 61 Veículos recuperados, 70 Pessoas detidas, 1,53 toneladas de maconha e 1,3 kg de cocaína apreendidas, 75.496 pacotes de cigarros, 27.100 DVD/CD e 4.160 medicamentos apreendidos, 14 pistolas Luger calibre 9mm, 01 submetralhadora Luger calibre 9mm e 01 carabina Ruger calibre 5,56mm apreendidas e R\$ 150.676,00 apreendidos.
 - OPERAÇÃO CLAREIRA – estabelecida pelo Núcleo de Operações Especiais/PE para erradicação do plantio de maconha no sertão pernambucano, culminando com a erradicação de mais de 600 mil pés de maconha.
 - OPERAÇÃO BORBA – estabelecida pela Ordem de Serviço 058/08/CGO, com o objetivo de apoiar o MTE/DRT na erradicação do trabalho escravo na região de Borba/PR e Cerro Azul/PR, culminando com a regularização e indenização de diversos trabalhadores;
 - OPERAÇÃO CODEMAT – estabelecida pela Ordem de Serviço 052/08/CGO, para compor Força-Tarefa composta pelo MPT, MTE/DRT, DNPM e PRF para realizar fiscalizações trabalhistas, minerais e criminais nas regiões do norte do ES, nordeste de MG e extremo sul da BA;
 - OPERAÇÃO RONDON II – estabelecida pela Ordem de Serviço 053/08/CGO, com o objetivo de atuar com o MTE/DRT na erradicação do trabalho escravo, na região de Rondon/PA, no período de 21 a 30OUT08;
 - OPERAÇÃO CARCARÁ – estabelecida pela Divisão de Combate ao Crime com o intuito de combater a criminalidade no entorno de Distrito Federal, no período de 19OUT a 10NOV08, culminando com a prisão de 35 pessoas, na apreensão de 10 kg de maconha, 07 armas, 350 DVDs piratas e no cumprimento de 09 mandados de prisão. Durante a operação foram apreendidos mais de R\$ 2.000.000,00 em mercadorias na Feira dos Importados em Brasília.
 - OPERAÇÃO ZEBRA – estabelecida pela Ordem de Serviço 062/08/CGO para atender solicitação da Justiça Federal para combater a prática de “jogos de azar” e outros ilícitos relacionados na Região do Pajeú, no período de 09 a 15NOV08, culminando no fechamento de uma loteria particular e na apreensão de 249 máquinas caça-níquel, 05 armas, 02 veículos e 05 pessoas presas;
 - OPERAÇÃO LÓTUS – estabelecida através da Ordem de Serviço 060/08/CGO, para realizar ações de combate ao crime organizado em conjunto com o MP/CE, no período de 04 a 08NOV08, culminando com a prisão de 25 pessoas que atuavam junto ao DETRAN-CE em fraudes diversas. Forma cumpridos 24 Mandados de prisão e 31 de busca e apreensão.
 - OPERAÇÃO OTENARCO II – estabelecida por meio da Ordem de Serviço 035/08/CGO, com o objetivo de promover capacitação e intercâmbio no combate ao tráfico de entorpecentes, realizada no MS no período de 17 a 22NOV08, culminando com a prisão de 21 pessoas e na apreensão de 45 kg de maconha. 11 kg de cocaína, 6 armas e recuperados 7 veículos furtados.

- OPERAÇÃO SERRA DO CACHIMBO – estabelecida pela Ordem de Serviço 059/08/CGO, com o intuito de apoiar o Instituto Chico Mendes em ações de fiscalização e proteção à biodiversidade na ReBIO Nascentes da Serra do Cachimbo no PA, no período de 03 a 17NOV08.
- OPERAÇÃO OTEVEIC II – estabelecida através da Ordem de Serviço 070/2008, com o objetivo de promover capacitação e intercâmbio ao efetivo no tocante ao combate ao crime específico de adulteração veicular, realizada nas rodovias federais de PE, PI e BA, no período de 29NOV a 16DEZ08, culminando com a capacitação de 54 policiais, com a recuperação de 50 veículos roubado/adulterados, na prisão de 11 pessoas, na apreensão de 02 armas e no cumprimento de 03 mandados de busca e apreensão;
- OPERAÇÃO MORDAÇA – estabelecida pela Ordem de Serviço 026/08/SPF/PB, no período de 11 a 12DEZ08, com o objetivo de apoiar ações do DPF no combate à criminalidade no sertão da Paraíba.
- OPERAÇÃO GUARDIÃO IV e V – estabelecidas pelas Ordens de Serviço 041 e 042/08/SPF/13ª, nos períodos de 18 a 19 e 22 a 23DEZ08, com o objetivo de coibir o assalto a passageiros e cargas, bem como combater a criminalidade na BR 101 em AL.
- OPERAÇÃO ITAPEGI – estabelecida pelo Núcleo de Operações Especiais/SP para combater venda de produtos sem procedência às margens da BR Fernão Dias e promover reintegração de posse, culminando com a apreensão de 6 toneladas de acessórios automotivos e na prisão de 12 pessoas.
- OPERAÇÃO SAUÍPE – estabelecida no período de 12 a 19DEZ08, com o objetivo de realizar escoltas e segurança de chefes de Estados por ocasião da I Cúpula dos Chefes de Estado Do Mercosul e América Latina, realizado na Costa do Sauípe/BA.

O DPRF no exercício 2008 manteve o aumento na maioria dos indicadores em relação ao exercício de 2007. Segue dados de apreensões 2006/2007/2008 para verificação:

ITEM	Qtd.	2005	2006	2007	2008
Pessoas Detidas	Unid.	9.254	19.433	23.716	26.579
Maconha	Ton.	37,77	46,63	43,93	72,56
Cocaina	kg.	2.210,44	3.105,43	4.245,71	3.584,91
Haxixe	esfera	52.553	66.603	114.495	157.674
Crack	kg.	46,30	185,22	295,45	511,05
CD/DVD's	Unid.	2.505.231	7.526.548	5.812.655	7.267.284
Cigarros	Pct.	1.371.999	2.752.599	3.370.862	1.718.310*
Combustíveis	litro	101.904	181.402	264.185	128.295
Informática	Unid.	93.399	129.163	122.940	85.585*
Eletrônicos	Unid.	160.718	273.335	334.173	228.571*
Medicamentos	Unid.	120.212	310.320	322.601	496.663
Armas	Unid.	1.157	1.474	1.534	1.469
Munições	Unid.	94.576	117.204	90.317	66.216
Animais Silvestres	Unid.	8.226	14.051	11.124	9.789
Madeira	m³	520.925	295.048	99.245	78.389*
Trabalhador libertado	Unid.	309	662	533	906
Veículos recuperados	Unid.	3.368	3.593	3.644	3.451

A redução verificada nos itens relacionados ao contrabando/descaminho se deram em razão das ações integradas com a Receita Federal, onde o veículo segue apreendido lacrado aos pátios da RF, restando prejudicada a contagem dos materiais. Da mesma forma se comporta a redução verificada em madeiras apreendidas, onde em operações integradas com o IBAMA o material apreendido segue direto aos pátios do órgão.

Discriminação dos 26.579 detidos em 2008 por tipo:

Detenções	2008
Assaltante de Carga	69
Assaltante ônibus	75
Estrangeiros	292
Mandado	2374
Tráfico de entorpecentes	1830
Roubo/Furto de veículos	1511
Contrabando/Descaminho	1827
Crimes de trânsito	9241
Crimes ambientais	1830
Outros	7530
Total de Detidos	26.579

✓ **Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública**

Tipo	Atividade
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de util
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Assessoria de Comunicação Social
Coordenador nacional da ação	AFRÂNIO ANDRADE
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleos de Comunicação Social

Resultados:

4641 – Publicidade de Utilidade Pública				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Financeiro	100.000		41.788	41,79

A atividade de Publicidade de Utilidade Pública, no caso da Polícia Rodoviária Federal, é de grande importância para auxiliar o trabalho de buscar a redução dos acidentes em rodovias federais. Porém, o valor atualmente estimado para a publicidade de utilidade pública é ínfimo frente à dimensão da tarefa e dos custos que a atividade exige.

As principais ações realizadas em 2008 foram:

- Comando de Saúde nas rodovias federais- teve publicidade viabilizada por parceiros - SEST/SENAT e Ministério da Saúde;
- Ação prevista para divulgação do número de emergência da PRF parcialmente comprometida por dificuldades de realização de processo licitatório (tempo hábil) em diversas regionais.

✓ **Ação 86A1 – Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal**

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Multas e Penalidades
Coordenador nacional da ação	Jerry Adriane Dias Rodrigues

Resultados:

86A1 - Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico	1.696.429,00	2.246.280,00	132,41	
Financeiro	28.750.000	28.725.717	99,92	

A atividade de fiscalização de trânsito resulta, por vezes, na autuação do usuário das rodovias federais que esteja inobservando disposição do Código de Trânsito Brasileiro, o que desencadeia uma série de procedimentos com vistas a garantir o exercício do direito à defesa e a legalidade da imposição de penalidade ao infrator.

Nessa linha, a efetividade da sanção ao infrator consolida o duplo efeito almejado pelo legislador: o caráter punitivo e educativo. É sabido que a sensação de impunidade estimula a inobservância das regras de trânsito, motivo pelo qual a presente ação merece especial atenção.

A principal despesa desta ação é o contrato firmado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para entrega de notificações de autuação e de penalidade. Em 2008 os gastos com envio de notificações somaram mais de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais).

No início de 2008 foi detectado que o recurso seria insuficiente para honrar os compromissos, principalmente devido ao aumento das autuações, elevação de tarifa referente ao contrato com a ECT e o pagamento de débitos com a Polícia Militar de Minas Gerais, foi solicitado, portanto, crédito suplementar de R\$ 9.750.000,00 (nove milhões, setecentos e cinquenta mil reais), sendo liberado no mês de dezembro, o que possibilitou a continuidade dos trabalhos, com envio de praticamente todas as penalidades que estavam pendentes no Sistema de Multas.

Destaca-se a arrecadação recorde do DPRF em 2008, de R\$ 213.569.335,92 (duzentos e treze milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, trezentos e trinta e cinco reais, noventa e dois centavos), principalmente devido ao aumento na fiscalização, melhorias no Sistema de Multas implementado durante o ano e funcionamento do sistema RENAINF, que possibilitou a interligação dos DETRAN's, a fim de que os mesmos liberassem o licenciamento dos veículos somente após o pagamento das multas realizadas pela PRF.

Desde 2007, a arrecadação vem aumentando consideravelmente em relação aos anos anteriores, em decorrência do aumento na eficiência na aplicação das penalidades e arrecadação. Em 2008, em relação a 2007, foi possível duplicar a quantidade de notificações de penalidade enviadas, o que acarretará um aumento considerável na arrecadação de 2009.

É importante esclarecer que o realizado sempre leva em consideração as NP (notificações de penalidade) enviadas, visto que é nessa fase que a autuação se transforma em multa, tornando-se exigível, com o processo completo. A partir de 2009, o processamento será completo desde o primeiro mês, sem restrição de envio de NP, visto que a restrição de envio de NP está prejudicando o cidadão que não consegue pagar uma autuação porque ainda não se tornou em multa e nem a PRF consegue enviar a NP.

Desta forma, a disponibilização orçamentária será utilizada todos os meses de forma completa, incluindo todas as obrigações legais de envio de NA (notificação de autuação), NP, publicação por edital e pagamento dos convênios firmados pela PRF. Com o crédito suplementar ainda foi possível disponibilizar o valor necessário para pagamento do passivo existente com a Polícia Militar de Minas Gerais, com a qual a PRF tem convênio de fiscalização de aproximadamente 6.000 km de rodovia federal em Minas Gerais, sendo que a PRF não pagava a PMMG desde outubro de 2007.

Por fim, é importante registrar as dificuldades que temos em relação ao contrato com a ECT, eis que aquela Empresa não informa de maneira adequada o ocorrido com as notificações enviadas, ficando pendente um percentual muito grande de notificações que não temos informação acerca da entrega. Só no ano de 2008, foram encaminhadas 4.304.275 notificações através da ECT, mas somente obtivemos retorno de entrega de 2.679.612, representando pouco mais de 62,25% de eficiência de entrega; 473377 em que houve a tentativa correta de entrega mas sem sucesso; 24795 de informações incorretas acerca da tentativa de entrega; 1108253 em que não houve retorno da ECT.

Assim, a percentagem de erro ou falta de informação da ECT chegou a 26,32% das penalidades aplicadas, o que representa aproximadamente a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) que poderão não ser arrecadados caso a ECT não retorne com a informação adequada. Saliente-se que esses dados foram colhidos em 10/03/2009, mais de sessenta dias após o envio da última notificação de 2008.

Acrescente-se a isto, o fato de que se trata de contrato de adesão, em que não existe qualquer sanção à ECT em decorrência de suas falhas (desde 2008, conseguimos colocar uma cláusula penal, mas quando solicitamos a primeira indenização no valor de mais de R\$ 20.000.000,00, a ECT nos deu aviso prévio para rescisão do contrato, caso não seja excluída a cláusula penal, o que poderá acarretar a suspensão de todas as notificações da PRF no país, visto que não existe outro meio de enviar as notificações que não seja por meio da ECT; desta forma, os autos poderão ser cancelados por decurso de prazo). Das notificações em que houve a tentativa correta de entrega, para que possamos efetivamente cobrar o valor correspondente das multas, será necessário, a partir de 2009, efetuar a publicação por edital.

✓ **Ação 8692 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais**

Typo	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	MARIA ISABEL NOGUEIRA DE FARIA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleos de Capacitação e Legislação de Pessoal

Resultados:

8692 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico	40.000,00		177.200,00	443
Financeiro	200.000		161.246	80,62

Dentro da Educação para o Trânsito vários públicos foram atingidos, abrangendo motoristas profissionais, motoristas eventuais e os futuros motoristas (crianças e adolescentes).

Ao todo foram realizadas 342 (trezentas e quarenta e duas) ações direcionadas à Educação para o Trânsito nas Regionais PRF, dentre as quais: visitas e palestras em 151 (cento e cinquenta e uma) escolas com público variando da pré-escola ao ensino médio; Festival Temático para o Trânsito – FETRAN nos estados de Mato Grosso e Rio de Janeiro; Semana Nacional do Trânsito e Caravana Siga Bem Caminhoneiro. Nas ações desenvolvidas atingimos diretamente um público de 177.200 (cento e setenta e sete mil e duzentas) pessoas.

Para o desenvolvimento das ações de Educação para o Trânsito foram previstos R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) que foram utilizados em diárias e passagens aéreas para os servidores envolvidos na execução dos vários projetos da área (Caravana Siga Bem Caminhoneiro, Fetran, Petran e Educatran) e aquisição de materiais didáticos direcionados aos trabalhos de educação de crianças e adolescentes.

A receptividade verificada no público dos trabalhos desenvolvidos, bem como o envolvimento da equipe no desempenho das ações indica que as orientações da área tendem para um caminho que produzirá excelentes resultados principalmente na prevenção de acidentes.

✓ **Ação 8703 – Atividade Correicional**

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF e assegurar o cumprimento das leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas.
Descrição	Apuração de denúncias, visitas preventivas, palestras. Pagamento de diárias e passagens para corregedores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Corregedoria Geral
Coordenador nacional da ação	CIDENOR GUERRA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Corregedorias Regionais

Resultados:

8703 - Atividade Correicional			
	Previsto	Atual	%
Físico	3.000,00	2.465,00	82,17
Financeiro	1.650.000	1.608.426	97,48

O produto da ação, "processos concluídos", não é o mais adequado, porque, em torno do dado, não é possível demonstrar o resultado de ações preventivas e repressivas (palestras e operações correicionais). Assim, somente foram contabilizados as denúncias apuradas e encerradas. Para o próximo exercício, será estabelecido outro produto para a ação.

Entre as ações preventivas, informe-se a realização, em todas unidades regionais do DPRF, de palestras correicionais (195 palestras voltadas para um total de 5916 servidores), bem como, de 950 inspeções correicionais (acompanhamento gerencial de serviço), as quais alcançaram um total de 2545 servidores. Tais ações visam o ajustamento de conduta de servidores e desestimular ocorrência de infrações disciplinares, e, entre as atividades executadas, boa parte dos eventos não demandaram gastos com diárias ou com deslocamento de servidores.

Entre ações repressivas, em 2008, foram contabilizadas 7 operações da Corregedoria da PRF, que culminaram com a prisão de 38 servidores.

Quanto a meta de 3000 processos encerrados, a Corregedoria do DPRF avaliou, no início do exercício, que esta dificilmente seria alcançada, tendo em vista que foi projetada, caso fosse disponibilizado recurso suplementar específico para implementar o projeto "Plano de Dinamização Correicional", o que não ocorreu no exercício de 2008.

Mesmo assim, com o montante de R\$1.500.000,00, disponibilizado, acrescido de pequena suplementação (liberada em 15/12/2008) foi possível a realização de todas as ações mencionadas anteriormente e atingir, até o final de dezembro, pouco mais de 82% da meta estabelecida. Foram encerrados 2365 procedimentos em 2008, contra 1482 em 2007.

✓ **Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública**

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleos de Inteligência

Resultados:

2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico	3		0	0
Financeiro	30.000		0	0

A ação não foi executada em virtude da não inclusão, até a presente data, da PRF no Decreto que regulamenta a matéria. A não inclusão, tem causado dificuldades para as Operações de Inteligência do DPRF.

2.3.2.4. Desempenho do programa – indicadores

Para o Programa 0663 foram definidos como indicadores a Sensação de Segurança, verificada a partir da Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais e da Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais.

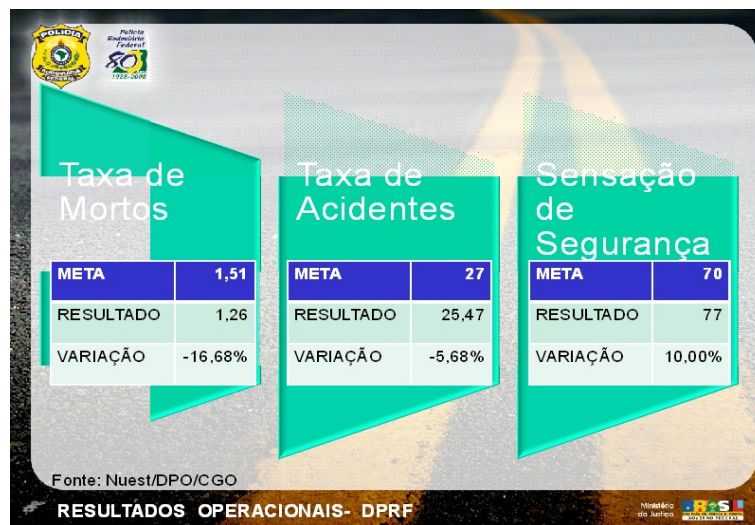
A Sensação de Segurança resulta da verificação do percentual de pessoas que se sentem seguras a partir do levantamento de determinada amostra (efetividade), mediante pesquisa conduzida pela Coordenação Geral de Operações.

A Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais decorre da análise do número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), tendo como responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

No que tange a Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais, faz-se análise do número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), sendo responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

PROGRAMA 0663		
INDICADORES	METAS FÍSICAS DO PPA PARA 2008:	RESULTADOS ALCANÇADOS
Taxa de Mortalidade	1,51 mortos / 10.000 veículos	1,26 mortos / 10.000 veículos
Taxa de Acidentes	27 acidentes / 10.000 veículos	25,46 acidentes / 10.000 veículos
Sensação de Segurança	70 %	77 %

Em uma visão geral a eficácia na redução de acidentes e sensação de segurança foram favoráveis em 2008, considerando o contexto acima exposto.



2.3.3. Programa 0750- Apoio administrativo

2.3.3.1. Dados gerais do programa

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de programa	Não Existe
Gerente Executivo	Não Existe
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe
Público Alvo	Governo

2.3.3.2. Principais ações do programa

- ✓ 2000 Administração da Unidade
- ✓ 2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
- ✓ 2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
- ✓ 2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

- ✓ 2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
- ✓ 09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

2.3.3.3. *Gestão das ações*

- ✓ **Ação 2000 – Administração da Unidade**

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriada.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento Orçamentário-DIPLAN
Coordenador nacional da ação	Erinaldo Rodrigues Roberto

Resultados:

2000 – Administração da Unidade			
	Previsto	Atual	Realizado
Financeiro	R\$ 1.093.953.844,00	R\$ 171.854.187,00	16%

A maior parte dos recursos desta ação é para pagamento dos contratos de terceirização de mão de obra, para as outras despesas esta ação contou com o montante de R\$ 55.820.000,00 mais um acréscimo de R\$ 5.625.000,00 de crédito suplementar, totalizando R\$ 61.445.000,00.

A dotação orçamentária alocada nesta ação se destina ao custeio de despesas de natureza administrativa que não podem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico, tais como: fornecimento de água e tratamento de esgoto, energia elétrica, material de consumo, locação de mão-de-obra, estagiários, manutenção de bens móveis e imóveis, imprensa nacional, diárias administrativas, locação de bens móveis e imóveis, remoção de servidores, frete e transporte de encomendas, licenciamento da frota de veículos, correios, serviços gráficos, cópia e reprodução de documentos, publicação de editais de licitação.

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal encontra séria dificuldade em garantir o custeio da área meio, pois é inevitável a expansão dos gastos em função do reajuste de preços de bens e serviços, ingresso de novos servidores, repactuação dos contratos continuados, ampliação das atribuições do Órgão.

No entanto, o limite orçamentário do Órgão está estagnado em 220 milhões desde 2007, o que na prática se mostra insuficiente para cobrir as despesas com o custeio, investimentos e os benefícios (auxílio-transporte, auxílio-alimentação, auxílio-creche e assistência médica). Tal restrição orçamentária inviabiliza os investimentos tão necessários ao reaparelhamento e modernização da Polícia Rodoviária Federal, podendo comprometer as metas previstas no PPA 2008/2011.

Também são adquiridos na citada ação os seguintes materiais permanentes: móveis, aparelhos e utensílios domésticos, veículos administrativos, coleções e materiais bibliográficos, peças não incorporáveis a imóveis, máquinas e equipamentos energéticos. No exercício, esses investimentos totalizaram R\$ 5.463.219.

A presente Atividade não possui meta física, mas seu Coordenador pretende criar indicadores que mensurem a adequação das Unidades Gestoras à logística necessária para o desempenho dos serviços administrativos, considerando as deficiências estruturais e de pessoal.

O Coordenador desta ação procurou adequar os custos administrativos, visando à alocação de mais recursos nos Programas Finalísticos, sempre analisando a relação custo-benefício e sem comprometer o funcionamento da área meio.

✓ **Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes**

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social
Coordenador nacional da ação	GETÚLIO CÂMARA

Resultados:

Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico (pessoa beneficiada / unidade)	24.162		0	0%
Financeiro	14.712.046		14.647.776	99,56%

✓ **Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados**

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis

Resultados:

Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados			
	Previsto Atual	Realizado	%
Físico (criança de 0 a 6 anos atendida / unidade)	2.907	0	0%
Financeiro	2.616.305	2.236.033	85%

✓ **Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados**

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e em
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados pú
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis

Resultados:

Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados			
	Previsto Atual	Realizado	%
Físico (servidor beneficiado / unidade)	997	0	0%
Financeiro	1.853.614,00	1.653.361,15	89%

✓ **Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados**

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção d
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitóri
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro

Coordenador nacional da ação

Alecsander Dias Tavares Reis

Resultados:

Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Físico (servidor beneficiado / unidade)	9.654		0	0%
Financeiro	16.681.887		16.070.447,41	96%

✓ **Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis

Resultados:

Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais				
	Previsto	Atual	Realizado	%
Financeiro	R\$ 194.757.245,00		R\$ 191.145.262,00	98,15%

2.4. Desempenho operacional

2.4.1. Evolução dos gastos gerais

Descrição	Exercício		
	2006	2007	2008
1. Passagens	R\$ 699.129,00	R\$ 594.501,00	R\$ 1.054.039,00
2. Diárias e ressarcimento de despesas em viagens	R\$ 863.287,00	R\$ 1.621.051,00	R\$ 979.434,00
3. Serviços terceirizados	R\$ 9.710.655,00	R\$ 9.506.617,00	R\$ 9.185.480,00
3.1. Publicidade	-	-	-
3.2. Vigilância, limpeza e conservação	R\$ 3.838.989,00	R\$ 3.944.147,00	R\$ 4.381.000,00
3.3. Tecnologia de informação	R\$ 5.871.666,00	R\$ 5.562.470,00	R\$ 4.804.480,00
3.4. Outras terceirizações	-	-	-
3.5. Suprimento de fundos	-	-	-
4. Cartão de crédito corporativo	R\$ 2.305,21	R\$ 890,00	R\$ 2.664,52
Totais	R\$ 11.275.376,21	R\$ 11.723.059,00	R\$ 11.221.617,52

2.4.2. Restrições orçamentárias e elaboração da proposta

Conforme o levantamento de demandas realizado pelos Coordenadores de Ações junto às Unidades Desconcentradas do DPRF, seriam necessários pelo menos **R\$ 466.873.313,00** (quatrocentos e sessenta e seis milhões, oitocentos e setenta e três mil, trezentos e treze reais), para cobrir todos os gastos do Órgão.

Com a passagem de um exercício financeiro para o outro a expansão dos gastos é inevitável, impactada principalmente por conta da repactuação dos contratos continuados, reajuste dos preços dos serviços públicos e insumos, reforma das unidades de atendimento ao cidadão, ampliação das atribuições da Polícia Rodoviária Federal (ex.: fiscalização da venda de bebidas alcoólicas ao longo das rodovias federais) e o aumento natural do fluxo de veículos.

No entanto, o limite concedido pelo Ministério da Justiça para a elaboração da proposta orçamentária foi de **R\$ 220.000.000,00** (duzentos e vinte milhões de reais), valor muito inferior à dotação necessária ao atendimento satisfatório das reais demandas.

A restrição orçamentária a qual está submetido o Órgão, compromete a qualidade dos serviços prestados e o cumprimento de suas atribuições institucionais, impedindo sua manutenção satisfatória e a realização de investimentos, tais como: renovação da frota, adequação das instalações físicas, aquisição de equipamentos e a construção de novos pontos de atendimento.

Quanto à força de trabalho, outra adversidade enfrentada pelo DPRF é a falta de servidores da carreira de apoio administrativo, o que aumenta consideravelmente a despesa com locação de mão-de-obra, além de comprometer sobremaneira o funcionamento da área meio. Foram aplicados, durante o exercício de 2008, R\$ 8.092.309,00 nesse tipo de despesa, totalizando R\$ 27.341.648,00, incluindo os contratos de vigilância e serviços auxiliares (terceirização).

Portanto, é premente a necessidade de revisão dos limites orçamentários transferidos ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal bem como a autorização de concursos para a carreira de apoio administrativo.

No Congresso Nacional, o Projeto de Lei Orçamentária teve acréscimo de R\$ 24.551.840,00, decorrente das seguintes Emendas:

- ✓ R\$ 16.000.000 na Ação 06.181.1386.200C.0001 – Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária;
- ✓ R\$ 8.251.840 na Ação 06.181.1386.7J88.0056 – Construção do Novo Edifício-Sede da 7ª SRPRF;
- ✓ R\$ 150.000 na Ação 06.122.1386.11MC.0056 – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – RN;
- ✓ R\$ 150.000 na Ação 06.122.1386.11MC.0058 – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal – SC.

Com as alterações acima, o orçamento do Departamento de Polícia Rodoviária, consignado na Lei Orçamentária Anual de 2008, foi de R\$ 244.604.840,00 (duzentos e quarenta e quatro milhões, seiscentos e quatro mil e oitocentos e quarenta reais), sendo R\$ 189.044.452,00 para ODC – Outras Despesas Correntes (custeio e benefícios) e R\$ 55.560.388,00 para Investimento.

Ademais, durante o exercício, a Secretaria de Orçamento Federal concedeu ao DPRF/MJ créditos adicionais, conforme abaixo:

- ✓ Crédito suplementar no valor de R\$ 35.661.382,00 (trinta e cinco milhões, seiscentos e sessenta e um mil, trezentos e oitenta e dois reais);
- ✓ Dotações canceladas/remanejadas no valor de R\$ 22.182.868,00 (vinte e dois milhões, cento e oitenta e dois mil, oitocentos e sessenta e oito reais);
- ✓ Reabertura de Crédito extraordinário no valor de R\$ 4.889.565,00 (quatro milhões, oitocentos e oitenta e nove mil, quinhentos e sessenta e cinco reais), proveniente de saldo remanescente do crédito concedido em 2007, no valor de R\$ 38.000.000,00. No entanto, foram cancelados R\$ 1.308.594,00, em cumprimento à Decisão Judicial, que determinou ao Poder Executivo a observância das Disposições Constitucionais na concessão desse tipo de crédito.

2.4.3. Execução orçamentária

2.4.3.1. Dotação inicial e créditos suplementares

A execução orçamentária do DPRF/MJ, excluindo o crédito extraordinário reaberto no exercício, foi de 99,84%, resultando em R\$ 221.985.065,00 (duzentos e vinte e um milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, sessenta e cinco reais) de crédito empenhado. Esse percentual foi calculado em função do limite orçamentário transferido pelo Ministério da Justiça no valor de R\$ 222.339.973,00.

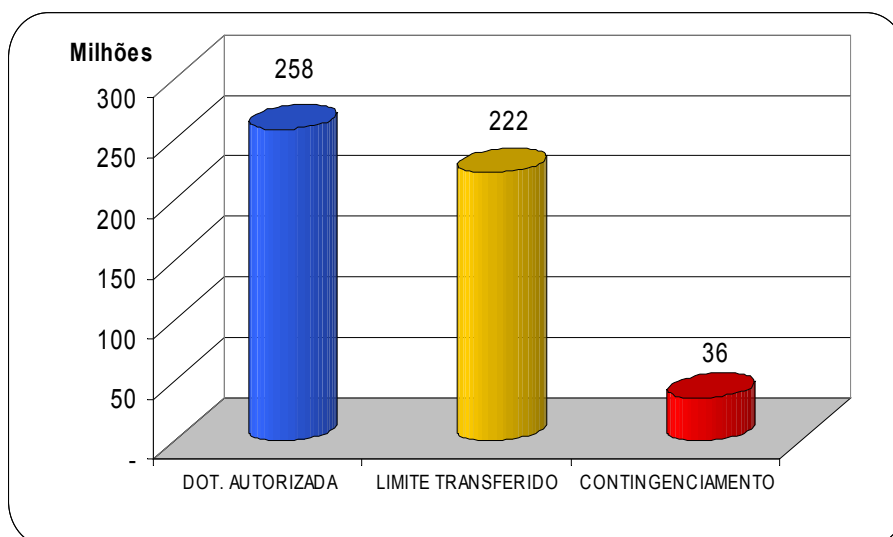
Cota de Limite Orçamentário Transferida		
Conta Corrente		Valor
NCA	Custeio fonte tesouro	R\$ 178.072.156,59
NCB	Custeio fonte própria	R\$ 985.374,16
NIA	Investimento fonte tesouro	R\$ 24.223.956,26
NIB	Investimento fonte própria	R\$ 1.172.985,00
NOA *	Benefícios fonte tesouro	R\$ 17.885.501,00
Total		R\$ 222.339.973,01

*Auxílio-Alimentação e Auxílio-Transporte

Despesa Executada	Limite Transferido	Percentual de Execução
R\$ 221.985.065	R\$ 222.339.973	99,84%

2.4.3.2. Cota de limite orçamentário transferida

Ano	Valor	Varição Anual	Varição Acumulada
2005	R\$ 219.637.666	-	-
2006	R\$ 199.208.303	-9,30%	-9,30%
2007	R\$ 210.600.609	5,72%	-4,11%
2008	R\$ 222.339.973	5,57%	1,23%



A cota de limite orçamentário transferida pelo Ministério da Justiça em 2008 disponibilizou apenas **86,15%** da dotação autorizada ao DPRF/MJ, resultando num contingenciamento de **R\$ 35.743.381,00**.

2.4.3.3. Crédito extraordinário

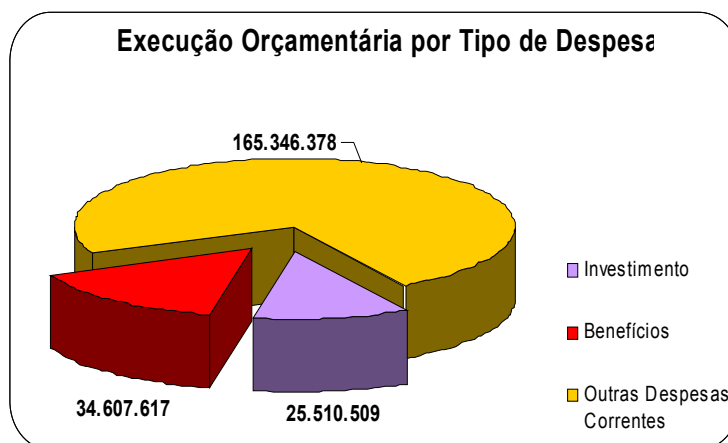
A reabertura de crédito extraordinário no valor de R\$ 4.889.565,00 permitiu o atendimento de parte da demanda reprimida, em especial na Ação de Policiamento. No entanto, foram cancelados R\$ 1.308.594,00, em cumprimento à Decisão Judicial, que determinou ao Poder Executivo a observância das Disposições Constitucionais na concessão desse tipo de crédito, o que comprometeu principalmente as reformas e ampliações de Bases e Unidades Operacionais da Polícia Rodoviária Federal.

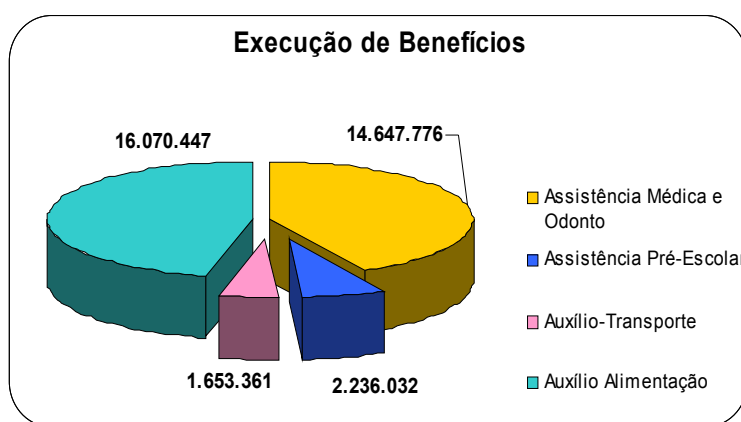
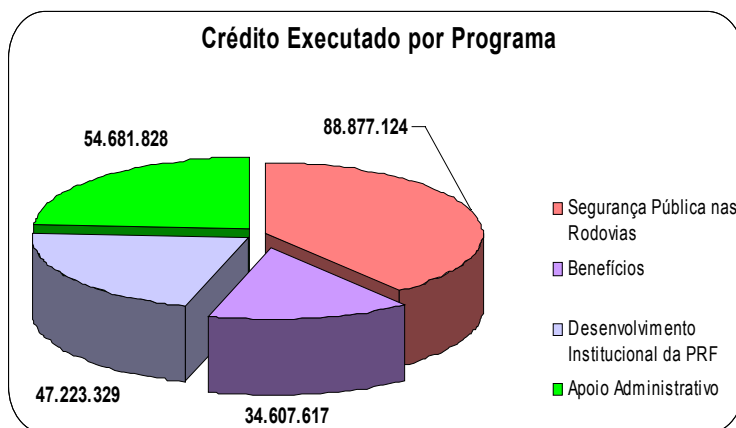
Do crédito reaberto, o Órgão empenhou R\$ 3.479.441,00 (três milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e um reais), o que representa **97,16%** de execução, conforme quadro abaixo:

PROJETO / ATIVIDADE		Créditos Extraordinários Reabertos - Exercício	Crédito Cancelado por Decisão Judicial	Despesa Executada	Percentual de Execução
2723	Policiamento Ostensivo nas Rodovias	R\$ 802.570	R\$ 20	R\$ 799.379	99,60%
1821	Reforma de Bases Operacionais e Unid.	R\$ 1.094.263	R\$ 1.086.774	R\$ 3.228	43,10%
1835	Implantação de Sistemas de Technolog.	R\$ 2.992.732	R\$ 221.800	R\$ 2.676.832	96,60%
TOTAL		R\$ 4.889.565	R\$ 1.308.594	R\$ 3.479.439	97,16%

2.4.4. Execução da despesa

A execução total do DPRF/MJ foi de R\$ 225.464.506,00 (duzentos e vinte milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e seis reais). Comparada com a execução de 2007 (R\$ 242.972.162,00), verifica-se redução de **R\$ 17.507.656**. Os gráficos abaixo demonstram o total executado por programa, tipo de despesa e tipo de benefício.





A administração tem pautado sua atuação no controle das despesas correntes do Programa 0750 – Apoio Administrativo, na otimização dos recursos, além de buscar junto ao Ministério da Justiça a ampliação dos limites orçamentários, buscando investir no reaparelhamento da Polícia Rodoviária Federal e em novas tecnologias. Tal conduta contribui para o atingimento das metas e objetivos dos programas finalísticos: 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais.

Devido ao contingenciamento, os investimentos no exercício foram reduzidos de forma acentuada em relação ao montante empenhado em 2007, R\$ 48.916.868,00 contra R\$ 25.510.510,00. Nessa seara, destacam-se os seguintes itens:

- ✓ Construção de Postos;
- ✓ Perfuração de Poços Artesianos;
- ✓ Viaturas Administrativas e Operacionais;
- ✓ Equipamentos de Sinalização dos Postos;
- ✓ Mobiliário para as Delegacias e Sedes Regionais.

2.4.5. Arrecadação

2.4.5.1. Multas DPRF/MJ

A exemplo dos anos anteriores, a arrecadação de multas de trânsito aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal cresceu, atingindo um montante de R\$ 213.569.335 (duzentos e treze milhões, quinhentos e sessenta e nove mil e trezentos e trinta e três reais) de arrecadação bruta.

A arrecadação líquida foi de R\$ 191.815.685 (cento e noventa e um milhões, oitocentos e quinze mil, seiscentos e oitenta e cinco reais), tendo em vista que a dedução pelos serviços prestados pelos DETRANS, a contribuição para o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET) e a taxa de utilização do Registro Nacional de Infrações (RENAINF) totalizaram R\$ 21.753.650 (vinte e um milhões, setecentos e cinquenta e três mil, seiscentos e cinquenta reais).

A intensificação da fiscalização de trânsito decorrente das últimas operações realizadas pela PRF, resultando na redução de acidentes, mortos e feridos, impactou consideravelmente o número de notificações de autuação. O DPRF/MJ por conta de insuficiência de crédito orçamentário nos últimos exercícios invariavelmente acumula passivo de envio de Notificações de Penalidade. Tal fato gera impunidade do infrator, transtornos para os cidadãos que ficam com a infração no prontuário do seu veículo, sem no entanto ter a finalização do processo, acarretando aumento da demanda no atendimento aos usuários nos núcleos de multas e penalidades das Unidades Regionais.

O excesso de arrecadação no exercício foi de R\$ 69.074.298 (sessenta e nove milhões, setenta e quatro mil, duzentos e noventa e oito reais), considerando a arrecadação líquida e a previsão de receita no valor de R\$ 122.741.387, consignada na Lei Orçamentária. Apesar desse resultado, não foram concedidos créditos adicionais para atendimento das necessidades reprimidas do Órgão.

Ressaltamos que, com a ocorrência do excesso de arrecadação, amplificam-se proporcionalmente os custos referentes ao processamento das multas aplicadas. No exercício foram executados cerca de R\$ 5.057.000 (cinco milhões e cinquenta e sete mil reais) com passivos junto à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, que policia parte das rodovias federais daquele estado, mediante convênio firmado entre as instituições, aproximadamente R\$ 24.000.000 (vinte e quatro milhões de reais) com despesas de envio de Notificações de Autuação e Penalidade junto aos correios e cerca de R\$ 150.000 (cento e cinquenta mil reais) com outros serviços operacionais gráficos e materiais, o que totaliza R\$ 28.725.717.

No entanto, verifica-se que mesmo diante do acréscimo na receita proveniente de multas, não sobreveio contrapartida compatível. Caso não haja revisão e conseqüente aumento dos limites orçamentários do Órgão, este deverá optar entre custear as despesas de processamento de multas ou custear as despesas de garantia de funcionamento.

Convém observar que o Órgão obteve pelo segundo ano consecutivo superavit financeiro, totalizando no exercício o valor de R\$ 78.407.991, o qual deve ser considerado pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MPOG como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais a favor do DPRF/MJ, conforme dispõe o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei 4.320/64.

Conforme determinação expressa do art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/97, regulamentado pela Resolução CONTRAN nº 191/2006, a União deveria aplicar os recursos relativos à arrecadação de multas de trânsito, exclusivamente em sinalização, engenharia de trânsito, policiamento, fiscalização e educação de trânsito. No entanto, tal dispositivo nunca foi observado, sendo os recursos utilizados inclusive para custeio de despesas obrigatórias. Na LOA/2008, foram alocados R\$ 24.797.548 (vinte e quatro milhões, setecentos e noventa e sete mil,

quinhentos e quarenta e oito reais) para cobrir despesas de caráter administrativo, formação de recursos humanos e de suporte profilático e terapêutico que são totalmente incompatíveis com a disposição legal prevista no CTB.

Cabe à Administração Pública Federal arcar com as despesas obrigatórias e administrativas do DPRF/MJ, com recursos ordinários, fonte 0100, a exemplo do que ocorre nas demais unidades do Poder Público.

Dessa forma, não resta dúvida que a receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito aplicadas pela instituição, na forma do Art. 320 do Código de Trânsito Brasileiro, deverá ser aplicada exclusivamente nas ações de policiamento e fiscalização do órgão, abrangendo, assim, as atividades operacionais de segurança, construção, reforma e ampliação de unidades operacionais, modernização, renovação e ampliação da frota de veículos e equipamentos, tais como: aquisição de radares, coletes balísticos, etilômetros, armamentos, viaturas de resgate, socorro e salvamento e aparelhos de telecomunicações, entre outros.

2.4.5.2.Leilão

Os leilões de veículos oficiais e outros bens realizados pelo Órgão proporcionaram um ingresso nos cofres da União, de acordo com o Sistema SIAFI, a arrecadação de R\$ 5.059.550,00 (cinco milhões, cinquenta e nove mil, quinhentos e cinquenta reais).

Tais recursos poderiam ser revertidos na aquisição de novas viaturas, uma vez que essa é a principal ferramenta de trabalho do policial, sem a qual seria impossível a realização do policiamento. A vida útil desse equipamento é reduzida em função da utilização em condições severas, no caso da atividade policial. Além disso, soma-se o estado precário de parte das rodovias, e ainda a atuação da PRF em estradas federais não pavimentadas, onde o desgaste é potencializado.

No entanto, até o momento não foi concedido crédito adicional na ação aquisição de veículos especiais e aeronaves, visando à utilização de tais recursos.

2.4.5.3.Serviços administrativos

A receita proveniente dos serviços administrativos de escolta de veículos superdimensionados, emissão de AET – Autorização Especial de Trânsito, remoção de animais apreendidos e emissão de documentos, totalizou R\$ 2.695.358 (dois milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, trezentos e cinquenta e oito reais).

2.4.5.4.Arrecadação total

Arrecadação total do órgão no exercício 2008 foi aproximadamente R\$ 12,4 milhões maior que a de 2007, R\$ 199.570.593 contra R\$ 187.172.361. O quadro a seguir demonstra a composição do valor arrecadado no exercício.

Arrecadação DPRF/2008			
	Conta	Cód. Recolhimento	Valor
Multas	19.351.06.01	301011 - Receitas do DPRF (cód. 20015-8)	R\$ 104.754.632,12
		301030 - Receitas do DPRF (cód. 20213-4)	R\$ 104.205.146,23
	19.996.19.02	"Depósito CTU"	R\$ 4.609.557,57
	Arrecadação Multas - Valor Bruto		R\$ 213.569.335,92
	19.352.06.90	301011 - Descontos/Abatimentos (cód. 20015-8)	R\$ 4.405.870,91
		301030 - Descontos/Abatimentos (cód. 20213-4)	R\$ 8.047.443,35
	19.351.06.91	Funset (cód. 20213-4)	R\$ 4.066.366,76
		Funset (cód. 20015-8)	R\$ 5.233.969,85
	Total		R\$ 21.753.650,87
	Arrecadação Multas - Valor Líquido		R\$ 191.815.685,05
Serviços Administrativos	4.1.6.0.0.1.3.0.0 – Serviços Administrativos		R\$ 2.695.358,22
Leilões	4.2.2.1.9.0.0.0.0 – Alienação de Bens Móveis		R\$ 5.059.550,00
		Arrecadação Multas – Valor Bruto	R\$ 213.569.335,92
		Arrecadação Multas – Valor Líquido	R\$ 191.815.685,05
		Total Arrecadação	R\$ 199.570.593,27

2.4.6. Suprimento de bens

Quanto às aquisições realizadas e contratações de empresas para prestação de serviços, insta-nos registrar a adoção de sistemática privilegiando a concentração dos procedimentos comuns em uma das Unidades Gestoras do DPRF, valendo-se das vantagens do Sistema de Registro de Preços, o que resultou em redução dos custos globais em razão dos ganhos de escala.

No âmbito da Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal foi priorizada a adoção do Pregão Eletrônico como modalidade licitatória visando ampliar a concorrência e conseqüentemente aumentar os percentuais de economia, vejamos.

Modalidade	Quantidade	Canceladas Revogadas	Valor estimado	Valor homologado	Valor economizado	Economia
Tomada de Preços	2	0	R\$ 591.765,53	R\$ 527.010,78	R\$ 64.754,75	10,94%
Convite	2	0	R\$ 80.639,77	R\$ 68.735,00	R\$ 11.904,77	14,76%
Pregão	70	5	R\$ 134.815.784,85	R\$ 108.844.222,06	R\$ 25.971.562,79	19,26%
Total	74	5	R\$ 135.488.190,15	R\$ 109.439.967,84	R\$ 26.048.222,31	19,23%

Estas licitações geraram um total de 66 Contratos Administrativos e 56 Cartas Contratos, que somados perfazem o montante de R\$ 31.820.531,35, bem como a pactuação de 35 Atas de Registro de Preços, cujo valor total alcança a soma de R\$ 92.430.949,10.

De outro turno, as contratações diretas, por dispensa e inexigibilidade de licitação somaram, respectivamente, 18 e 35 procedimentos, conforme tabelas a seguir.

Contratação por Inexigibilidade de Licitação		
Inexigibilidade nº	Objeto	Valor
01/2008	Pagamento de taxas de licenciamento anual e seguro obrigatório de veículos	R\$ 32.974,20
02/2008	Pagamento de taxas de embarcação	R\$ 17.020,00
03/2008	Aquisição de selos comemorativos, carimbo e réplica	R\$ 48.960,00
04/2008	Capacitação servidores na área de terceirização de serviços	R\$ 15.417,60
05/2008	Pagamento de multas de trânsito, ressarcidas por servidores	R\$ 383,08
06/2008	Contratação de treinamento organizacional na área de planejamento	R\$ 18.900,00
07/2008	Aquisição de sistema de gestão para banco de dados	R\$ 29.665,00
08/2008	Contratação de manutenção do sistema de almoxarifado	R\$ 208.572,00
09/2008	Contração de manutenção preventiva e corretiva da central PABX	R\$ 37.000,00
10/2008	Inscrição de servidores no IX Congresso Internacional de Protocolo e Cerimonial	R\$ 800,00
11/2008	Aquisição de estojo de munição	R\$ 151.000,00
12/2008	Inscrição de servidores no Congresso Mundial de Engenharia	R\$ 1.750,00
13/2008	Inscrição de servidores no XVII Congresso Brasileiro de Perícia Médica	R\$ 4.080,00
14/2008	Contratação da EBC para publicidade legal	R\$ 90.000,00
15/2008	Aquisição de munição para o DPRF	R\$ 539.822,00
16/2008	Aquisição de munição menos letal	R\$ 479.771,04
17/2008	Aquisição de munição menos letal	R\$ 48.096,00
18/2008	Assinatura de publicações aeronáuticas	R\$ 3.082,60
Total		R\$ 1.727.293,62

Contratação por Dispensa de Licitação		
Dispensa nº	Objeto	Valor
01/2008	Instalação de toldo	R\$ 2.952,00
02/2008	Fornecimento de carimbos	R\$ 3.186,70
03/2008	Aquisição de Gás GLP (cozinha)	R\$ 1.716,99
04/2008	Revisão de garantia do veículo placas JJQ-4083	R\$ 832,12
05/2008	Seguro aeronáutico	R\$ 7.973,00
06/2008	Aquisição de discos rígidos	R\$ 6.000,00
07/2008	Aquisição de malotes para COINT	R\$ 735,00
08/2008	Revisão de garantia do veículo placas JJQ-4443	R\$ 134,10
13/2008	Contratação de empresa para ampliação de fotografias	R\$ 400,00
14/2008	Concurso para o provimento de cargos de PRF	R\$ 0,10
15/2008	Condecorações e confecção de medalhas	R\$ 7.980,00
16/2008	Instalação de películas de controle solar	R\$ 3.017,78
17/2008	Aquisição de passe-patout de papel	R\$ 700,00
18/2008	Aquisição de equipamentos (COINT)	R\$ 4.800,00
19/2008	Aquisição de capacho	R\$ 5.168,00
20/2008	Locação de tendas para exposição	R\$ 2.100,00
21/2008	Confecção de banners para COEN	R\$ 420,00
22/2008	Confecção de diários de bordo – DOA	R\$ 2.920,00
24/2008	Aquisição de boneco mascote para educação de trânsito	R\$ 1.000,00
27/2008	Aquisição de resenha jornalística	R\$ 22.800,00
28/2008	Locação de equipamentos (cadeiras)	R\$ 500,00
30/2008	Aquisição de licença para certificação	R\$ 3.200,00
32/2008	Aquisição de expositor para pneus	R\$ 3.680,00

33/2008	Prestação de serviços de postagem documental	R\$ 72.000,00
34/2008	Recarga de extintores	R\$ 3.218,00
35/2008	Aquisição de software e licença	R\$ 4.661,77
36/2008	Aquisição de lacre	R\$ 295,00
38/2008	Aquisição material de limpeza viaturas	R\$ 337,00
39/2008	Aquisição de banners com tripés	R\$ 3.483,00
40/2008	Fornecimento de energia para o HANGAR	R\$ 53.744,41
42/2008	Seguro predial	R\$ 1.195,20
43/2008	Definição de normas técnicas	R\$ 43.200,00
44/2008	Contração de empresa para execução cerca no canteiro da Nova Sede	R\$ 13.000,00
45/2008	Aquisição de licença de software	R\$ 7.500,00
46/2008	Contração de empresa especializada para instalação de no-break	R\$ 1.993,68
As dispensas de licitação nº 09, 10, 11, 12, 23, 25, 26, 29, 31, 37 e 41 foram canceladas.		
Total		R\$ 295.221,85

2.4.7. Acompanhamento da execução contratual

No que se refere ao desempenho administrativo na gestão dos contratos, este Departamento tem implementado com êxito a partir de 2004, ações com vistas à qualificação e treinamento dos gestores.

Com a prática de uma gestão qualificada, conseguiu-se conscientizar os gestores da importância da atuação diligente quanto às minúcias contratuais, diminuindo as incidências ou evitando o acúmulo de transtornos.

Por via de conseqüência, o reflexo tem sido positivo em vários aspectos, quais sejam: planejamento, com estimativa real de despesas; obtenção de melhores serviços e materiais; otimização no tempo para deflagração de nova licitação; diminuição de riscos de perdas e prazos para liquidação de despesas; garantia de que os pagamentos sejam realizados corretamente (quantitativo e qualitativo); redução dos riscos trabalhistas e previdenciários relacionados aos contratos de terceirização; maior agilidade e confiabilidade nos procedimentos licitatórios; maior economia para Administração; eliminação da ocorrência de multas; segurança na aplicação de penalidades às contratadas; e por fim, maior transparência nos atos administrativos.

Assim, os procedimentos de gestão dos contratos, passaram a fazer parte do cotidiano da seara administrativa. Os gestores são previamente orientados a recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado em edital e seus anexos, na proposta e/ou no contrato.

Ademais, acompanham e controlam o prazo de vigência do contrato, notificando, se necessário, a contratada e à Administração sobre o interesse e oportunidade para deflagração de novo processo licitatório, prorrogação ou alteração contratual.

Nos casos de prorrogação, alteração ou deflagração de nova contratação, os procedimentos respeitam a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias para a preparação da nova licitação.

Os gestores também elaboram Relatórios da gestão para cada contrato, fazendo as medições (SIASG/Cronograma) de todas as faturas. Por fim, a Divisão de Administração e Serviços Gerais acompanha, auxilia e fiscaliza a atuação dos gestores dos contratos.

No que tange às aquisições procedentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação, a partir do exercício de 2007, esta Administração passou a adotar a Carta-Contrato em detrimento da utilização apenas da Nota de Empenho, uma vez que tal instrumento concede maior subsídio ao gestor no acompanhamento da execução contratual.

Destaca-se, ainda, que o Departamento, além desses procedimentos inerentes à gestão contratual, mantém na Divisão de Gestão Documental e Normatização da Coordenação Geral de Administração a centralização das apurações de descumprimentos às condições pactuadas na contratação.

Nesse sentido, no exercício de 2008, foram instaurados 62 processos referentes a pedido de prorrogação de prazo e/ou análise de apuração de possíveis descumprimentos contratuais, resultando na imposição de penalidades a 29 empresas.

Tal medida visa garantir que a aplicação de recursos públicos no âmbito da Sede do Departamento atinja os graus de efetividade desejados ao cumprimento dos objetivos colimados no procedimento licitatório. Vejamos a série histórica desses procedimentos:

Exercício	2005	2006	2007	2008	Total
<i>Processos autuados</i>	25	19	34	62	140
<i>Em apuração</i>	0	1	8	4	9
<i>Isentas</i>	3	6	3	12	24
<i>Penalizadas</i>	22	9	21	29	81
Total de sanção pecuniária	R\$ 482.286,45	R\$ 182.137,00	R\$ 42.680,72	R\$ 7.343.305,36*	R\$ 8.050.409,53
* As sanções pecuniárias impostas em 2008 incluem multa no valor de R\$ 6.158.564,39, imposta à Construtora Beter S/A em razão da rescisão do Contrato nº 12/2007, cujo objeto contempla a construção do novo Edifício Sede/DPRF.					
<i>Principais condutas</i>	Descumprimento de prazo, desistência do fornecimento, execução em desacordo com as condições pactuadas.				
<i>Principais sanções</i>	Advertência, multa, rescisão contratual e suspensão.				

2.4.8. Desfazimento de bens - Leilão

Merece destaque a política implementada pelo Departamento no que tange ao desfazimento de veículos oficiais classificados como inservíveis ou antieconômicos, com vistas à otimização da gestão de renovação da frota.

Cabe ressaltar que os aludidos leilões contaram com forte participação da sociedade, o que demonstra o sucesso do modelo adotado para desfazimento desses bens, razão pela qual foi implementada medida análoga para o desfazimento de outros bens igualmente inservíveis ou antieconômicos.

No exercício de 2008 a forma de realização das hastas públicas foi adequada à redução do rol de veículos a serem leiloados, de forma que foram realizados 08 leilões administrativos nas diversas unidades desconcentradas do DPRF totalizando a alienação de 584 itens, entre veículos e outros bens, o que resultou na arrecadação de R\$ 4.961.000,00.

Data	Local de realização	Estados envolvidos	Quantidade de itens	Arrecadação
13 de agosto	São Paulo	SP e ES	61	R\$ 565.500,00
27 de agosto	Belo Horizonte	MG	115	R\$ 853.800,00
24 de setembro	Brasília	DF, GO e TO	70	R\$ 615.250,00
12 de novembro	Porto Velho	RO, MS e MT	70	R\$ 765.950,00
27 de novembro	João Pessoa	PB, PI, CE e RN	77	R\$ 519.450,00
04 de dezembro	Porto Alegre	RS	69	R\$ 611.500,00
10 de dezembro	Aracaju	SE, BA, AL e PE	65	R\$ 652.900,00
16 de dezembro	Belém	PA, AP, RR, MA, PI, CE e PB	57	R\$ 376.650,00
Total	***	***	584	R\$ 4.961.000,00

Ademais, cabe registrar que de 2005 a 2008 foram alienados 2.048 veículos, o que resultou na arrecadação de R\$ 16.692.489,61 ao Tesouro Nacional, de sorte que se faz necessário o incremento da dotação orçamentária para aquisição de veículos novos, o que propiciará o fechamento desse ciclo de renovação da frota e, conseqüentemente, a redução dos dispêndios com custeio de combustível e manutenção da frota para as ações operacionais do Órgão.

2.4.9. Resultados das ações operacionais desenvolvidas

Conforme já delineado, a estrutura do DPRF propicia uma capilaridade que permite a aplicação de programas com abrangência nacional, promovendo à integração e divulgação das ações de governo, destinadas a prevenção de acidentes e segurança pública.

Entretanto, o crescimento da malha rodoviária federal sob fiscalização do órgão vem se apresentando com um grande desafio ao longo dos anos, pois gera necessárias adequações nas formas de patrulhamento e policiamento, a fim de atender suas atribuições.

Ano	Malha federal policiada (Km)
2002	56.736
2005	61.819
2008	62.063

Aliado a isso, a ampliação da frota nacional quando comparada com o crescimento populacional brasileiro, nos permite a visualização do índice de motorização que cresce acintosamente. O transporte de mercadorias e pessoas no Brasil tem como principal característica a utilização do modal rodoviário, contribuindo para que essa frota transite em rodovias federais.

Ano	Veículos a cada 100 habitantes
1998	14,7
1999	16,1
2000	17,4
2001	18,4
2002	20,1
2003	20,5
2004	21,7
2005	22,9
2006	24,5
2007	26,5
2008	28,7

Não obstante esse crescimento da demanda, o efetivo da Instituição permaneceu estável, de sorte que a razão entre o efetivo e a frota nacional apresentou um aumento de **95,84%** nos últimos 10 anos.

Ano	Frota por Policial
1998	3.026
2008	5.926

Ademais, de acordo com dados da Confederação Nacional dos Transportes, a frota comercial circulante atingiu números históricos no exercício de 2008, senão vejamos:

Frota de Veículos		
Caminhão		1.939.276
Cavalo mecânico		339.865
Reboque		624.917
Semi-reboque		549.643
Ônibus	interestaduais*	13.907
	intermunicipais	40.000
	fretamento*	25.120
	urbanos**	105.000
Fonte: DENATRAN(dez/2008), *ANTT(2007) e **NTU(regiões metropolitanas)		

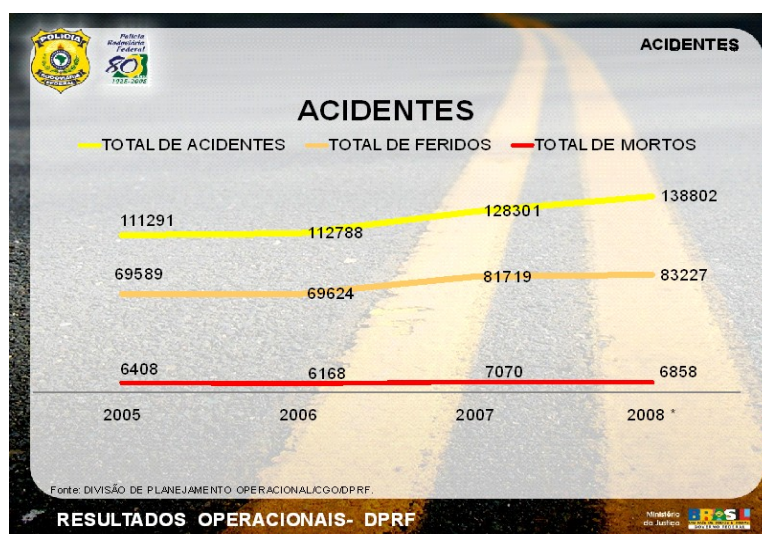
Assim, faz-se necessário o imediato preenchimento dos disponíveis na carreira de policial rodoviário federal, o que possibilitará maior abrangência às ações operacionais desenvolvidas, contribuindo para a prevenção de acidentes e aumento da sensação de segurança dos usuários das rodovias federais.

A despeito desse panorama, com uma forma de gestão operacional diferenciada, desde a captação da informação até a realização das operações, aliada à utilização de equipamentos e sistemas adaptados, considera-se positivos os resultados alcançados.

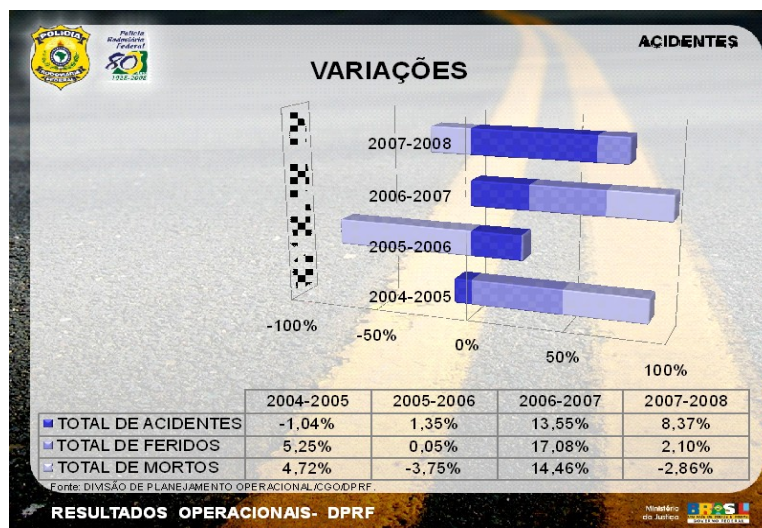
2.4.9.1. Prevenção de acidentes

A Polícia Rodoviária Federal vem efetivamente atuando na prevenção de acidentes e combate a crimes, desenvolvendo uma forma de gestão operacional diferenciada desde a captação da informação até a realização de suas operações. A utilização de equipamentos e sistemas, adaptados a sua realidade operacional e de âmbito nacional, permeia a capacidade de consolidação da atividade policial.

A evolução dos acidentes de trânsito em rodovias federais segue um crescimento numérico constante, sendo que no ano de 2008 as ocorrências superaram as de 2007. As informações são oriundas do Sistema de Informações Operacionais, denominado de BR-Brasil, que está sendo aprimorado pelo DPRF na intenção de integrar toda base de dados operacionais.



O aumento dos números de acidentes se reflete no quantitativo de feridos que atingiram o número de 83.227 pessoas, sendo resultado da soma dos lesionados leve ou grave. A Polícia Rodoviária Federal adota a medição de pessoa morta no local do acidente como dado a ser contabilizado no total de mortos. O empenho das ações operacionais neste quesito resultou na prevenção de 212 mortes decorrentes de acidentes. As variações dos últimos 04 anos nos revelam que só obtivemos melhores resultados no comparativo de 2005 com 2006.



Os acidentes causam prejuízos não mensuráveis as famílias e a sociedade, porém ao utilizar o custo do acidente definido em pesquisa pelo IPEA, em julho de 2008, o custo social dos acidentes em rodovias federais é de altíssima relevância, consolidando a necessidade de investimentos do governo nas ações de prevenção da PRF.



A Polícia Rodoviária Federal no intuito de criar um banco de dados único para o armazenamento de suas ocorrências desenvolveu o Sistema de Informações Operacional denominado BR-Brasil. Este sistema disponibiliza ao policial e aos usuários das rodovias federais, através da internet, acesso as ocorrências de trânsito possibilitando a emissão dos Boletins de Acidentes de Trânsito (BAT) gratuitamente. As informações inseridas nesse banco são extraídas através do relatório denominado DATATRAN.

Os parâmetros consolidados no DATATRAN possibilitaram a constatação da diminuição da Taxa de Mortos em rodovias federais, Taxa de Acidentes e Taxa de Feridos no ano de 2008.

ACIDENTES

TAXAS DE MORTOS, ACIDENTES E FERIDOS
(por 10000 veículos)

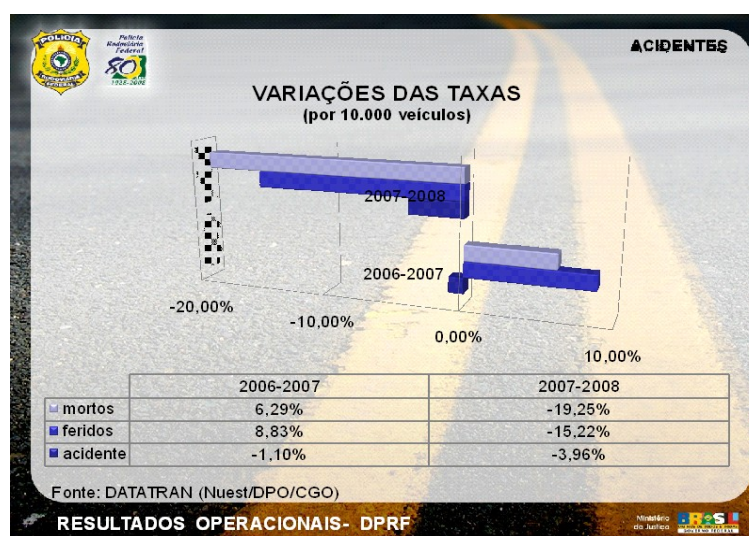
	Mortos	Frota	Frota/ 10000	Mortos/ 10000 veic.
2006	6168	42071961	4207,196	1,46606
2007	7070	45372640	4537,264	1,558208
2008	6858	54506661	5450,666	1,258195
	Feridos	Frota	Frota/ 10000	Feridos/ 10000 veic.
2006	69624	42071961	4207,196	16,54879
2007	81719	45372640	4537,264	18,01063
2008	83227	54506661	5450,666	15,26914
	Acidentes	Frota	Frota/ 10000	Acidente/ 10000 veic.
2006	112788	42071961	4207,196	26,80835
2007	120301	45372640	4537,264	26,514
2008	138802	54506661	5450,666	25,46514

Fonte: Datatran (Nuest/DPO/CGO)

RESULTADOS OPERACIONAIS- DPRF

A frota no ano de 2008 em relação ao ano de 2007 cresceu aproximadamente 20,13%, o que representa 12,29% a mais que o registrado na variação de 2007 para 2006. Assim como as ações da PRF, o crescimento da frota influenciou diretamente no resultado positivo nas reduções das taxas acima citadas. As principais ações da PRF no ano de 2008 foram os reforços de efetivo nas Operações de Calendário 2008 (Carnaval, Semana Santa, Corpus Cristh, Tiradentes e Dia do Trabalhador), a utilização de radares fotográficos em locais críticos, fiscalização e autuações com computadores de mão (EDAs) e consolidação das diretivas de governo no combate a embriagues ao volante.

A redução verificada na variação da Taxa de Acidente ainda são singelas com resultado de 2,86% comparando-se 2007-2008 e 2007-2006. Contudo a redução das Taxas de Mortos e Feridos em rodovias federais, comparando-se 2007-2008 e 2007-2006, nos oferta resultados favoráveis com reduções de 25,24% e 24,05% respectivamente.



A fim de melhorar sua efetividade operacional a Polícia Rodoviária Federal adquiriu no ano de 2008 equipamentos de TI destinados ao monitoramento das rodovias federais, priorizando o controle de fluxo viário. Esses dados estão em fase de homologação para sua utilização. Este

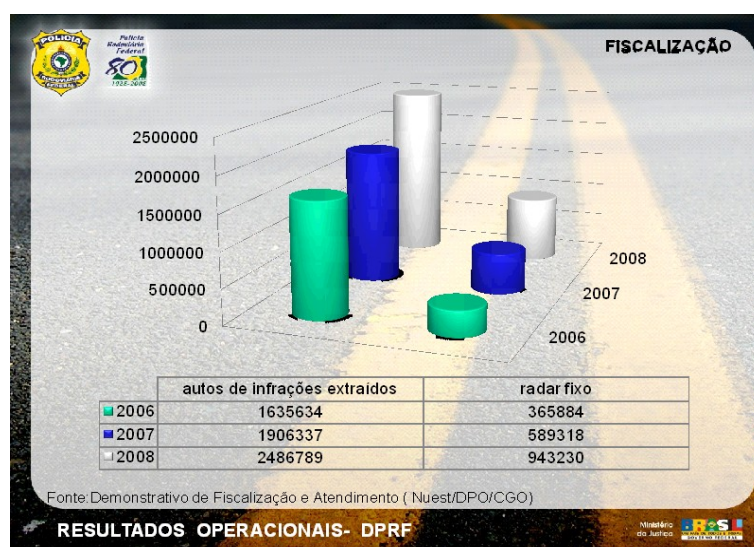
investimento busca trazer precisão da população que transita nas rodovias federais, bem como propiciar uma verificação dos tipos de veículos e visualização dos trechos de maior incidência de tráfego.

Para apoiar esse quesito, a Coordenação Geral de Operações vem intensificando as ações de controle operacional, com treinamentos e modernização de suas Centrais de Informações Operacionais nas Unidades Desconcentradas. Um exemplo deste investimento foi a realização do 1º Seminário de Informações Operacionais, que ocorreu na cidade de Guarulhos/SP, destinado a integração das Seções e Núcleos de Policiamento e Fiscalização, Núcleos de Operações Especiais e Centrais de Informações Operacionais no que diz respeito ao tema do seminário.

Como piloto para essa modernização foi realizadas capacitações do efetivo operacional empregado no Projeto Unidades de Auxílio ao Cidadão (Projeto UNACI/PRONASCI), que inicialmente está sendo desenvolvido na Região Metropolitana de Curitiba, com previsão de operacionalização em 2009 nas áreas de Belo Horizonte/BH, Santa Catarina/SC e Recife/PE. A contratação de novos Policiais Rodoviários Federais é um fator crucial para a implantação e ampliação desta nova matriz de policiamento.

2.4.9.2. Fiscalização

Ao longo de 2008, a fiscalização nas rodovias federais foi intensificada, principalmente nos períodos de feriados nacionais. A quantidade de notificações realizadas foram superiores a 2007 em 580.452 mil autos de infrações digitados, sendo que por equipamento eletrônico (radar fixo) superaram em 353.093 mil notificações.



Os veículos fiscalizados pelo DPRF no âmbito das rodovias federais totalizaram 6.888.122 unidades em 2008. As infrações extraídas pertinentes a fiscalização de condutores e proprietários totalizaram 2.008.193 e 382.653 de notificações, respectivamente. Foram recolhidas 23.958 de Carteira Nacional de Habilitação e 90.850 de veículos.

2.4.9.3. Combate ao crime

As ações de combate ao crime foram realizadas em 199 operações realizadas pelas regionais e DPRF. O total de recurso empregado foi de 973.668,43 que apoiaram a repressão do trabalho escravo, erradicação de cultivo de ilícitos, combate ao contrabando e descaminho, o tráfico de drogas e entorpecentes.

A seguir, apresenta-se quadro comparativo das apreensões de 2007 e 2008 com base no sistema de Relatórios Operacionais Diário, denominado ROD On-Line.

Resultado das operações especiais de combate ao crime				
Item	2006	2007	2008	2007-2008
Haxixe (Un.)	66603	114495	157674	37,71%
Cocaína (Kg.)	3105,43	4250,01	3584,91	-15,65%
Crack (Kg.)	185,22	295,46	511,05	72,97%
Maconha (Ton.)	46,63	44,06	72,56	64,68%
Pés de maconha (Un.)	263459	252300	1749767	593,53%
CD/DVD (Un.)	7526548	5811655	7267284	25,05%
Cigarro (Pct.)	2752599	3370269	1718310	-49,02%
Combustíveis (L.)	181402	264105	128295	-51,42%
Informática (Un.)	129163	122855	85585	-30,34%
Eletrônicos (Un.)	273335	334030	228571	-31,57%
Medicamentos (Un.)	310320	320695	496663	54,87%
Bebida (L.)	168618	169346	100715	-40,53%
Munições (Un.)	117204	90298	66216	-26,67%
Armas (Un.)	1476	1533	1469	-4,17%
Carvão (m³)	21731	26670	16367	-38,63%
Madeira (m³)	295083	140084	78389	-44,04%
Animais Silvestres (Un.)	14051	11124	9789	-12,00%
Trab. Libertado (Un.)	662	533	906	69,98%
Veic. Recuperados (Un.)	3591	3642	3451	-5,24%
Menores infratores (Un.)	929	1236	1411	14,16%
Detidos (Un.)	19438	23718	26579	12,06%
Carga recuperada (ocorr.)	132	138	114	-17,39%

2.4.9.4. Patrulhamento ostensivo da malha rodoviária

A missão precípua da PRF consiste em garantir a fluidez e principalmente evitar a ocorrência de acidentes de trânsito. Portanto, o policiamento ostensivo rodoviário, com base na presença física e interventividade figura como atividade de altíssima relevância.

O quadro abaixo demonstra a que no exercício de 2008 foram percorridos 61.849.495 Km, a fim de cobrir a extensa malha policiada.

Mês	Combustível	Taxa Adm.	Qte Trans.	Veic. Cadas.	Veic. Abast.	Gasolina	Álcool	Diesel	Querosene	KM
Janeiro	R\$ 1.671.094,54	R\$ 97.713,00	13959	3451	1992	465002	40482	153458	26668	4794112
Fevereiro	R\$ 1.817.334,78	R\$ 102.851,00	14693	3354	2088	485378	42252	148568	51918	5146521
Março	R\$ 2.002.965,61	R\$ 114.863,00	16409	3419	2137	544398	42985	169131	50694	5518156
Abril	R\$ 1.865.594,22	R\$ 123.840,40	15676	3419	2092	527239	41399	146825	39886	5482870
Maior	R\$ 1.919.079,40	R\$ 127.750,90	16171	3665	2229	541829	47490	143684	34878	5532866
Junho	R\$ 1.752.511,98	R\$ 113.001,60	14304	3665	2243	466339	50673	130769	46555	4716548
Julho	R\$ 1.854.101,37	R\$ 90.689,90	15242	3665	2252	503295	61350	141207	34652	5035335
Agosto	R\$ 1.844.733,19	R\$ 116.248,50	14715	3821	2211	486412	60727	121433	51254	5014623
Setembro	R\$ 1.966.811,83	R\$ 121.746,90	15411	3821	2317	507818	57983	132738	63229	5131054
Outubro	R\$ 1.862.158,37	R\$ 126.802,90	16051	3778	2253	531822	66407	136657	17709	5309541
Novembro	R\$ 1.812.989,96	R\$ 119.313,70	15103	3778	2230	501436	59820	116906	39011	4874861
Dezembro	R\$ 2.095.569,94	R\$ 128.856,90	16311	3778	2223	528886	58228	125441	89173	5293008
Total	R\$ 22.464.945,19	R\$ 1.383.678,70	184045	3778	2223	6089853	629796	1666816	545627	61849495

Planilha extraída do sistema disponibilizado pela Ticket S/A, empresa contratada para o gerenciamento do fornecimento de combustível ao DPRF.

2.4.10. Assistência à saúde, resgate e socorro nas Rodovias Federais

2.4.10.1. Assistência médica ao público interno

Durante o exercício de 2008, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal ofereceu aos servidores e seus dependentes, o Plano de Saúde Suplementar – Medial Saúde, como plano oficial do Departamento, e a Fundação de Seguridade Social – GEAP, plano de saúde intermediado pelo Ministério da Justiça.

2.4.10.2. Atividades de saúde nas Rodovias Federais

Com a finalidade de prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias, esta Instituição possui 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, as quais efetuam atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde nas rodovias, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos.

Deste modo, foi planejada a aquisição de equipamentos de forma centralizada, de modo a tornar a compra mais vantajosa para Administração, com posterior distribuição dos mesmos para as Unidades Regionais. Dentro dessa filosofia foram montados processos de aquisição para equipar as unidades, de modo a possibilitar o atendimento pré-hospitalar e resgate, bem como a realização dos Comandos de Saúde nas Rodovias e Patrulha da Saúde.

Dentro do planejamento para realização das atividades previstas para 2008, seguiu-se a mesma filosofia dos anos anteriores. Dada as peculiaridades regionais, a verba destinada ao custeio das atividades, ou seja, aquisição de materiais de consumo, foi dividida por Unidade Desconcentrada segundo critérios estabelecidos pela Divisão de Saúde e Assistência Social, de acordo com as atividades executadas em 2007.

Merece destaque as ações realizadas por intermédio dos Comandos de Saúde nas Rodovias, que no exercício de 2008 tiveram maior uniformidade, com atendimento a aproximadamente 9.000 motoristas.

A parceria com o Ministério da Saúde, por intermédio do convênio SAMU-DPRF, tem possibilitado um aumento e melhoria nas unidades de atendimento. A implantação e operacionalização do Convênio 04/2004 SAMU/MS-DPRF/MJ iniciou-se no final de 2004, entretanto, o aproveitamento no ano de 2005 foi deficitário pois nenhum Termo Aditivo foi formalizado.

Para todos os Termos Aditivos, o Ministério da Saúde fez um repasse de recursos, entretanto, encontramos-nos distante da meta global do convênio, tendo como principais obstáculos:

- Insuficiente incentivo aos Gestores Locais do SUS (estaduais e municipais) aliado ao considerável desinteresse inerente aos mesmos;
- Substituição corriqueira dos Gestores Locais do SUS; burocracia institucional própria do DPRF, Ministério da Saúde e Gestores Locais do SUS por ocasião da cooptação e trâmite dos instrumentos do convênio (planos e relatórios de atendimento e termos aditivos);
- Ausência de previsão de contrapartida financeira aos respectivos SAMUs e demais entraves administrativos, a exemplo da substituição na Coordenação Geral de Urgência e Emergência.

2.4.10.3. Acompanhamento psicossocial de servidores

Visando propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, são desenvolvidas ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social, promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.

Nessa linha, no exercício de 2008, foram beneficiados 1.973 servidores pela ação. Ressalta-se aqui que o benefício se deu por alguma atividade da qual o servidor participou em sua Regional, o que não representa uma ação completa e holística do apoio psicossocial a cada servidor, uma vez que ainda não conseguimos padronizar todas as ações em todo o Brasil e pela carência financeira para tal.

- 4ª SRPRF/MG – O Programa desenvolvido foi voltado para o levantamento de problemáticas dos servidores policiais em seus locais de trabalho, abordando aspectos relacionados aos desgastes físico, mental e emocional, confrontando com licenças médicas e uso de medicamentos, com o objetivo de traçar o perfil dos policiais, bem como diagnosticar situações problema no que tange o comportamento pessoal e profissional. Também foi realizado o trabalho com servidores próximos à aposentadoria, com o objetivo de apoiá-los na fase de desligamento do órgão e enfrentamento das modificações sócio-psicológicas. Os recursos foram gastos com diárias para os gestores visitarem as diversas delegacias e realizar as atividades.
- 6ª SRPRF/SP – A 6ª Superintendência realizou atividades com foco na prevenção a saúde e acompanhamento de servidores em dificuldade. Desenvolveu-se ginástica laboral, massagem rápida, dança de salão, patrulha da saúde e visita a servidores que apresentavam problemas. Os recursos foram gastos com diárias, contratação de serviços e consultoria.
- 7ª SRPRF/PR – A 7ª Superintendência desenvolveu um programa de qualidade de vida, realizou a patrulha da saúde e utilizou o orçamento para a contratação de profissional especializado e pagamento de diárias.
- 9ª SRPRF/RS – A 9ª Superintendência realizou um mapeamento das expectativas dos servidores do DPRF, para realizar uma proposta inicial de construção de um plano de ações que promovam tanto a Saúde Organizacional quanto a Saúde dos Trabalhadores. O orçamento foi gasto na compra de testes e de pagamento de diárias para o desenvolvimento do trabalho nas delegacias.
- 2ª SRPRF/MT – A 2ª Superintendência elaborou programas para a prática da atividade física, avaliações de saúde dos servidores da Sede PRF, Delegacias e Postos PRF mais próximos à cidade de Cuiabá. Realizou consultas, mapeamento de problemas de ordem pessoal com orientações importantes quanto a atividade física, educação nutricional, ergonomia, organização do trabalho, doenças ocupacionais. O orçamento foi gasto com material específico.
- 12ª SRPRF/ES – A 12ª Superintendência realizou trabalho de acompanhamento psicossocial a servidores com problemas e servidores que cumprem pena, com o objetivo de prestar apoio e motivar aqueles que se encontram sem motivação para o trabalho e para a vida. As despesas foram, principalmente, com diárias para a equipe realizar as visitas.

- 11ªSRPRF/PE - A 11ªSRPRF/PE realizou o patrulha da saúde com 95% dos servidores, visitando os servidores em todas as delegacias da regional, com o objetivo de levantar as dados de saúde dos mesmos para posteriores ações.
- 20ªSRPRF/SE – A 20ª SRPRF utilizou o orçamento para a realização de um programa de qualidade de vida dos servidores, e contratou empresa prestadora de serviço para a realização do mesmo e também empresa de consultoria.
- 21ª SRPRF/RO – A 21ª Superintendência realizou um programa de qualidade de vida e utilizou o recurso para a contratação de profissional especializado, compra de material específico, e diárias, para desenvolver o programa nos postos do interior.
- 15ª SRPRF/RN – A 15ª Superintendência utilizou o recurso para desenvolver um programa de desenvolvimento da atividade física.
- SEDE – O Departamento utilizou o recurso com a compra de materiais para desenvolvimento das atividades da patrulha da saúde e dinâmicas de grupo voltadas para o PROSSERV- Projeto Servidor Saudável a Escolha Racional e Viável.

2.4.11. Recursos Humanos

A força de trabalho do Departamento de Polícia Rodoviária Federal é composta por servidores do Quadro de Pessoal Específico, em sua maioria ocupantes do Cargo NM 911001 – Policial Rodoviário Federal; pessoal nomeado em Cargos de Comissão, servidores estatutários redistribuídos de outros Ministérios; bem como por pessoal terceirizado e estagiários.

Para manutenção da estrutura organizacional do DPRF, os trabalhos são realizados pela Coordenação Geral de Recursos Humanos, em sua grande maioria com forma de execução diária merecendo destaque para a análise da legalidade dos pleitos que consistem na variação da legitimidade e legalidade do ato peticionário, dos processos relativos a concessão de benefícios e vantagens, à aposentadoria e pensão e manutenção do cadastro e da folha de pagamento mensal.

No âmbito de sua competência regimental, e, em articulação com o Órgão Normativo do Sistema de Pessoal Civil do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, além de se valer dos subsídios dos Pareceres advindos da Advocacia Geral da União, cumpre sua Missão em perfeita sintonia com as normas legais vigentes.

✓ Quadro de pessoal por situação funcional

	Ativo Permanente		Aposentado		Cedido		Inst. Pensão		Requisitado	Cargo Comissão	Estag.	FTD
	1	2	1	2	1	2	1	2				
Sede	239	23	29	8	16	5	3		1	5	23	291
1ª SR-GO	363	20	191	7	1		42				42	425
2ª SR-MT	313	10	62	2			24				23	346
3ª SR-MS	406	2	100		1		16				26	434
4ª SR-MG	853	51	486	4			177	4			78	982
5ª SR-RJ	765	174	525	65	2		273	22		1	43	983
6ª SR-SP	581	34	371	21			132	4		1	48	664
7ª SR-PR	531	29	242	8			73				4	564
8ª SR-SC	499	19	237	7	12		57	2		1	25	544
9ª SR-RS	758	15	459	13	1		130				36	809
10ª SR-BA	574	22	296	10			118	2			45	641
11ª SR-PE	467	7	281	14			95	1				474
12ª SR-ES	225	39	164	2			39	2			19	283
13ª SR-AL	165	12	112	2	1		34	1		1		178
14ª SR-PB	259	20	151	1	1		47	2			6	285
15ª SR-RN	214	16	127	1			25					230
16ª SR-CE	422	21	222	1	2		69	2		1	32	476
17ª SR-PI	245	12	107	1			33				25	282
18ª SR-MA	266	16	93	1	1		37				29	311
19ª SR-PA	302	27	115	2	1		32				24	353
20ª SR-SE	119	3	98		1		18				18	140
21ª SR-RO	215	53	31	9			12	3			18	286
1º DR-DF	182	20	12		7	1	11	1			7	209
2º DR-TO	104	1	43				9				13	118
3º DR-AM	66	2	12				6		1		6	75
4º DR-AP	30	20	3	3	1						6	56
5º DR-RR	35	9	1				1				6	50
Total	9.198	677	4.570	182	39		1.513	46	2	10	602	10.489

(1) ocupantes do cargo de Policial Rodoviário Federal (2) ocupantes dos cargos diversos do quadro do Ministério da Justiça (FTD) Força de Trabalho

✓ Evolução do efetivo

SERVIDORES	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
ATIVOS	10157	10129	10104	10083	10065	10011	9998	9972	9936	9909	9882	9875
APOSENTADOS	4587	4598	4617	4629	4643	4691	4698	4710	4725	4733	4762	4752
CECIDOS	34	31	29	31	32	33	35	36	37	39	38	45
INST. PENSÃO	1481	1488	1495	1501	1505	1511	1520	1524	1482	1543	1535	1559
REQUISITADOS	6	6	6	6	5	5	2	2	2	2	0	2
CARG. EM COM.	9	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
ESTAGIÁRIOS	265	307	344	361	465	565	623	619	650	648	602	602
TOTAL NO MÊS	16539	16569	16605	16621	16725	16826	16886	16873	16842	16884	16829	16845

✓ **Quadro de pessoal terceirizado/contratado:**

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal possui, atualmente, três contratos para prestação de serviços de mão-de-obra especializada, quais sejam, os Contratos Administrativos nº 36 e 50/2004, firmado com a Agroservice Empreiteira Agrícola Ltda, e o Contrato Administrativo nº 10/2007, pactuando com a Patrimonial Segurança Privada Ltda, a qual pode ser sintetizada no demonstrativo abaixo:

EMPRESA	FUNÇÕES	QUANTITATIVO
Agroservice Empreiteira Agrícola Ltda	Secretários	14
	Auxiliar de Informática	82
	Técnico Contábil	01
	Motorista	09
	Operador de Fotocopiadora	03
	Copeira	06
	Jardineiro	01
	Bombeiro Hidráulico/Eletricista	01
	Limpeza	28
Patrimonial Segurança Privada Ltda	Vigilante diurno/noturno	36
Total Geral		181

✓ **Quadro de cargos comissionados**

Unidade	101.6	101.4	101.3	101.2	101.1	102.3	102.2	FG1	FG2	FG3
DPRF/SEDE	1	6	4	27	-	2	1	6	-	26
1º SRPRF - GO	-	-	1	-	-	-	-	4	7	21
2º SRPRF - MT	-	-	1	-	-	-	-	4	8	22
3º SRPRF - MS	-	-	1	-	-	-	-	4	10	24
4º SRPRF - MG	-	-	1	-	-	-	-	4	18	32
5º SRPRF - RJ	-	-	1	-	-	-	-	4	10	24
6º SRPRF - SP	-	-	1	-	-	-	-	4	10	24
7º SRPRF - PR	-	-	1	-	-	-	-	4	6	20
8º SRPRF - SC	-	-	1	-	-	-	-	4	8	22
9º SRPRF - RS	-	-	1	-	-	-	-	4	14	28
10º SRPRF - BA	-	-	1	-	-	-	-	4	10	24
11º SRPRF - PE	-	-	1	-	-	-	-	4	8	22
12º SRPRF - ES	-	-	1	-	-	-	-	4	4	18
13º SRPRF - AL	-	-	1	-	-	-	-	4	3	17
14º SRPRF - PB	-	-	1	-	-	-	-	4	3	17
15º SRPRF - RN	-	-	1	-	-	-	-	4	4	18
16º SRPRF - CE	-	-	1	-	-	-	-	4	5	19
17º SRPRF - PI	-	-	1	-	-	-	-	4	5	19
18º SRPRF - MA	-	-	1	-	-	-	-	4	5	19
19º SRPRF - PA	-	-	1	-	-	-	-	4	5	19
20º SRPRF - SE	-	-	1	-	-	-	-	4	3	17
21º SRPRF - RO	-	-	1	-	-	-	-	4	5	19
1º DRPRF - DF	-	-	-	1	1	-	-	-	-	4
2º DRPRF - TO	-	-	-	-	1	-	-	-	-	4
3º DRPRF - AM	-	-	-	-	1	-	-	-	-	4
4º DRPRF - AP	-	-	-	-	1	-	-	-	-	4
5º DRPRF - RR	-	-	-	-	1	-	-	-	-	4
TOTAL	1	6	25	27	5	2	1	90	151	491

✓ **Quadro de pessoal cedido**

Nome	Matrícula	Lotação	Data cessão	Retorno	Tipo
Adilson Silva Santos	161298	Privid. Rep.	24/10/2003		Com ônus
André Carius da Cunha	2076046	Presd. Rep.	18/06/2004		Com ônus
Antonio Eustáquio Lopes	165960	DNIT	03/04/1987		Com ônus
Artur Henrique Castro de Andrade	1466070	MJ	28/04/2008		Com ônus
Carlos S. Honorato de Oliveira	1302053	Fund. Ind.	01/03/2008	03/09/2008	Com ônus
Cintia Regina V. C. Lima	1371017	MJ	17/07/2008		Com ônus
Cleverson Lautert Cruz	1184051	MJ	10/10/2007		Com ônus
Cristiane de Oliveira Teodoro	1068398	Presd. Rep.	20/01/2005		Com ônus
Ezio Ricardo Borghetetti	162655	MJ	01/01/2008		Com ônus
Fabício Colombo	1069030	Min. Trab. Emp.	16/02/2007		Com ônus
Fernando Cesar Pereira Ferreira	1070860	INSS	25/11/2008		Com ônus
Fernando Marcos de Melo Cotta	1069055	Sub.Sec.DF	04/10/2007		Com ônus
Francisco José Nunes Ferreira	168756	Min.Tur.	21/09/2007		Com ônus
Jane Margareth de Araujo Ciarlini	1102125	MPT	01/10/2008		Com ônus
Jane Olívia P. dos S. de Vasconcelos	1050249	MJ	11/04/2005		Com ônus
Marcio Almeida Marques	1295972	SENASP-MJ	18/09/2008		Com ônus
Maria do Socorro Lima da Silva	172404	Presd.Rep.	29/11/2007		Com ônus
Miriam Célia Alvarez de Andrade	1068118	MJ	-		Com ônus
Patricia Canudo Dumont	1480752	Presd.Rep.	17/03/2008		Com ônus
Reinaldo Las Cazas Erzizon	1371272	SENASP-MJ	25/01/2008		Com ônus
Sheila Ethel Galvão Valadares	1122838	Presd.Rep.	20/11/2006	14/04/2008	Com ônus
Valfran de Almeida Pereira Filho	1200200	MPT	20/02/2008		Com ônus
Wilson Pereira Rodrigues Filho	1094627	Presd.Rep.	28/01/2005		Com ônus
Wladimir da Silva Nobre Formiga	1514995	MJ	17/11/2008		Com ônus

✓ **Concessão de Benefícios**

Benefícios	Recursos Dispendidos
Auxílio Transporte	R\$ 54045,92
Auxílio Natalidade	R\$ 5616,20
Auxílio alimentação	R\$ 546.467,31
Auxílio Pré-Escolar	R\$ 88.635,00

2.4.12. Capacitação**2.4.12.1.A capacitação orientada pelo Plano Anual de Ensino**

O Plano Anual de Ensino – PAE2008, elaborado pela Coordenação de Ensino, teve como objetivo principal orientar as ações de capacitação realizadas em 2008 com base nas demandas de todas as Coordenações-Gerais, Coordenações, Superintendências e Distritos Regionais e nas diretrizes da Direção Geral do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Todas as ações de capacitação encaminhadas pelas diversas áreas foram analisadas pela Coordenação de Ensino e organizadas de forma a atender ao máximo as necessidades de cada área dentro do orçamento destinado para capacitação no atual exercício. Foi levada em consideração a formatação dos Cursos de modo a atender uma maior quantidade de demandas em uma única ação, ou seja, um curso que pudesse atender solicitações de várias áreas diferentes, mas com um objetivo comum. Um exemplo prático desta colocação pode ser demonstrado com a execução de um dos módulos do programa de atualização para o efetivo policial – Módulo II – Uso legal e progressivo da força, armamento e tiro.

A execução deste módulo atendeu a uma demanda de praticamente todas as nossas Regionais que elencaram um curso na área de armamento e tiro dentro de suas necessidades para capacitação em 2008. Somando-se todo o recurso demandado pelas regionais para atender tais solicitações de forma isolada, ou seja, cada regional executar seu próprio curso de armamento e tiro, seria necessário um repasse na ordem de aproximadamente R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais).

A execução do módulo II do P.A.P. está levando uma padronização dentro da área de armamento e tiro, além de tratar de um tema importantíssimo para utilização de arma de fogo pelo policial em serviço que é o uso legal e progressivo da força, para todas as regionais e está sendo realizado em todas as Delegacias do DPRF com um custo estimado de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) o que representa menos de ¼ do solicitado pelas Regionais.

O PAE2008 foi organizado de forma também atender as solicitações das nossas Coordenações-Gerais e Coordenações nas suas necessidades específicas com a previsão de realização de pelo menos um curso, levando-se em consideração o recurso financeiro destinado para atender demandas da área meio dentro das nossas atribuições.

A destinação de recursos para atender demandas específicas de cada Regional também fez parte do PAE/2008, tendo sido destinado cerca de 15% dos recursos de capacitação para tal fim. Os recursos foram liberados para as regionais mediante apresentação à Coordenação de Ensino de proposta de realização dos cursos para aprovação não só da COEN, mas das áreas do DPRF com relação direta na aplicação dos ensinamentos propostos.

2.4.12.2. Ensino a distância

As ações de Ensino à Distância – EaD, desenvolvidas e acompanhadas diretamente pela DITRAN/COEN, compreenderam cursos disponibilizados pela própria DITRAN/COEN e pela SENASP/MJ, sendo que ao todo 3.853 (três mil, oitocentos e cinquenta e três) policiais rodoviários federais foram capacitados em assuntos relacionados à segurança pública e à atuação policial.

2.4.12.3. Ensino presencial

A Divisão de Formação, Desenvolvimento e Cultura, dentre outras atribuições é responsável pelo acompanhamento da execução das ações de capacitação realizadas pelo DPRF, seja por iniciativa das Regionais ou por solicitação das diversas áreas de gestão administrativa do DPRF.

No ano de 2008 foram realizadas 631 ações de capacitações presenciais em todas as nossas Regionais atingindo um público total de 17.528 servidores. Dentre as ações realizadas 59 delas tiveram uma abrangência nacional, ou seja, realizadas com efetivo de várias Regionais diferentes e com objetivos específicos, executadas sob a orientação da Coordenação de Ensino e alcançando um efetivo de 4.815 servidores. As outras ações foram realizadas nas Regionais com objetivo de atenderem demandas locais e com participação do efetivo lotado em cada uma delas.

Observa-se um aumento significativo no número de capacitações mensais a partir do mês de maio em virtude da execução das ações nacionais previstas no Plano Anual de Ensino.

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Servidores	1065	278	465	887	1318	851	1134	1660	1298	2023	3833	2716	17528

O número de servidores capacitados em 2008 representa um aumento de 24% em relação ao ano anterior e de 147% em relação ao ano de 2006. É importante ressaltar que nos anos de 2004 a 2006 estão incluídos nos números citados no gráfico abaixo os 3000 novos policiais do concurso de 2003 (1100 em 2004, 1100 em 2005 e 800 em 2006). Nos anos de 2007 e 2008 todas as nossas ações foram voltadas para nosso efetivo de servidores.

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Servidores	908	1693	3260	5426	7097	14157	17528

2.4.12.4. Programa de atualização do efetivo policial

Em 2008, o Programa de Atualização Policial teve continuidade, tendo sofrido a alteração com restrição de um de seus módulos. Foram desenvolvidos três módulos, todos relacionados à atividade fim desempenhadas pelos Policiais Rodoviários Federais.

O Módulo I denominado: Técnicas Policiais foi implementado em 23 (vinte e três) Regionais, mais o DPRF e alcançou um público de 2.241 (dois mil, duzentos e quarenta e um). O Módulo II denominado: Uso Legal e Progressivo da Força, Armamento e Tiro, implementado em 19 (dezenove) Regionais, atendeu a 1.711 (um mil, setecentos e onze) policiais e o Módulo III denominado: Policiamento e Fiscalização Talão Eletrônico implementado em 21 (vinte e uma) Regionais atendeu a 3.851 (três mil, oitocentos e cinquenta e um) Policiais Rodoviários Federais.

✓ Técnicas Policiais de Combate ao Crime

Aproveitando a experiência adquirida com a realização do Curso de Técnicas Policiais de Combate ao Crime – TPCC, ministrado em 2007, que teve como público policiais que atuam nos Jogos Pan-americanos, em 2008 o TPCC, com carga horária de 100 h/a, teve como público 83 (oitenta e três) policiais rodoviários federais lotados prioritariamente nos Núcleos de Operações Especiais das Regionais, e buscou aprimorar as técnicas de atuação daqueles servidores com vistas a otimizar o emprego das equipes, estabelecer diretrizes de atuação e padronizar procedimentos.

✓ Curso de Ocorrências de Controle de Distúrbios

No ano de 2008 foi realizado o primeiro Curso específico para formar policiais para ocorrências de controle de distúrbios. A primeira turma foi formada por servidores da 3ª SRPRF/MS com a participação de 32 policiais lotados naquela regional e teve duração de 106 h/a. Todo o curso foi ministrado por instrutores do quadro do DPRF.

2.4.12.5. Projeto “Corregedoria Participativa”

O Projeto “Corregedoria Participativa”, iniciado no segundo semestre de 2007, alcançou, em 2008, 3.221 (três mil, duzentos e vinte e um) servidores em 16 Regionais, com o propósito de analisar a missão do servidor público, despertando a consciência para desempenhar as atividades do cargo, minimizando as ocorrências de indisciplina e esclarecendo o policial quanto aos seus direitos e deveres como servidor público, aparentemente atingiu os objetivos propostos, tendo reduzido o número de denúncias por conduta irregular em várias das Regionais onde foi implementado.

O Projeto atingiu no total 5.906 servidores em todas as regionais nos anos de 2007 e 2008 o que representa 62,7% do efetivo.

2.4.12.6. Capacitação para o Projeto UNACI

Para a implantação da primeira Unidade de Auxílio ao Cidadão – UNACI, na cidade de Curitiba/PR, foi realizado um projeto de capacitação composto de seis Módulos sendo eles:

- ✓ Módulo I – Preparação Pedagógica para Instrutores;
- ✓ Módulo II – Gestores;
- ✓ Módulo III – Efetivo Operacional;
- ✓ Módulo IV – Força Ostensiva UNACI;
- ✓ Módulo V – Policiamento com Motocicletas;
- ✓ Módulo VI – Central de Informações Operacionais – CIOP.

Todos os módulos foram realizados no Centro de Treinamento de Cachoeira Paulista em São Paulo, sendo capacitados 416 servidores, entre instrutores e o efetivo lotado na 7ª SRPRF/PR.

2.4.12.7. Capacitação para a atividade meio

Foram realizados durante o ano de 2008, 164 eventos de capacitação cujos objetivos foram trabalhar conhecimentos relativos as atividades desenvolvidas por nossos servidores que atuam na área administrativa. Ao todo foram capacitados 1886 servidores em diversas atividades de ensino dentre os quais destacamos o I Seminário Nacional de Gestão das Informações Operacionais com participação dos chefes das Seções de Policiamento e Fiscalização das Regionais, Chefes dos Núcleos de Operações Especiais e Responsáveis pelas Centrais de Informações Operacionais – CIOP's, Curso de Investigação Correcional, Curso de Procedimentos Básicos de Inteligência e Curso de Gestão de Projetos realizado durante o encontro nacional da área administrativa e financeira do DPRF.

Nas ações de capacitação citadas acima participaram das atividades o seguinte efetivo em cursos com emprego do conhecimento nas áreas: Coordenação Geral de Operações – 867, Corregedoria Geral – 180, Coordenação Geral de Administração 85, Coordenação Geral de Recursos Humanos – 161 e Coordenação Geral de Planejamento e Modernização – 38.

2.4.12.8. Formação e atualização de instrutores

Foram formados 99 novos instrutores dentre eles, 46 em uso legal e progressivo da força, armamento e tiro para atuação no módulo II do programa de atualização policial e passaram por atividades de atualização pedagógica 311 instrutores já formados, com destaque para 200 deles que atuarão no curso de formação profissional nos Estados do Pará e Mato Grosso.

2.4.12.9. Capacitações para o público externo

No ano de 2008 foram firmados três importantes instrumentos de cooperação entre o DPRF e órgãos públicos (Fundação Universidade de Brasília – FUB, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e Superintendência da Receita Federal do Brasil da 9ª Região) visando à capacitação dos servidores, bem como, apoios diversos na execução finalística das atribuições dos órgãos envolvidos.

Ademais, a área de capacitação do DPRF atuou juntamente com outros Órgãos Públicos no desempenho de ações de capacitação. Em um sistema de parceria, ministramos instruções,

ofertamos vagas e fomos agraciados com vagas em Cursos diversos. Das parcerias de sucesso executadas no ano de 2008 destacamos os seguintes Órgãos:

Instituição Chico Mendes	Integrantes da Policia Militar Rodoviária/SC
Receita Federal do Brasil	Agentes da Guarda Municipal de Florianópolis/SC
Corpo de Bombeiros do Ceará	SERPRO/RS
Polícia Militar de Goiás	SEST/SENAT-RS
Corpo de Bombeiros de Goiás	CONCEPA
Polícia Civil de Goiás	Exército Brasileiro/PE
SMT/GO, BPMRV/GO e Guarda Municipal/Goiania	Polícia Militar/ES
ENAP/GO	CGU/ES
SEST/SENAT-GO	Ministério Público/AL
DNIT/GO	Secretaria de Estado da Defesa Social/AL
Ministério Público/MT	Corpo de Bombeiro Militar de Alagoas
13ª Bda Inf Mtz	APOCAL (Academia de Polícia Civil de Alagoas)
Polícia Militar/MT	DENATRAN
PMDF 0 BOPE	SMTT e CESMAC/AL
SEJUSP/MT	Polícia Militar de Alagoas
Guarda Municipal de Cuiabá/MT	Polícia Federal / Polícia Militar/PB
Stand SINPRF/MT-Cuiabá	ESAF/Recife/PE
TRT	Polícia Militar/CE
Polícia Civil/MS	CIEE/CE
DETRAN/MS	Guarda Municipal de Fortaleza
Receita Federal/MS	ESAF – Fortaleza/CE
Receita Federal/RJ e Guardas Municipais do RJ	Polícia Militar do estado do Maranhão
Exército Brasileiro/RJ	CGCBM/PA
BOPE/PM/RJ	Polícia Federal/RO
3ª Companhia de Inteligência -Exército Brasileiro/RJ	Secretaria Nacional de Defesa Civil/DF
Teatro da Faculdade de Medicina – USP	Academia de Polícia Civil/DF
SAMU / SALVE / Hospital Angelina Caron / COSMOesgate em montanhas 0 01	Secretaria de Estado de segurança Pública do DF
FIESP,FNCP e UCIUS Chambers	1º Batalhão de Polícia do Exército de Brasília
Guarda Municipal de São José/SC	DER/TO
Guarda Municipal de Rio de Sul/SC	SENAI/AM
Polícia Militar/SC	Corpo de Bombeiros/AP
Centro de Ensino da PM/SC	

2.4.12.10.Educação para o trânsito

Dentro da Educação para o Trânsito vários públicos foram atingidos, abrangendo motoristas profissionais, motoristas eventuais e os futuros motoristas (crianças e adolescentes).

Ao todo foram realizadas 342 (trezentas e quarenta e duas) ações direcionadas à Educação para o Trânsito nas Regionais PRF, dentre as quais: visitas e palestras em 151 (cento e cinquenta e uma) escolas com público variando da pré-escola ao ensino médio; Festival Temático para o Trânsito – FETRAN nos estados de Mato Grosso e Rio de Janeiro; Semana Nacional do Trânsito e Caravana Siga Bem Caminhoneiro. Nas ações desenvolvidas atingimos diretamente um público de 177.440 (cento e setenta e sete mil e quatrocentos e quarenta) pessoas.

A receptividade verificada nos públicos dos trabalhos desenvolvidos, bem como o envolvimento da equipe no desempenho das ações indica que as orientações da área tendem para um caminho que produzirá excelentes resultados principalmente na prevenção de acidentes.

2.4.12.11.Seminários de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes

Em 2008 foi dada continuidade a execução dos Seminários Regionais de Combate à exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na cidade de Fortaleza/CE com participação do efetivo lotado na 16ª SRPRF/CE e em Campo Grande, com o efetivo da 3ª SRPRF/MS. Os dois seminários tiveram a participação total de 121 servidores das regionais envolvidas.

2.4.13. Gestão Correicional

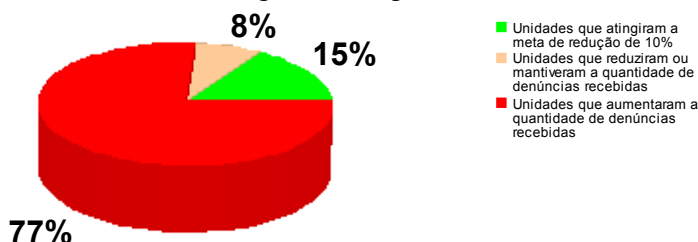
Para o exercício de 2008, a Corregedoria Geral envidou esforços no intuito de reduzir a demanda processual reprimida, tanto com atividades preventivas, visando diminuir o número de entrada de novos procedimentos, quanto com análise e instauração processual, visando dar cabo aos procedimentos que se encontravam pendentes.

Em relação às atividades preventivas, buscou-se a aproximação da Corregedoria com os diversos entes internos do DPRF. Convém destacar a continuidade do Projeto “Corregedoria Participativa”, o qual consiste em um ciclo de palestras nas diversas Unidades deste Departamento, visando dirimir dúvidas relativas ao Direito Administrativo Disciplinar, ressaltar a importância de cada um no combate aos desvios funcionais, e motivar servidores do órgão.

Ainda nessa seara, também se destaca a implantação do Acompanhamento Gerencial de Serviço (AGS), que visa potencializar o envolvimento das chefias no papel correicional cotidiano em seus respectivos campos de atuação. Com isso, pretendeu-se coibir os desvios funcionais, e ajustar condutas de servidores, gerando-se, por conseguinte, redução de demanda para as Corregedorias.

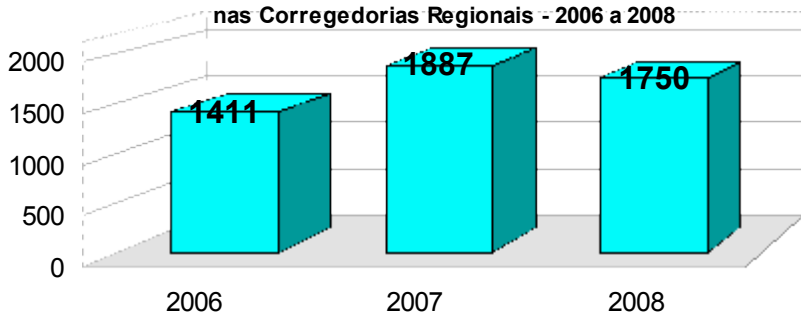
Da análise dos gráficos a seguir, pode-se observar que o resultado dessas ações foi positivo, vejamos:

Evolução da quantidade de entrada de procedimentos correicionais autuados nas Corregedorias Regionais - 2006/2007

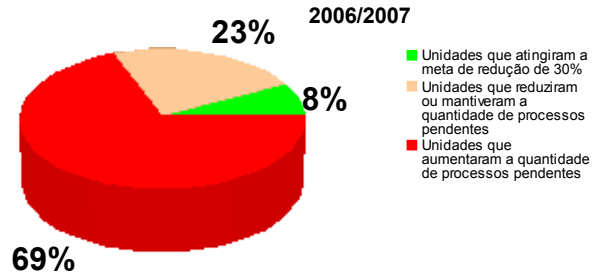


Obs: Ressaltamos que houve alteração na metodologia de contagem entre os anos, tendo em vista mudanças no Relatório Correicional, sendo considerado a partir do segundo semestre de 2007, além das denúncias autuadas, as recebidas da Comissão de Ética.

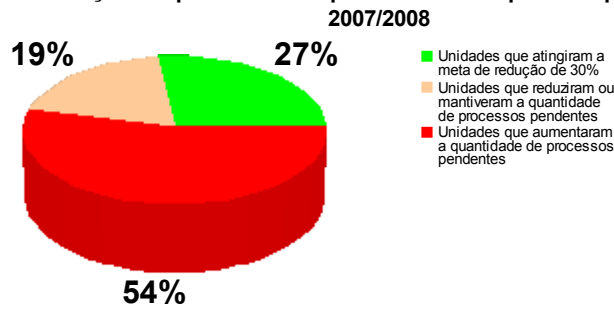
Evolução da quantidade de entradas de procedimentos correicionais nas Corregedorias Regionais - 2006 a 2008



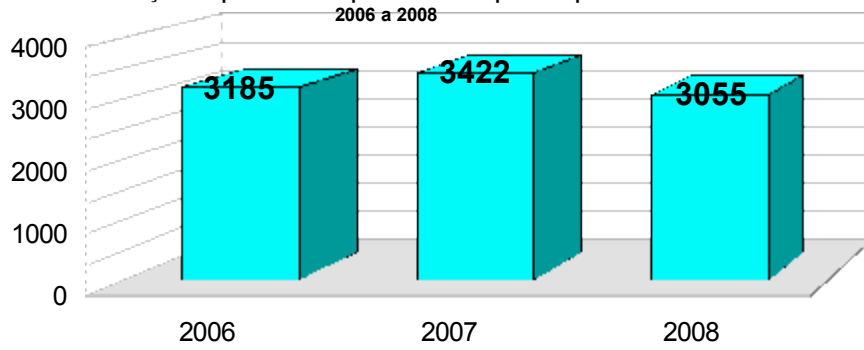
Evolução da quantidade de processos disciplinares pendentes



Evolução da quantidade de processos disciplinares pendentes



Evolução da quantidade de processos disciplinares pendentes



3 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não aplicável à Unidade no exercício de 2008.

4 - Restos a pagar de exercícios anteriores

Execução de restos a pagar no exercício de 2008 por ano de inscrição no SIAFI

RP Processados				
Ano de inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos 2008	A pagar
2006	R\$ 2.684.950,00	-	R\$ 2.590.848,00	-
2007	R\$ 2.463.525,00	-	R\$ 2.463.484,00	R\$ 41,00
2008	R\$ 4.175.402,00	-	-	R\$ 4.175.402,00

RP não-processados				
Ano de inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos 2008	A pagar
2006	R\$ 38.166.515,00	-	-	-
2007	R\$ 46.106.185,00	R\$ 4.254.098,00	R\$ 38.557.837,00	R\$ 3.294.250,00
2008	R\$ 20.948.958,00	-	-	R\$ 20.948.958,00

5 - Demonstrativo de transferências recebidas e realizadas no exercício

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal não possui convênio de despesa vigente, de sorte que inexistem transferências realizadas na forma prevista no item 5 do Conteúdo Geral do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 93/2008.

Entretanto, foram verificadas concessões e recebimentos de destaques de outros Órgãos da Administração Pública Federal, conforme detalhamento abaixo.

5.1. Créditos Concedidos

O DPRF/MJ descentralizou para outros Órgão Públicos Federais R\$ 10.016.537,14, que tiveram a seguinte destinação:

UG Executora	Projeto / Atividade	Finalidade	Créditos Transferidos
393012 – Superintendência Regional no Estado do RS – DNIT	2000	Custear despesas em áreas compartilhadas	R\$ 33.914,40
393024 – Superintendência Regional no Estado do CE – DNIT			R\$ 24.162,43
200006 - Coordenação-Geral de Recursos Humanos	2004	Contribuição patronal para o plano de saúde GEAP, relativo a servidores do DPRF/MJ e dependentes	R\$ 9.958.460,31
TOTAL			R\$ 10.016.537,14

5.2. Créditos Recebidos

A Unidade Orçamentária recebeu destaques de outros órgãos no valor de R\$ 21.010.007,09, para custear despesas compartilhadas e previstas em termos de cooperação técnica e/ou convênios, conforme quadro a seguir:

Unidade Orçamentária	Projeto/ Atividade	Finalidade	Créditos Recebidos
20125 - Controladoria-Geral da União	2D58	Apoio logístico na fiscalização da aplicação de recursos federais por estados.	R\$ 186,15
30101 - Ministério da Justiça	2272	Apoio logístico à SENASP na entrega de equipamentos.	R\$ 8.832,00
	8853	Implementação do projeto UNACI - Unidades de Apoio ao Cidadão	R\$ 8.785.127,82
	8855		R\$ 5.461.109,40
30911- Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	2B00	Manutenção preventiva e corretiva de viaturas da força nacional de segurança pública	R\$ 476.381,00
36901 - Fundo Nacional de Saúde	8933	Implementação do serviço de atendimento móvel de urgência - SAMU. Conforme Convênio n. 004/2004	R\$ 3.253.500,00
39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	2346	Convênio firmado para atuação na fiscalização de transportes rodoviários de passageiros e de cargas - Convênios n. 004/2001, n. 010/2004, n. 004/2006	R\$ 1.720.331,25
	2347		R\$ 1.304.539,47
TOTAL			R\$ 21.010.007,09

6 - Previdência complementar patrocinada

Não aplicável à natureza jurídica da Unidade.

7 - Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não aplicável à Unidade no exercício de 2008.

8 - Renúncia tributária

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

9 - Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

10 - Operação de fundos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

11 - Despesa com cartão de crédito

Conforme demonstrativo abaixo, no exercício de 2008 foram dispendidos R\$ 2.664,52 em despesas realizadas mediante o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal, conforme segue.

	2005	2006	2007	2008
Despesas pagas mediante fatura	***	***	R\$ 890,00	R\$ 2.291,66
Saques efetuados	R\$ 1.634,00	R\$ 2.350,00	***	R\$ 372,86

Detalhamento das despesas pagas mediante fatura			
Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Aquisição de material de informática	Despesa emergencial	Daniel Raimundo Alencar CPF 825.771.961-72	R\$ 1.406,00
Aquisição de material eletrônico	Despesa emergencial	Daniel Raimundo Alencar CPF 825.771.961-72	R\$ 62,00
Material de Consumo	Despesa emergencial	Franklin Maia Cardoso CPF 945.037.961-00	R\$ 823,66
Total			R\$ 2.291,66

Detalhamento dos saques efetuados			
Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Serviço de autenticação em cartório	Despesa emergencial	Franklin Maia Cardoso CPF 945.037.961-00	R\$ 372,86
Total			R\$ 372,86

Limites de gastos		
Portador	Gastos permitidos	Limite
Daniel Raimundo Alencar – CPF 825.771.961-72	Material (R\$ 6.000,00) e Serviços (R\$ 2.000,00)	R\$ 8.000,00
Franklin Maia Cardoso – CPF 945.037.961-00	Material (R\$ 2.000,00) e Serviços (R\$ 2.000,00)	R\$ 4.000,00
Limite de utilização total da UG		R\$ 20.000,00

12 - Recomendações do Órgão de Controle Interno

Plano de Providências, exercício de 2007, concernente ao Relatório de Auditoria nº 208271, conforme segue:

1. Item do Relatório de Auditoria:

1.1.3.2 - CONSTATAÇÃO: Improriedades na formalização do Processo nº 08650.001999/2007-46, relativo ao Pregão Eletrônico nº 064/2007, quanto à aprovação do termo de Referência e vigência do contrato.

1.1 Recomendação:

- a) Cumprir, doravante, o inciso II do art. 9º, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, quando da aprovação pela autoridade competente do termo de referência.
- b) Cumprir o inciso IV do art. 57 da Lei nº 8.666/93 onde estabelece que para o aluguel de equipamentos e para a utilização de programas de informática, pode a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.

1.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) **Concordo** (2) **Concordo parcialmente** (3) **Discordo**

1.3 Providências a serem Implementadas

- a) Considerando que o Termo de Referência constava o “de acordo” da autoridade competente para aprovação do referido Termo de Referência, já foi solicitado a correção para a expressão “aprovo” o Termo de Referência conforme recomendação.
- b) Será realizada a correção através de termo aditivo.

1.4 Prazo limite de implementação:

Item “a”

Prazo limite de implementação da etapa 1: IMEDIATO . Providência já adotada, salientando-se que em todos os demais processos do DPRF/MJ constam a terminologia “aprovo” o Termo de Referência ou Projeto Básico.

Item “b”

Prazo limite de implementação da etapa 1: 31/07/2007.

2. Item do Relatório de Auditoria:

1.1.3.3 - CONSTATAÇÃO: Improriedades no processo licitatório para contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento de subscrições da plataforma Jboss Application Platform.

2.1 Recomendação:

- a) Abster-se de realizar registro de preços para produto de marca específica para atender situação pontual de uma Unidade, em valores acima dos preços pesquisados no mercado.
- b) Nas pesquisas de mercado, ampliar o número de empresas pesquisadas, buscando a referência nos sistemas de registro da União (comprasnet, etc.), e em outros órgãos que tenham realizado compra similar ou idêntica, procurando adquirir os produtos, de mesma qualidade, pelo menor preço encontrado no mercado.
- c) Realizar sempre a negociação com o vencedor do certame, visando a redução do preço ofertado, e cancelando o procedimento quando este preço for manifestamente superior ao do mercado.
- d) Agilizar a assinatura e a publicação dos contratos, evitando que a empresa contratada se beneficie das possíveis postergações dos prazos de entrega do serviço contratado, advindos da morosidade das assinaturas e publicações.

2.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) **Concordo** (2) **Concordo parcialmente** (3) **Discordo**

2.3 Providências a serem Implementadas

- a) Como demonstrado em respostas anteriores, o Registro de Preço foi utilizado tendo em vista uma necessidade de aquisição e a liberação de créditos adicionais e dentro do preço médio de mercado, mas será observado sempre que possível a recomendação.
- b) Sempre foi levado em consideração para a pesquisa de mercado, o SISPP, outros Órgãos, internet, proposta, etc., mas existem materiais/serviços com peculiaridades que dificultam a ampliação de pesquisas, mas é observado sempre o número mínimo de 03 propostas.
- c) As negociações são sempre realizadas, neste caso pelo grande número de pregões (05) realizados no mesmo dia e período, algumas negociações foram realizadas diretamente com o licitante.
- d) A publicação ocorreu dentro do prazo legal, mas diante da gestão de assinaturas de um grande volume de contratos e cartas-contratos (31 contratos e 40 cartas-contratos) no mesmo período não foi possível a assinatura e publicação de todos imediatamente. Mas será dada continuidade na agilização das assinaturas e publicações.

2.4 Prazo limite de implementação da etapa 1: IMEDIATA

3. Item do Relatório de Auditoria:

1.1.4.4 - CONSTATAÇÃO: Improriedades no processo licitatório para contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de apoio administrativo.

3.1 Recomendação:

- a) Sempre que houver viabilidade técnica e econômica, fazer a licitação por item ou por grupos de itens, em atenção ao disposto no § 1º do art. 23 da Lei 8.666/93.
- b) Inserir no plano de trabalho ou no termo de referência das licitações de prestação de serviços de apoio administrativo, o estudo que baseou a determinação do quantitativo e tipo de cargo necessários para atender à demanda de cada área, bem como a determinação dos resultados esperados com a contratação e conseqüentemente dos parâmetros para medição desses resultados; e a fixação de padrões de controles e registros a serem adotados sobre o serviço contratado.
- c) Abster-se de desclassificar licitantes por rigor formal, motivo irrelevante, e sem justificativas detalhadas sobre o motivo da desclassificação, de modo a evitar a restrição da competitividade e a frustração do objetivo maior da licitação de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e da isonomia.
- d) Definir um tipo de uniforme que os terceirizados efetivamente utilizem no trabalho e que seja de baixo custo para a Administração.
- e) Glosar os valores recebidos pela contratada referentes a uniformes não entregues tempestivamente aos terceirizados, exigindo a comprovação do custo dos uniformes, e manter controle sobre a entrega deste item.
- f) Adequar o cargo de motorista terceirizado ao tipo da frota de veículos administrativos do DPRF.

3.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Item “a” - Concordância - As futuras licitações serão efetuadas por item ou grupos, sempre que houver viabilidade técnica e econômica. Adicionalmente, informamos que as providências para a elaboração de novo Plano de Trabalho e Termo de Referência para contratação dos aludidos serviços estão sendo iniciadas, já adequando-se aos termos da recém publicada IN nº 02, de 30/04/2008. Assim, mesmo havendo a previsão legal de prorrogação da vigência do atual contrato, esta Administração adotará as medidas necessárias à deflagração de novo certame.

Item “b” - Concordância parcial - Conforme já manifestado anteriormente, apesar de existir um plano de trabalho no atual contrato, reconhecemos a necessidade de elaboração de um plano de trabalho mais detalhado, que contemple a identificação/justificativa dos cargos necessários, quantitativos e qualitativos para a Sede/DPRF, possibilitando a implementação inicial de parâmetros para a realização da medição dos trabalhos prestados, respondendo à relação demanda X resultados e, acima de tudo, os critérios de controles a serem implementados.

Item “c” - Concordância parcial - Em que pese entendermos ter havido motivação suficiente quanto aos atos praticados pela Administração, e que se fossem aceitas propostas que não cumprissem os requisitos claramente expressos no Edital, também haveria questionamento quanto a observância da isonomia, passaremos a adotar a presente recomendação como subsídio para futuras decisões em que nos apresentem situação semelhante.

Item “d” - Concordância parcial - As justificativas para a escolha do atual modelo de uniforme dos funcionários da contratada já foram apresentadas, todavia, a utilização incompleta dos uniformes por alguns prestadores de serviço se deve à dificuldade de gestão, não tendo relação alguma com o modelo escolhido. Tal dificuldade se deve ao grande número de pessoal terceirizado, diante do pequeno número de gestores, os quais se vêem envolvidos com outras responsabilidades decorrentes de suas atribuições funcionais e regimentais, fato este que contribuiu consideravelmente para o ocorrido..

Informamos que ações de fiscalização já foram implementadas, através do controle feito pelos vigilantes que cuidam do acesso das pessoas ao prédio, bem como do fiscal do contrato que, esporadicamente permanece na entrada do prédio, no período matutino, impedindo a entrada daqueles terceirizados que não estejam devidamente uniformizados.

Um novo Plano de Trabalho e Termo de Referência para o novo procedimento licitatório já estão sendo elaborados por esta equipe de gestão, que tem se mantido atenta quanto à definição do tipo de uniforme mais adequado às necessidades deste Órgão.

Item “e” - Concordância - Visando uma maior transparência dos fatos, autuamos um processo específico para o levantamento de todo o fornecimento de uniformes pela contratada, culminando com a reposição ao erário dos valores pagos pelos uniformes que deixaram de ser entregues, totalizando **R\$ 17.861,82 (dezesete mil oitocentos e sessenta e um reais e oitenta e dois centavos)**, devidamente ressarcidos pela empresa contratada (vide cópia processo administrativo nº 08.650.002.147/2007-76 já encaminhado quando apresentadas informações complementares ao trabalho de campo realizado pela Controladoria Geral da União).

Item “f” - Concordância parcial - Conforme já esclarecido no complemento ao trabalho de campo realizado pela Controladoria Geral da União nesta Sede do DPRF, a frota deste Departamento possui veículos pesados, os quais são utilizados nas atividades de entrega e distribuição de materiais nas unidades descentralizadas em todo o país, além do transporte de policiais para operações, treinamentos e eventos específicos, como comandos de saúde e outros, veículos que deixaram de ser informados no levantamento inicial. Possuindo veículos com tais características, este DPRF necessita de pessoal qualificado para conduzi-los e, por tal razão, entendemos adequado o cargo de motorista terceirizado à frota de veículos administrativos deste Departamento.

3.3 Providências a serem Implementadas

Item “b” - Esta equipe de gestão tem ciência da necessidade urgente de incremento das regras do atual contrato. Em virtude disto, apesar da possibilidade de prorrogarmos a vigência do contrato por mais um ano, esta possibilidade foi descartada, tendo sido decidida a realização de uma nova licitação, para o que já estão sendo feitos os levantamentos dos quantitativos e qualitativos quanto aos perfis de postos de trabalho mais adequados para a prestação dos serviços de apoio às atividades administrativas deste DPRF.

Ressaltamos que, em 2004, não existia legislação específica que nos subsidiasse, com maior respaldo, na elaboração do plano de trabalho para a contratação de terceirizados, com exceção da IN/MPOG/MARE nº18/97, que trata da terceirização na área de limpeza, conservação e vigilância. Atualmente existe a IN/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, portanto bastante recente, e que veio disciplinar a contratação de terceirizados de forma mais detalhada e esclarecedora.

Item “d” - Realizaremos pesquisas mais detalhadas do uniforme a ser utilizado pelos terceirizados, inclusive quanto ao tipo e preço, de modo a compor mais adequadamente o item “insumos” da licitação.

Item “e” - Resta pendente a apresentação, pela contratada, da comprovação dos custos dos uniformes, uma vez que o controle da entrega dos uniformes esta sendo feito rigorosamente por esta equipe de gestão.

3.4 Prazo limite de implementação:

Item “a”

Prazo limite de implementação da etapa 1: **IMEDIATA.**

Item “b”

Prazo limite de implementação da etapa 1: Definição, elaboração das atividades laborativas e quantitativo dos postos de trabalho. Tempo limite para implantação: **29/08/2008.**

Prazo limite de implementação da etapa 2: Elaboração do Plano de Trabalho, com aprovação da autoridade competente: **30/09/2008.**

Prazo limite de implementação da etapa 3: Deflagração do procedimento licitatório: até **12/2008.**

Item “c”

Prazo limite de implementação da etapa 1: IMEDIATA.

Item “d”

Prazo limite de implementação da etapa 1: Fiscalização: **IMEDIATA**

Prazo limite de implementação da etapa 2: Novo procedimento licitatório: **30/12/2008.**

Item “e”

Prazo limite de implementação da etapa 1: Entrega dos comprovantes pela contratada: **30/07/2008**

4. Item do Relatório de Auditoria:

1.1.5.1 - CONSTATAÇÃO: Falta de inserção no Contrato de Cláusula da garantia prevista no Termo de Referência.

4.1 Recomendação:

Cumprir as determinações contidas o art. 56, da Lei nº 8.666/93, relativamente à exigência, desde que prevista no instrumento convocatório, da garantia nas contratações dos serviços.

4.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) **Concordo** (2) **Concordo parcialmente** (3) **Discordo**

4.3 Providências a serem Implementadas

A garantia foi prevista no ato convocatório, Edital. O princípio da vinculação ao ato convocatório, que impõe a obrigatoriedade de seu cumprimento tanto pela Administração como pelo Licitante foi cumprido tendo em vista que a Administração solicitou e recebeu a garantia. Sempre foi solicitado nos dois instrumentos, neste caso pontual, só foi incluído no Edital, mas será tomado cuidado para que não ocorra novamente.

4.4 Prazo limite de implementação da etapa 1: IMEDIATO

5.Item do Relatório de Auditoria:

2.2.5.2 - CONSTATAÇÃO: Fragilidade nos controles de abastecimento de combustíveis da frota do DPRF.

5.1 Recomendação:

a) Esclarecer as inconsistências (Motorista não cadastrado, hodômetro zerado, hodômetro repetido e hodômetro inconsistente) referentes aos Processos Financeiros 279/2007, 267/2007, 268/2007 e 323/2007.

b) Por oportuno, uma vez que permanecem os mesmos tipos de falhas encontrados em auditorias passadas, cabe retomar a recomendação apresentada à Unidade por meio do Relatório 183661 referente ao Acompanhamento da Gestão de 2006, qual seja: Cobrar da empresa contratada a melhoria/correção do sistema ("software e ou processo") utilizado para gerenciamento de abastecimentos da frota de modo que este possa identificar e rejeitar dados inconsistentes, tanto no momento dos abastecimentos quanto na geração dos relatórios que acompanham as faturas.

Ao se corrigir o software, tal medida tem a finalidade de se atuar diretamente num único ponto ao invés de permitir que uma grande quantidade de dados inconsistentes seja submetida à apreciação e atesto da PRF.

Uma vez que o Contrato nº 12/2004, celebrado com a Empresa Ticket Serviços S.A. tem por objeto a prestação de serviço de gerenciamento de unidades de abastecimento com fornecimento de combustíveis e não apenas o fornecimento do combustível, a Empresa não deve faturar transações sobre as quais paire alguma dúvida quanto à consistência. Transações tais como "Motorista não cadastrado", "hodômetro inconsistente", etc., devem primeiramente ter suas inconsistências sanadas pela contratada e somente após tal medida serem faturadas junto à PRF.

5.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) **Concordo** (2) **Concordo parcialmente** (3) **Discordo**

Item "a" - Informo que as inconsistências apontadas nos Processos Financeiros nº 279/2007, 267/2007, 268/2007 e 323/2007 foram devidamente esclarecidas através do envio de documentos, pelos gestores das respectivas regionais, que comprovam a legitimidade das transações, e estão disponíveis para eventuais consultas.

Cabe ressaltar que todos abastecimentos são efetuados por servidores deste Departamento ou por terceirizados devidamente cadastrados e identificados, no ato do abastecimento, através de cartão próprio e utilização de senha secreta pessoal. Neste caso pontual, a ocorrência de motorista não cadastrado foi decorrente de erro no preenchimento do boleto de pagamento onde o servidor suprimiu um dígito de sua matrícula.

As ocorrências de desvio de hodômetro são causadas por defeito no mecanismo do veículo, erro do operador ao informar a quilometragem do veículo no momento do abastecimento, eventuais falhas no sistema de transmissão de dados.

A Ticket Serviços S/A, no cumprimento do Contrato Administrativo nº 12/2004, disponibiliza ao DPRF/MJ um sistema de gerenciamento do fornecimento de combustível para toda a sua frota de veículos e aeronaves, que permite um controle sobre os abastecimentos realizados, que são analisados por este Núcleo, através de relatórios disponíveis no sítio da empresa, no ato da formalização dos processos financeiros.

Ocorre que, apesar de informatizado, este sistema exige a intervenção humana para a informação dos dados (quantidade de litros fornecidos, quilometragem no ato do abastecimento), logo, estão sujeitos a incorreções. Existe ainda a possibilidade das transações serem efetuadas no modo manual, ou seja, devido a algum problema

técnico que impede a utilização do equipamento eletrônico, tais como: sistema inoperante, equipamento em manutenção, cartão de abastecimento danificado, veículo/motorista sem o cartão de abastecimento.

Item “b” - Informo que o Núcleo de Gestão de Abastecimento da Frota Nacional, no cumprimento de suas atribuições regimentais, realiza gestões regulares junto a empresa prestadora do serviço neste sentido, em que pese que os abastecimentos que apresentam inconsistências serem glosados.

Ressalto que um novo sistema de gerenciamento dos abastecimentos em tempo real já está em desenvolvimento pela Ticket Serviços S/A, e que tal sistema será disponibilizado para este Departamento tão logo seja concluído.

A Recomendação ainda sugere que as inconsistências sejam primeiramente sanadas pela empresa contratada e que somente após tal medida sejam faturadas junto a este DPRF/MJ.

Informo que, atualmente o contrato que regulamenta esta relação não contempla tal medida, porém, uma cópia da Recomendação foi encaminhada para a contratada solicitando um parecer sobre a possibilidade de sua implementação.

Entretanto, a fim de garantir a lisura dos processos financeiros que tratam deste assunto, este Núcleo continua a utilizar-se das glosas, estas sim previstas no Contrato, e que permitem o esclarecimento dos abastecimentos que apresentam irregularidades para sua posterior regularização.

5.3 Providências a serem Implementadas

Implantação do novo Sistema pela contratada.

Notificação a contratada para manifestar-se quanto a presente recomendação.

5.4 Prazo limite de implementação da etapa 1: 31.12.2008 - Implantação do novo Sistema pela Contratada.

Prazo limite de implantação da etapa 2: IMEDIATA - Notificação à empresa para se manifestar acerca das recomendações ora em comento.

6. Item do Relatório de Auditoria:

3.1.1.1 - **CONSTATAÇÃO:** Improriedades na retenção e no recolhimento do Imposto quando dos pagamentos aos fornecedores e prestadores em 2007.

6.1 Recomendação:

a) Aplicar as alíquotas de retenção do tributo corretamente, de acordo com a natureza do bem fornecido ou do serviço prestado pelos beneficiários, conforme previsto no ANEXO I - TABELA DE RETENÇÃO, da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004.

b) Proceder, anteriormente aos pagamentos, consultas ao sítio da SRF, (consulta optantes), como forma de se assegurar que os prestadores e fornecedores do DPRF são optantes do sistema, garantindo com o procedimento, o cumprimento dos ditames estabelecidos na Instrução Normativa SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004.

6.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

6.3 Providências a serem Implementadas

Item “a” - Conferência rigorosa na aplicação das alíquotas de retenção dos tributos, antes e depois dos pagamentos, em conformidade com o anexo I da tabela de retenção, da IN. SRF. Nº 480/2004

Item “b” - Antes dos pagamentos às empresas que são optantes pelos Simples e apresentam a Declaração na forma do Anexo IV da IN. SRF nº 480 de 15/12/2004, estamos efetuando consultas ao sítio da SRF (consulta optantes) e anexando o comprovante aos processos, como forma de assegurar que os fornecedores são optantes, garantindo o cumprimento do estabelecido na IN. SRF. Nº 480/2004.

6.4 Prazo limite de implementação da etapa 1: IMEDIATA

7. Item do Relatório de Auditoria:

4.1.1.1 - **CONSTATAÇÃO:** Desatualização de cadastro de responsáveis por bens móveis no Sistema ASI e bens móveis não localizados.

7.1 Recomendação:

Atualizar, sempre que necessário e tempestivamente, o cadastro de responsáveis por bens no Sistema ASI, bem como tomar as medidas requeridas para a localização dos bens, de forma tempestiva e, em conformidade com os ditames estabelecidos pela IN/SEDAP nº 205/88.

7.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

7.3 Providências a serem Implementadas

A Divisão de Patrimônio e Material estipula como meta, a partir desta data, o cumprimento da presente recomendação, com atualização do cadastro de responsáveis, a emissão periódica dos termos de responsabilidade e, tempestivamente, registrar qualquer alteração na carga patrimonial dos setores, através da emissão de guias de transferências, onde constam as assinaturas de quem autoriza a movimentação e de quem recebe o material. A Divisão, também, constituirá comissão para verificação dos bens não localizados e apresentar relatório circunstanciado da solução a ser aplicada a cada caso.

7.4 Prazo limite de implementação da etapa 1: 03 / 08 / 2008 - Atualização dos Cadastros e dos Termos de Responsabilidade no Sistema ASI.

Prazo limite de implementação da etapa 2: 03 / 09 / 2008 - Emissão dos Termos de Responsabilidade para conferência dos setores.

Prazo limite de implementação da etapa n: 03 / 10 / 2008 - Saneamento das divergências encontradas, como procedimentos de localização do bem não localizado e, se for o caso, providências para ressarcimento.

8. Item do Relatório de Auditoria:

5.1.1.1 - CONSTATAÇÃO: Ausência de reembolso ao DPRF por parte de órgão cessionário referente à cessão de servidor sem ônus para o órgão cedente.

8.1 Recomendação:

Estabelecer prazo ao órgão cessionário para a efetivação do ressarcimento ao erário, comunicando-o que caso o reembolso não seja efetuado será providenciado o cancelamento do ato da referida cessão, devendo o servidor reassumir de imediato o exercício no órgão de origem.

Quanto ao débito de reembolso pendente, informar ao GDF as medidas coercitivas a serem adotadas no caso de não ressarcimento, providenciando o registro do órgão cessionário no Cadastro Informativo dos Créditos não-quitados de órgão e entidades federais - CADIN, nos termos da Lei nº 10.522, de 19/07/2002.

8.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) **Concordo** (2) **Concordo parcialmente** (3) **Discordo**

8.3 Providências a serem Implementadas

Foram sanadas todas as recomendações apontadas pela equipe de auditoria, no caso de que tratam os Processos nº 08.650.000.249/2008-38 e nº 08.004.000.993/2007-76, da cessão de servidor do DPRF, matrícula SIAPE nº 1069055, para o Governo do Distrito Federal, com ônus para o órgão cessionário, publicada no D.O.U de 04.10.2007.

Por oportuno, cumpre-nos ressaltar que foi quitado o respectivo reembolso ao DPRF no dia 09.06.08, referente ao todo o período atrasado, ou seja, o exercício de 2007 e o exercício de 2008 até o mês de maio/2008, no valor total de R\$ 52.670,70 (cinquenta e dois mil reais, seiscentos e setenta reais e setenta centavos), conforme documentos em anexo. Portanto, encontra-se regular e em dia a cessão do servidor em questão, jundo ao GDF.

8.4 Prazo limite de implementação da etapa 1: IMEDIATO

13 - Determinações e recomendações do TCU

- ✓ **Ofício nº 295/2008-TCU/SECEX-6:** encaminha Acórdão nº 760/2008-2ª Câmara/TCU, que apreciou representação formulada em face do Pregão Eletrônico nº 034/2006, a qual foi conhecida e considerada improcedente. Encaminhado para conhecimento da Coordenação Geral de Operações e de Planejamento e Modernização, bem como à Divisão de Licitações, Contratos e Convênios, conforme Memorando nº 076/2008-DINOR.
- ✓ **Ofício nº 759/2008-TCU/SECEX-6:** acompanhamento da implementação das determinações e recomendações proferidas quando da apreciação de relatório de Auditoria Operacional (TC 016.092/2008-9), que resultou no Acórdão nº 353/2006-Plenário/TCU. Manifestação encaminhada por intermédio do Ofício nº 157/2008-DG.
- ✓ **Ofício nº 1063/2008-TCU/SECEX-6:** encaminha Acórdão nº 2063/2008-Plenário/TCU, que apreciou relatório de levantamento das obras de construção do Edifício Sede do DPRF. Manifestação encaminhada ao TCU por intermédio dos Ofícios nº 201/2008-DG e 026/2009-DG.
- ✓ **Ofício nº 1312/2008-TCU/SECEX-6:** encaminha Acórdão 2.632/2008-Plenário/TCU, que versa sobre apreciação de representação formulada em face do Pregão Eletrônico nº 27/2008, a qual foi conhecida e considerada parcialmente procedente. Em vista a existência de recomendações a serem observadas nos próximos certames, a decisão foi encaminhada para conhecimento da Divisão de Licitações, Contratos e Convênios, conforme o Memorando nº 665/2008-CGA.
- ✓ **Ofício nº 1322/2008-TCU/SECEX-6:** encaminha cópia do Acórdão nº 5.226/2008-2ª Câmara/TCU, adotado em julgamento à Tomada de Contas Consolidada, exercício de 2005, TC 020.706/2006-9. Divulgado às áreas de atuação do DPRF.
- ✓ **Ofício nº 1444/2008-TCU/SECEX-6:** encaminha cópia do Acórdão nº 5.662/2008-2ª Câmara/TCU, adotado em julgamento à Tomada de Contas Consolidada, exercício de 2003, TC 007.842/2004-9. Divulgado às áreas de atuação do DPRF.
- ✓ **Acórdão nº 556/2008-1ª Câmara/TCU:** apreciação de pedido de reexame em face do Acórdão nº 171/2007-1ª Câmara/TCU, ocasião em que foram conhecidos e providos os pedidos interpostos pelos Srs. Álvaro Henrique Vianna de Moraes, Cleverson Lautert Cruz, Luiz Gustavo Ancine de Castro, Marzio Deon Rezende e Marcos Vinícius Pereira, excluindo seus nomes do rol do subitem 9.4 do Acórdão nº 171/2007-TCU-1ª Câmara, e foi conhecido e negado provimento ao pedido interposto pelos Srs. Ademur Antônio Júnior e Cleber Tavares Rosa, para. Encaminhado à Coordenação Geral de Recursos Humanos para conhecimento e providências por intermédio do Memorando nº 143/2008-CGA.
- ✓ **Acórdãos nº 1.827 e 1.828/2008-Plenário/TCU:** tratam do entendimento firmado pela Corte de Contas no que tange a repactuação dos contratos de terceirização de mão-de-obra pelos Órgãos e Entidades do SISC. Encaminhado por intermédio do Memorando nº 685/2008-CGA às Divisões de Licitações, Contratos e Convênio, de Administração e Serviços Gerais e de Planejamento e Controle Orçamentário para conhecimento e observância.

14- Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão

Inobstante as Instruções Normativas TCU nº 44/2002 e 55/2007, determinarem o cadastramento no SISAC quanto as informações pertinentes aos atos de admissão e desligamento, bem como o encaminhamento dos respectivos processos ao órgão de controle interno no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação, não foi possível cumprir o citado prazo, uma vez que o DPRF possuía um passivo de atos a serem cadastrados.

Na mesma linha, a falta de publicação das portarias de vacância, em razão da posse em outro cargo inacumulável e exoneração, dentre outros, o que pode ser verificado no quadro abaixo:

Atos	Quantidade	Registros no SISAC – Qtde
Admissão	261	255
Desligamentos	113	113
Aposentadoria	281	416
Pensão	106	223

15 - Dispensas de instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

No exercício de 2008 não foram instauradas Tomadas de Contas Especiais no âmbito da Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, entretanto foram registradas duas ocorrências em que foram dispensadas a instauração de TCE, conforme segue:

Motivo da dispensa ou do arquivamento	Nº do processo adm.	Responsável		Cargo ou função do responsável(s)	Valor do débito atualizado até 31/12	Data da Ocorrência	Ocorrência (Irregularidade detectadas)	Principais medidas administrativas adotadas
		CPF / CNPJ	Nome					
Ressarcimento do bens furtado	08650.000.885/2005-17	394.527.602/06	Antônio Aurélio Lins Leal	Policial Rodoviário Federal	R\$ 1.448,21	03/05/01	Furto de pistola	Ressarcido pelo servidor o valor do bem furtado
Não constatação de culpa ou dolo do servidor	08650.000.120/2007-49	045.117.926/90	Ricardo Luiz de Brito	Policial Rodoviário Federal	R\$ 498,00	08/01/07	Furto de pistola	Servidor Inocentado; Baixa do armamento;

16 - Informações sobre a composição de recursos humanos

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	263	21.218.786,11	270	23.552.305,13	362	25.227.482,21
Funcionários Contratados CLT em exercício na Unidade	Situação não existente no Órgão.					
Total Pessoal Próprio	263	21.218.786,11	270	23.552.305,13	362	25.227.482,21

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	04	255.336,06	04	299.437,92	05	397.678,39

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	Situação não existente no Órgão.					

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Limpeza	28	494.193,61	28	543.047,00	28	566.747,04
Pessoal Terceirizado Vigilância	30	978.036,28	32	892.696,52	36	849.766,86
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	100	972.118,93	112	2.474.577,88	117	2.935.896,99
Pessoal Terceirizado Outras atividades	09	1.206.006,95	09	1.036.695,86	12	987.124,14
Estagiários	28	164.587,99	22	140.474,33	24	97.812,47
Total Pessoal Terc +Estag	195	3814943,76	203	5087491,59	219	5437347,5

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	Situação não existente no Órgão.					
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	Situação não existente no Órgão.					

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	12	753.663,84	15	11.107.759,24	23	1.485.528,97
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus			1	30.026,73	1	87.016,59
Total Pessoal cedido pela Unidade	12	753.663,84	16	11.137.785,97	24	1.87572.545,56

Descrição	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	87	6.062.958,43
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	275	19.164.523,78
Total Geral	362	25.227.482,21

Observação:

- ✓ Critério para definição de atividade finalística: Instrução Normativa nº 001/2000-DG;
- ✓ Quantidade: posição em 31 de dezembro de 2008;
- ✓ Despesa: total incorrido no exercício.

17 - Outras informações relevantes

Não aplicável à Unidade no exercício de 2008.

18 - Conteúdos específicos

Não aplicável à Unidade no exercício de 2008.

Conclusão

A realidade sócio-econômica é marcada pelas tensões sociais, inovações tecnológicas, novas estruturas organizacionais e também pela ascensão da criminalidade, conflitos sociais e o conseqüente nervosismo fruto deste contexto de inseguranças, agravado ainda pela expectativa que gera uma nova relação entre o Estado, a sociedade e os indivíduos.

Neste cenário de mudanças e riscos, as organizações policiais têm que reestruturar seus processos gerenciais e suas metas estratégicas que são cuidadosamente planejadas, orçadas, controladas e acompanhadas em sua execução e avaliação.

Os gestores em geral, aqui compreendidos os das Unidades Regionais, que objetivam dar maior eficiência e eficácia ao agregar valores aos resultados operacionais, persistem no objetivo social de primeiro satisfazer as demandas por segurança e restauração do equilíbrio de convivência harmônica, regulado pelos direitos de manutenção da propriedade e integridade física.

Neste sentido, as instituições de segurança são obrigadas a se adaptarem às exigências da sociedade, com contínua renovação de seus métodos operacionais e sistemas de organização do trabalho, devendo estabelecer modelos de suporte gerenciais capazes de gerar informações tempestivas para tomada de decisão, que satisfaçam as necessidades dos diversos usuários, com segurança e confiança, de formas ágeis, rápidas e satisfatórias.

De outro modo, o impacto social e econômico dos acidentes de trânsito impõe a necessidade de nova metodologia de atuação voltada para a segurança viária, para o que se faz essencial o incremento tecnológico e de recursos humanos especialmente voltados para a fiscalização de trânsito.

Compete ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais. Mesmo com a capacidade física organizacional insuficiente para atender a demanda por segurança, destacando-se a necessidade de ampliação da capacidade física instalada e o aumento do efetivo operacional que está aquém da capacidade laborativa do Órgão, podemos classificar como satisfatório o desempenho organizacional com base nos resultados obtidos pelos programas *“Segurança Pública nas Rodovias Federais e Desenvolvimento Institucional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal”*.

Assim, considerando que os indicadores de eficiência estabelecem relação entre resultados alcançados e insumos utilizados e que se destinam a dimensionar o rendimento operacional da organização e de seus processos, a fim de possibilitar melhorias operacionais, o DPRF no exercício 2008 obteve um grau satisfatório de eficiência, haja vista os valores orçamentários disponibilizados, que não obstante tais recursos terem sido bastante aquém da demanda existente, o Departamento se empenhou em atender as ações operacionais previstas otimizando os recursos liberados.

Analisando o desempenho do Departamento de Polícia Rodoviária Federal a partir dos princípios da eficácia, correspondente ao atingimento das metas estabelecidas, no exercício de 2008 o DPRF foi eficaz. As metas estabelecidas para a atividade finalística do Órgão foram concretizadas, tanto com a redução do número de vítimas do trânsito, quanto com a atuação direta na área de segurança pública, pois a Polícia Rodoviária Federal foi em 2008 a instituição de segurança pública que mais apreendeu drogas, armas e contrabando, bem como obteve os maiores índices de combate a prostituição infantil em todo o país.

No que tange à efetividade da ação institucional, podemos assinalar que o público-alvo passou a sentir a transformação da área de atuação da PRF num ambiente mais seguro. Portanto, uma transformação social que marca o modo de vida da sociedade.

É importante destacar que esse impacto promovido pela Polícia Rodoviária Federal trouxe mudanças no público-alvo, que conta com a PRF não como uma polícia de trânsito, mas como um braço do Estado atuante na segurança pública em todos os pontos do país, afeiçoando-se por vezes como o único representante do Poder Público na localidade.

No ano de 2008, a Polícia Rodoviária Federal demonstrou mais uma vez sua importância dentro do contexto nacional e consagrou-se como Órgão imprescindível à consecução da segurança pública.

Pelo desenvolvimento de ações integradas, essa Instituição de renome obteve expressivos resultados frente à criminalidade, possibilitando uma situação de mais segurança aos usuários das vias terrestres federais. Por meio da intensificação das ações de prevenção e de repressão ao tráfico ilícito de armas e entorpecentes, assim como a crimes contra o patrimônio, de modo que foram realizadas operações complexas, de grande vulto e abrangência, as quais contaram com a integração dos esforços das Unidades Regionais e de outras forças de segurança.

Deste modo, o exercício de 2007 foi encerrado com sentimento do dever cumprido e a certeza de que, a cada dia, a Polícia Rodoviária Federal reafirma-se como uma instituição de credibilidade nacional trabalhando para salvar vidas.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

Esplanada dos Ministérios – Anexo II – Sala 501
Brasília-DF, CEP: 70064-900 – Fone : (61) 3429-9163


DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativo ao exercício financeiro 2008 do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF – Unidade Central que consolida as UJs abaixo relacionadas, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas.

CÓDIGO	UNIDADE JURISDICIONADA
200109	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
200230	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – DIR. GERAL

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 03 de março de 2009.



José Carlos Gomes
Contador Responsável
CRC/DF nº 9.261/O-7